



MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 10 ANOS: PRESENTE!



LEMBRAR

É RESISTIR



Armazém da Estrada de Ferro Sorocabana, 1915.
Acervo Museu da Cidade de São Paulo



Liberção de estudantes presos no Deops/SP, 1968.
Acervo Iconographia

CORPO DE PERFIL

CORPO DE FRENTE

INDIVIDUAL DACTILOSCOPICA



FC V- G
V- 3

ASSIGNATURA DO OBSERVADO: Maria Prestes

FOTOGRAFIA SINALETICA (redução 1/2)



1940 6
300 9 230

SISTEMA

DE

OS-Tr1-Ang-Lev-Amb.
S-Tr1-Ang-Lev-Amb.

NOME - JOSE BENTO MONTEIRO LOBATO

O U

MONTEIRO LOBATO

REGISTRO GERAL N. 61.391



esquerda: Ficha de identificação de Olga Benário (Maria Prestes) no Deops,
dec. 1930. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo
direita: Registro Geral de Monteiro Lobato no Deops, dec. 1940.
Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo



Sala do Serviço Secreto do Deops/SP, localizada no 5º andar, 1953.
Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo



Carro do Deops no interior da Fiat, s/d.
Foto: Ennio Brauns. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo



Peça Lembrar é Resistir realizada no espaço carcerário do antigo Deops/SP entre 1999 e 2000.
Foto: Ricardo Migliorini. Acervo Analy Alvarez



Exposição temporária *Intolerância*, do artista Siron Franco, 2002. Inauguração do Memorial da Liberdade e entrega da reforma do prédio do antigo Deops/SP. Acervo Expomus



Ex-presos realizam inscrições para reconstituição da Cella 5, jan. 2009.
Acervo Memorial da Resistência de São Paulo

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO (ORG.)

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA,

10 ANOS: PRESENTE!

SÃO PAULO, 1ª EDIÇÃO, 2018

REALIZAÇÃO



MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria de Cultura

MINISTÉRIO DA
CULTURA



24.	JOCHEN VOLZ E MARILIA BONAS
28.	NÚCLEO DE PESQUISA
34.	ALESSANDRA SANTIAGO
40.	LINHA DO TEMPO: OCUPAÇÕES DO EDIFÍCIO
44.	MARCELO ARAUJO
60.	CRISTINA BRUNO
74.	GABRIELA AIDAR
84.	MARIA LUIZA TUCCI
96.	MAURICE POLITI
110.	KÁTIA FELIPINI
132.	CAROLINE GRASSI
148.	ANEXOS

**O MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO,
10 ANOS**

**JOCHEN VOLZ E
MARILIA BONAS**



Manifestação transportando o corpo do operário Santo Dias da Silva, morto pela Polícia Militar no dia 30 de outubro de 1979, da Igreja da Consolação para a Catedral da Sé, São Paulo. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo

Os 10 anos do Memorial da Resistência de São Paulo representam um marco para a museologia brasileira. Concebido por meio de um projeto museológico inédito no país, o Memorial é uma instituição dedicada à preservação das memórias políticas da resistência e da repressão no período republicano brasileiro, com especial destaque para a ditadura civil-militar (1964-1985).

Criado no governo de José Serra e instaurado por decreto no governo de Geraldo Alckmin, o Memorial se empenha em salvaguardar, preservar e comunicar as memórias de indivíduos e grupos que resistiram ante a violência do Estado e a supressão dos direitos constitucionais. No entanto, tendo como pressuposto a ação museológica numa perspectiva processual, o Memorial não só se devota à memória política brasileira, mas a articula com as questões contemporâneas.

O projeto que deu origem à instituição foi elaborado pela equipe técnica representada na presente publicação, com a participação constante e direta dos atores sociais (ex-presos políticos) que, apoiados em suas memórias, orientaram todo o processo de reconstituição dos espaços e ilustraram um pouco da atmosfera existente naquele antigo local de confinamento. Com efeito, a participação dos atores sociais na criação do conceito gerador e na construção do discurso expositivo, aliado a uma condução sensível por parte da equipe técnica, resultou em uma potente construção museológica desenvolvida de forma compartilhada.

Como primeira e única instituição museológica brasileira, em escala, que preserva as memórias das ditaduras no país, o Memorial ocupa um espaço simbólico e nevrálgico na contemporaneidade, na medida em que as heranças da violência de Estado praticadas nesse período estruturam e permeiam toda a sociedade brasileira. Assim, essa publicação, reforça o compromisso educativo da instituição e traz uma importante contribuição para todos interessados na área de verdade, justiça e reparação no Brasil e América Latina.

Reafirmando a potência deste lugar de memória e das vozes que compartilham sua experiência dentro de seu espaço, dizemos: Memorial da Resistência de São Paulo, 10 anos. Presente!

Jochen Volz e Marília Bonas
Diretor Geral da APAC e Coordenadora do
Memorial da Resistência

**PROTAGONISTAS
DESTA HISTÓRIA**

**NÚCLEO DE
PESQUISA**

Com origem no processo de implantação do Memorial da Resistência, em 2008, o Programa Coleta Regular de Testemunhos se configurou como um dos pilares da construção do discurso expositivo da instituição. Em diálogo direto e permanente com os protagonistas dessa história recente que foram privados de sua liberdade nas celas do Deops/SP, as primeiras coletas de testemunho estiveram direcionadas à necessidade de compreensão do espaço carcerário remanescente, do cotidiano da experiência prisional e da importância da resistência como um elo de sobrevivência e luta contra a repressão política. A reconstituição do espaço, realizada nesse contexto e inaugurada em 2009, esteve intrinsecamente relacionada às experiências vividas pelos ex-presos neste edifício, buscando traçar, pelas suas diferentes memórias, os usos históricos do conjunto arquitetônico, bem como, seus usos cotidianos pela polícia política durante os longos anos em que ela esteve aqui instalada, em especial durante a ditadura civil-militar.

Constituído como uma das seis linhas de ação do Memorial da Resistência, o Programa Coleta Regular de Testemunhos, a partir de 2012, consolidou-se com as metodologias estabelecidas pela História Oral. Hoje é desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa da instituição e abriga um relevante acervo composto por mais de 150 entrevistas audiovisuais (e que segue em contínua expansão), que preservam memórias de diversos atores sociais: ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e militantes de movimentos sociais. Ou seja, aborda, de maneira ampla, diferentes processos de repressão e resistência vividos nos anos da ditadura. O Programa é um dos instrumentos por meio dos quais a instituição lança um olhar para o passado conscientemente comprometido com o futuro e com o estímulo à construção de uma cultura democrática e de respeito aos Direitos Humanos.

Como parte desse acervo audiovisual, destacamos uma série de sete entrevistas produzidas em 2016 e 2018 que narram, a partir do ponto de vista das pessoas diretamente envolvidas, o processo de concepção e implantação do Memorial da Resistência. O desenvolvimento dessas entrevistas foi proposto a partir do entendimento de que



Coleta de testemunho realizada no Estúdio de História Oral.
Acervo Memorial da Resistência de São Paulo

a construção desta instituição teve por pilares propostas extremamente colaborativas e que se estendiam para além de um corpo técnico, buscando envolver, na vida do Memorial, aqueles que haviam protagonizado as memórias políticas que se queria, naquele momento, preservar. Esta publicação é, portanto, fruto de um recorte temático específico dentro do amplo acervo do Programa.

Como metodologia de pesquisa, a História Oral consiste na realização de entrevistas gravadas com pessoas que possam testemunhar sobre aspectos de suas vivências como eventos, processos sociais, conjunturas políticas, modos de vida, entre inúmeras outras questões, referentes às experiências individuais e coletivas que perfazem a vida social. É importante destacar que, depois de realizados, os testemunhos se tornam documentos e que, por escolha institucional, esse material coletado passou a ser enviado para processo de transcrição, ampliando, assim, a variedade de documentos produzidos e disponibilizados pelo Memorial ao público interessado. Em linhas gerais, esta parte do trabalho consiste na transposição do código oral para o escrito. A ideia é que a transcrição seja uma reprodução fiel de tudo o que foi dito, incluindo repetições, silêncios prolongados, risos, choros e outras manifestações gestuais que sejam perceptíveis pelas características do suporte audiovisual. A transposição desses códigos segue parâmetros definidos pelo Núcleo de Pesquisa.

Vale ressaltar, no entanto, que, as entrevistas que compõe esta publicação passaram por um processo de tratamento técnico visando uma maior fluidez de leitura. Desta forma, contrariando os parâmetros definidos para as nossas próprias transcrições, as entrevistas aqui apresentadas receberam um tratamento técnico que resultou na supressão de vícios de linguagem, marcas repetitivas de oralidade e adequação a um roteiro narrativo que buscou evidenciar e detalhar ao leitor, de forma bastante clara, o desenvolvimento das etapas de concepção e implantação do Memorial a partir de diferentes abordagens. O registro audiovisual e as transcrições na íntegra dos testemunhos, assim como o restante do acervo, encontram-se disponíveis para consulta presencial no Memorial da Resistência.

Hoje, passados dez anos de sua inauguração, revisitamos esta trajetória que aponta para a implantação das fases estruturantes e para o perfil institucional do Memorial da Resistência de São Paulo através das memórias de importantes personagens (ou poderíamos dizer: protagonistas) que colaboraram diretamente nesta construção.

Camila Djurovic, Julia Gumieri e Luiza Giandalia
Núcleo de Pesquisa do Memorial da Resistência

**AÇÃO
EDUCATIVA EM
UM LUGAR DE
MEMÓRIA**

**ALESSANDRA
SANTIAGO**

Orientado pelos conceitos de *controle*, *repressão* e *resistência*, o Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência atua entre o discurso expositivo, construído sob este tripé conceitual, e o Direito à Memória e à Verdade, entendido como um instrumento de reparação às violações de Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro nos períodos de exceção.

O Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência, balizado por uma metodologia que aborda os temas das memórias políticas e da luta pela cidadania, potencializa a experiência da instituição. Por meio desse Programa são oferecidas, continuamente, contação de histórias para crianças, formação de professores e educadores não formais, cursos em Direitos Humanos e outras atividades para todo o público, independente da faixa etária, e que atende as necessidades de inclusão e de cidadania nas mediações cotidianas. Toda essa dedicação só é possível devido a responsabilidade, dedicação, generosidade e empatia de cada um dos educadores que compõe (e compuseram) a equipe ao longo desses quase 10 anos. Todos esses educadores, num exercício permanente, desenvolvem suas práticas e se aprimoram para que sejam capazes de sensibilizar o público visitante para uma cultura de Direitos Humanos.

A trajetória desse processo educativo aponta conquistas sólidas do ponto de vista das possibilidades de se abordar a temática, mas, atualmente, o desafio do Programa de Ação Educativa é extrapolar os muros do Memorial da Resistência, levando em consideração, principalmente, o entorno, em cuja população residente vivencia um cotidiano de lutas e de repressão. A vulnerabilidade social, que se evidencia num rápido passeio pelo território povoado por habitantes considerados por alguns como “um pouco menos que cidadãos”, leva o olhar da Ação Educativa para a urgente reflexão sobre o exercício da cidadania, o aprimoramento da democracia e a valorização dos Direitos Humanos. O território merece atenção! Devemos seguir com uma sistemática ação para comunicar os temas de lutas por direitos para além do próprio prédio que hoje abriga o Memorial.

Alessandra Santiago
Educadora no Memorial da Resistência desde 2012

**LINHA DO
TEMPO:**

EVENTO ÚNICO
...
PASSAGEM DE TEMPO

Cedida por Haron Cohen



OCUPAÇÃO PELOS
ESCRITÓRIOS E ARMAZÉNS
DA COMPANHIA ESTRADA DE
FERRO SOROCABANA.

1906

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO –
PROJETO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO
DE RAMOS DE AZEVEDO.



Acervo CONDEPHAAT

1914

1938

Acervo Haron Cohen



OCUPAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA DO CONSUMIDOR - DECON.

ARQUIVOS DO DEOPS/SP
PASSAM À GUARDA DA
POLÍCIA FEDERAL.

1940

OCUPAÇÃO PELO
DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE ORDEM
POLÍTICA E SOCIAL DE
SÃO PAULO – DEOPS/SP.



Acervo Iconographia

1983

ARQUIVOS DO DEOPS/SP
PASSAM À GUARDA DA
POLÍCIA FEDERAL.

ACERVO DEOPS/SP
É LIBERADO PARA
CONSULTA PÚBLICA.

1991

TRANSFERÊNCIA
DOS ARQUIVOS
À SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA.

SOB A GUARDA DO ARQUIVO
PÚBLICO DO ESTADO, O ACERVO
É DISPONIBILIZADO PARA
CONSULTA À COMISSÃO DE
FAMILIARES DE MORTOS E
DESAPARECIDOS POLÍTICOS.

1994

TRANSFERÊNCIA DO
EDIFÍCIO PARA A
SECRETARIA DA CULTURA.

TOMBAMENTO DO
EDIFÍCIO PELO
CONDEPHAAT.

1996

CRIAÇÃO DO PROJETO
INTEGRADO ARQUIVO
PÚBLICO DO ESTADO
E UNIVERSIDADE DE
SÃO PAULO (PROIN).

1997

EDIFÍCIO
DESOCUPADO.



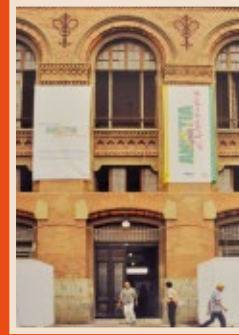
Foto: José Patrício.
Acervo pessoal

1999

PEÇA TEATRAL
“LEMBRAR É
RESISTIR”
EM CARTAZ NO
EDIFÍCIO;

EXPOSIÇÃO
“ANISTIA 20 ANOS”;

Acervo Arquivo Público
do Estado de São Paulo



REFORMA, RESTAURO E
ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO
PARA INSTALAÇÃO
DA ESCOLA SUPERIOR
DE MÚSICA.

2000

EM 5 DE JULHO, DECRETO REVOGA
O MEMORIAL DO CÁRCERE E INSTITUI
O MEMORIAL DA LIBERDADE;

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO
“INTOLERÂNCIA”, DE SIRON FRANCO.



Acervo Expomus

2002

EM 21 DE JANEIRO,
DECRETOS INSTITUEM O
MUSEU DO IMAGINÁRIO DO
POVO BRASILEIRO E O
MEMORIAL DO CÁRCERE;

DECRETO REVOGA
O MUSEU DO
IMAGINÁRIO DO
POVO BRASILEIRO E
INSTITUI A ESTAÇÃO
PINACOTECA.

2004

MOBILIZAÇÃO DO FÓRUM
DE EX-PRESOS E
PERSEGUIDOS POLÍTICOS E
OUTRAS ENTIDADES PELA
OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO.

2005

2006

MEMORIAL DA LIBERDADE -
GESTÃO PINACOTECA
DE SÃO PAULO.



Foto: Clóvis França. Acervo pessoal

INÍCIO DOS TRABALHOS DA EQUIPE
TÉCNICA E CONSULTORES PARA
IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO;

2007

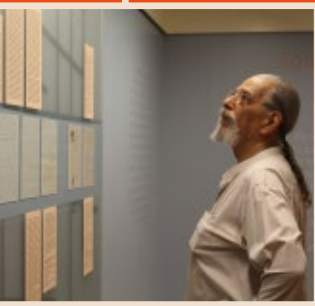
INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO “DIREITO
À MEMÓRIA E À VERDADE: A DITADURA
NO BRASIL 1964-1985”;

CERIMÔNIA MARCA O INÍCIO DA
IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO E A MUDANÇA DO NOME
MEMORIAL DA LIBERDADE;

2008

INAUGURAÇÃO DO
MEMORIAL DA RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO.

2009



Acervo Memorial da Resistência de São Paulo

INAUGURAÇÃO,
NO ANDAR TÉRREO,
DO NOVO ESPAÇO
EXPOSITIVO SOBRE
LUGARES DA MEMÓRIA

2016

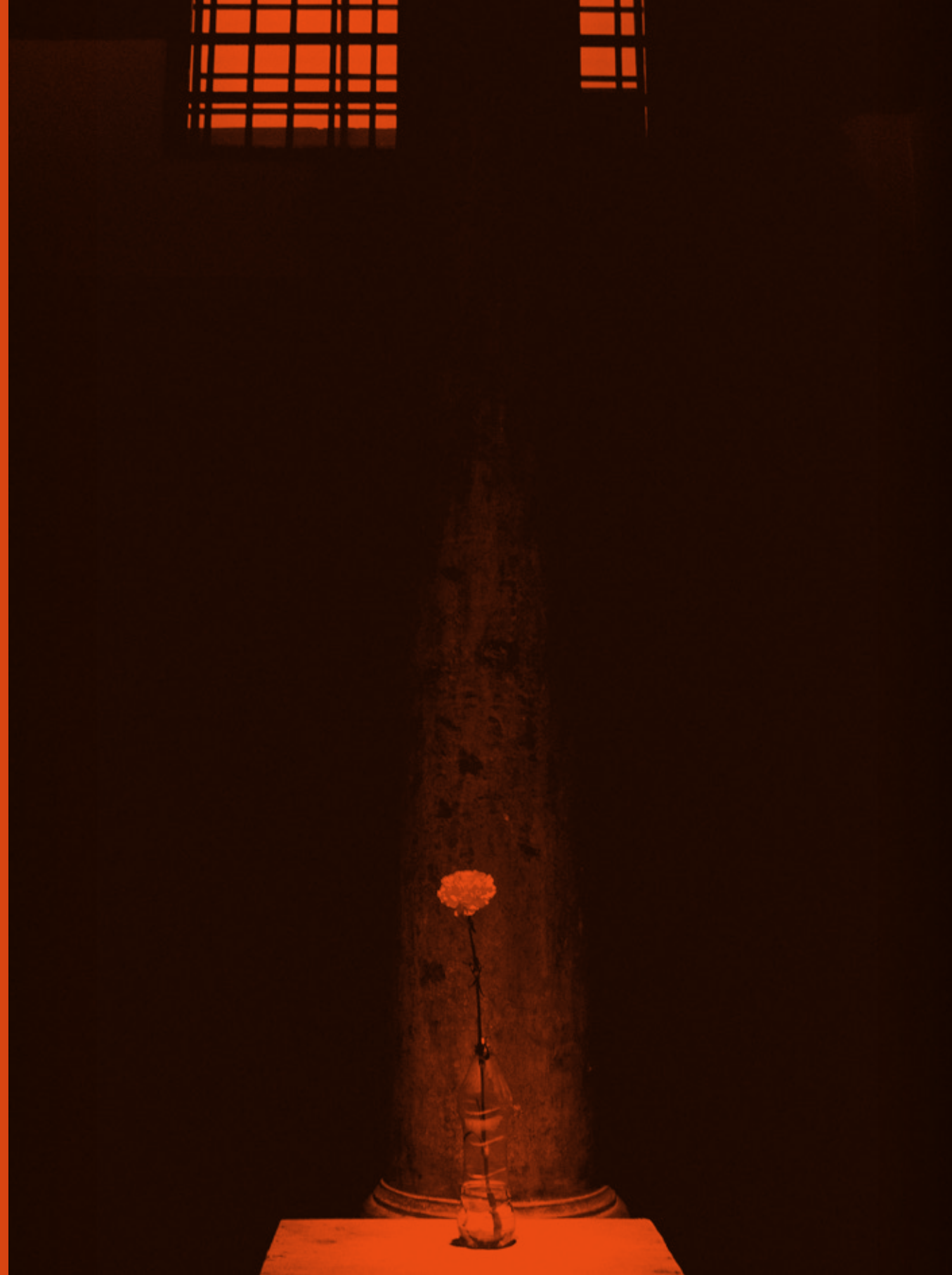
MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA PASSA
A OCUPAR O 3º
ANDAR DO EDIFÍCIO
COM EXPOSIÇÕES
TEMPORÁRIAS

2018

Foto: Pablo Di Giulio.
Acervo Memorial da Resistência de São Paulo



OCUPAÇÕES DO EDIFÍCIO



"EU ACHO QUE TEM DOIS MOMENTOS MUITO FORTES QUE SÃO O DO NATAL E DO ANO NOVO. EU ME LEMBRO QUE, PARA O NATAL, PEDI À MINHA FAMÍLIA QUE TROUXESSE UM BOLO E FLORES PARA QUE EU PUDESSE REPARTIR ENTRE OS COMPANHEIROS. E ISSO FOI MUITO FORTE! A MINHA MÃE TROUXE UM RAMO ENORME DE CRAVOS VERMELHOS E, QUANDO EU DESCI PARA A CELA, EU FUI DISTRIBUINDO OS CRAVOS E ISSO FOI MUITO MARCANTE. PORQUE UMA COISA É VOCÊ RECEBER UM PEDAÇO DE BOLO, MAS OUTRA É VOCÊ VER A NATUREZA VIVA OUTRA VEZ DENTRO DA CELA, NÉ? E ISSO ENTÃO MARCOU A TODOS OS COMPANHEIROS, TODOS SEMPRE SE LEMBRAM MUITO DESSA CENA".

ELZA LOBO, EX-PRESA POLÍTICA DO DEOPS/SP EM ENTREVISTA PARA A IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA.

MARCELO

ARAUJO

MARCELO MATTOS ARAUJO NASCEU EM 1956, EM SÃO PAULO, CAPITAL. É BACHAREL EM DIREITO PELA USP (1978), ESPECIALISTA EM MUSEOLOGIA PELA FESPSP (1983) E DOUTOR PELA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP (2002). ATUOU COMO DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA (APAC) ENTRE 2002 E 2012. EM 2006, ATRAVÉS DO CONTRATO DE GESTÃO POR ORGANIZAÇÃO SOCIAL, A APAC, RESPONSÁVEL PELA PINACOTECA DE SÃO PAULO, ASSUMIU TAMBÉM A ADMINISTRAÇÃO DO ENTÃO MEMORIAL DA LIBERDADE E, EM 2008, DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. ENTRE 2012 E 2016, FOI SECRETÁRIO DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO E ENTRE 2016 E 2018 PRESIDIU O INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM).



Acervo Memorial da Resistência de São Paulo

Local de gravação

Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo/SP

Data

02/03/2018

Duração da sessão

1h17min

Entrevistadoras

Luiza Giandalia e Camila Djurovic

Operador de câmera

Ivan Trimigliozzi

Transcrição

Maria de Lourdes da Silva

Adaptação da entrevista

Julia Gumieri

Revisão

Louise Azevedo

LUIZA GIANDALIA Marcelo, no ano de 2006, a gestão do Memorial da Liberdade é transferida para a Pinacoteca de São Paulo. Quem geria o Memorial antes e por que houve essa transferência de administração?

MARCELO ARAUJO Por volta de 2004, a então secretária da Cultura, Cláudia Costin, me chamou na qualidade de diretor da Pinacoteca e nos convidou para assumir a gestão do edifício que hoje nós chamamos de Estação Pinacoteca. Esse edifício havia sido restaurado com o propósito de receber a instalação de outros equipamentos de cultura, mas esse processo, por uma série de razões, acabou não se concretizando e o edifício estava em grande parte vazio. A Pinacoteca já vinha conversando com a Secretaria da Cultura e solicitando mais espaço para o desenvolvimento das suas atividades, porque nós já tínhamos, naquela época, um acervo muito importante e com grande potencial, além de uma série de demandas, e a secretária Cláudia Costin ofereceu à Pinacoteca a gestão deste edifício. Naquela época, o Memorial da Liberdade, que ocupava uma parte do térreo, funcionava sob a gestão do Arquivo Público do Estado.

Quando a Pinacoteca assumiu a gestão do edifício e instalou a Estação Pinacoteca, nós convivemos cerca de um ano e meio, dois anos, com o Memorial da Liberdade ainda sob a gestão do Arquivo do Estado. Nesse espaço, o que havia eram alguns terminais disponíveis com informações, mas praticamente nenhuma atividade. A parte originalmente ocupada pelas celas havia passado por um processo de restauro que tinha em grande parte descaracterizado o lugar, o que tornava muito difícil a sua identificação. Então esse era um local que, obviamente, não respondia ou correspondia às expectativas de um lugar de memória com todas as questões que aconteceram nesse edifício, principalmente no momento de sua ocupação pelo Deops. Então, quando a Pinacoteca assumiu a gestão do prédio, o Fórum Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo quase que imediatamente entrou em contato comigo. Nós começamos todo um diálogo com eles registrando essa, digamos assim, insatisfação com

as atividades do Memorial da Liberdade. Havia inclusive uma grande crítica ao próprio nome “Memorial da Liberdade”, porque era um nome até um pouco irônico para designar um local como esse. E, nesse momento também, o Arquivo do Estado, por uma série de questões administrativas, vinha apresentando dificuldades para o desenvolvimento de atividades aqui e, ao mesmo tempo, não havia uma intenção maior de ocupação do espaço.

Enfim, todo esse conjunto de questões fez com que acabássemos caminhando para uma proposta de que a Pinacoteca passasse também a assumir a gestão do Memorial. Até porque, e isso inclusive administrativamente falando, é o que fazia mais sentido, porque a Pinacoteca já era responsável pela gestão de todo o resto do edifício e agora tínhamos o compromisso, justamente, de buscar constituir uma instituição que respondesse a essas demandas do Fórum. E, mais do que as demandas do Fórum, que pudesse oferecer e instituir um espaço de memória à altura das principais questões políticas que ocorreram aqui. Foi com esse compromisso que a Pinacoteca assumiu o Memorial, por volta de 2006, mas com o prédio já restaurado.

LUIZA GIANDALIA Marcelo, você poderia falar um pouco sobre as memórias que você tem do espaço carcerário nesse contexto em que a Pinacoteca passou a gerir o Memorial da Liberdade?

MARCELO ARAUJO Olha, eu conheci e tenho um grande respeito pelo arquiteto responsável pelo projeto de restauro desse espaço, o Haron Cohen, que é um grande profissional de arquitetura. Conversamos muito a respeito das orientações, digamos assim, que ele recebeu, na época, para realizar o restauro para que se instalasse uma instituição cultural aqui no prédio. E não houve, nessas instruções, nenhum projeto específico e nenhuma preocupação com a questão da memória da ocupação do prédio ou com a preservação desses traços históricos. Além disso, o prédio também tinha passado por um processo de degradação muito violento, né? Pois ele ficou muitos anos fechado. Na verdade, a gente não pode dizer que ele tenha ficado abandonado, mas é no sentido de dizer que ele não sofreu nenhum tipo de ocupação,

que foram anos vazios, e, por isso, de abandono. E claro, é um prédio de uma memória sempre complexa, que colocava em cheque muitas questões políticas. E essas questões eram tão delicadas na história política do Brasil naquele momento quanto são agora.

Então, para o restauro que foi feito, como eu disse, não houve nenhum projeto, nenhuma indicação e foi um restauro realizado, de uma maneira geral, para a instalação de uma instituição cultural, pensado muito em termos de acessibilidade, de modernização de equipamentos, mas sem esta preocupação mais específica com o significado do espaço, principalmente das celas que foram mantidas. Agora, a sensação que se tinha, após a restauração, e pelo menos essa era a minha percepção, era a de um processo de assepsia. As celas estavam todas limpas e era um espaço que as pessoas olhavam e falavam:

“Ah! É um espaço bonito. Com o pé direito alto, colunas de ferro, chão de cimento”, o que era até um pouco irônico. Mas é que todas aquelas presenças do passado do edifício, inclusive de uma ocupação cotidiana, tinham sido eliminadas. Houve, claro, uma preocupação com uma certa recomposição da arquitetura original do prédio, cujo projeto é do Escritório do Ramos de Azevedo, construído a princípio para ser os Armazéns e Escritórios da Estrada de Ferro Sorocabana. Mas os anexos do prédio, como as celas do fundão, que foram construídos no período do Deops e que do ponto de vista da memória política eram muito importantes, foram eliminados. Então foi mesmo um processo de assepsia, e o resultado foi um espaço vazio que, claro, para quem tinha passado pela experiência da prisão, era um impacto muito grande, mas para quem não tinha tido essa experiência, era um espaço vazio, frio e muito pouco instigador de qualquer processo que buscasse trabalhar com a construção, com o resgate dessas memórias. Isso sempre foi uma questão de muita irrisignação para o Fórum, o de testemunhar esse processo de assepsia. Eles ficavam realmente muito tristes e, obviamente, com toda a razão. Agora, por outro lado, para uma instituição como a gente, e aí já entrando um pouco no processo de construção do projeto de ocupação do Memorial, esse era um desafio muito grande, porque era um espaço que tinha sido praticamente esvaziado de

grande parte dos vestígios materiais que pudessem permitir a evocação daquelas questões, não é? E isso era uma dificuldade. E, se você pensar, fora a própria divisão espacial das celas, que foi mantida, todo o resto do prédio foi muito alterado. Então a própria recomposição, por exemplo, dos percursos em relação às outras salas do prédio era algo muito difícil, mesmo para quem tinha passado por aqui antes. Aqui, infelizmente, era um espaço vazio. Mas acredito que esse foi também o grande desafio a que nós nos propusemos, que foi justamente o de devolver para esse espaço um pouco desse potencial de resgate de memórias.

LUIZA GIANDALIA Agora uma pergunta em relação à constituição da equipe para a elaboração do projeto de ocupação do Memorial. Como foi pensada a formação dessa equipe e quem eram esses profissionais?

MARCELO ARAUJO O nosso desafio era mesmo a constituição de um projeto museológico, e esse realmente foi um momento privilegiado que nós tivemos. Nesse sentido, a Secretaria da Cultura foi bastante generosa em reconhecer a necessidade desse processo e em nos garantir não só os recursos, mas, inclusive, o tempo necessário. Porque eu acho que foi, pelo menos, um ano, um ano e pouco, de desenvolvimento. E, na qualidade de diretor da Pinacoteca, a minha responsabilidade foi a de pensar na constituição de um grupo interdisciplinar que pudesse trabalhar no desenvolvimento desse projeto. E eu pensei em um tripé. Na museologia, a minha primeira lembrança foi a Cristina Bruno. Eu fui da quarta turma do curso de especialização em museologia e a Cristina era da primeira turma, então nós nos conhecíamos desde 1981, e ela é uma profissional pela qual eu tinha, e tenho até hoje, uma enorme admiração. A professora Maria Luiza Tucci Carneiro, que é uma historiadora que também já tinha toda uma pesquisa muito desenvolvida e consistente para as questões que trataríamos aqui, e que eu já conhecia desde a época em que fui diretor do Museu Lasar Segall. E, claro, da parte educativa, convidei a Gabriela Aidar, que já fazia parte da equipe da Pinacoteca. Trabalhamos conjuntamente

no desenvolvimento desse projeto museológico, e sempre tendo como premissa inicial que esse projeto fosse pensado em diálogo permanente com o Fórum dos ex-Presos Políticos. Então, desde o primeiro momento, houve essa equipe técnica para o desenvolvimento do projeto, mas a sua construção foi sempre em diálogo direto com o Fórum.

LUIZA GIANDALIA Marcelo, e de que forma foi orientado o discurso museológico nessa fase de implantação? A gente sabe sobre essa participação intensa dos ex-presos políticos que colaboraram narrando as suas vivências nas celas, sobretudo porque o foco era o desenvolvimento do projeto para o espaço carcerário, mas que registros você tem dessa participação deles?

MARCELO ARAUJO Essa era a diretriz fundamental: que o processo todo deveria ser pensado, e foi pensado, a partir das memórias dos ex-presos políticos que aqui estiveram, e tenho mesmo muito orgulho de termos conseguido desenvolver o projeto desta maneira. Foi todo um trabalho, inclusive metodológico, de coletas de testemunhos para a identificação dos espaços a partir das memórias deles. Foram essas memórias que serviram para a construção do discurso museográfico e da comunicação museológica. Enfim, esses foram momentos muito ricos e que fiz questão de participar. Tive o privilégio de poder participar de todos eles, de poder estar presente em todas as discussões sobre os espaços e, principalmente, para as soluções que foram encontradas para cada uma das celas, pois cada uma teve uma estratégia distinta, principalmente a Cella 4, que é inteiramente construída a partir de memórias.

Uma questão que nesse processo acabou ficando evidente para nós, desde o início, foi a de perceber como a resistência não é simplesmente a questão da resistência política, a que estava internamente presente, ou mesmo a resistência externa, mas de como as pequenas ações do cotidiano também devem ser vistas como ações de resistências. Então esse foi o espírito que levou à construção das estratégias de ocupação das quatro celas e, principalmente, da última. Toda vez que eu entro nessa Cella 4, e já faz quase 10 anos que ela foi feita, ela ainda provoca, em mim, uma enorme emoção. Ali é realmente o registro

das memórias, os depoimentos, a voz dos ex-presos sobre aquele cotidiano, aquelas emoções, aqueles sentimentos, e eu acho que isso é de uma riqueza e de um potencial enormes! Com o pequeno espaço que a gente teria, tínhamos que ter encontrado exatamente essa conjugação entre o impacto da memória e o impacto do espaço. Então, para aquela cela foi estratégico, justamente, só utilizar as vozes.

Agora, todas essas memórias são muito doloridas. Estamos trabalhando com memórias de tortura, de morte, de assassinato, desaparecimento, de processos psicológicos e de violência que marcaram todas aquelas pessoas de uma maneira indelével muitas vezes; inclusive com registros de ex-presos que não conseguiram, ou que têm uma enorme dificuldade de superar aquela violência toda e que, por isso, não conseguiram, por exemplo, nos dar seu testemunho, não é? Então, de alguma maneira, todo esse processo de comunicação da exposição tinha que caminhar para um sentido que fosse o de uma afirmação de liberdade, de confiança, do processo de resistência como um caminho de construção política, mas também de reafirmação da solidariedade, que é um sentimento extremamente ligado a todo esse processo de resistência. Essas foram discussões que, para mim, foram muito impactantes, muito estimulantes e muito bonitas. Foi realmente um processo de grande privilégio não só profissional, mas de vida mesmo.

LUIZA GIANDALIA Como foi problematizada a coexistência entre a Estação Pinacoteca e o Memorial da Resistência? Havia, naquele momento, intenções ou propostas de integrar as temáticas das duas instituições?

MARCELO ARAUJO Naquele momento, essa foi uma longa discussão, porque com o desenvolvimento do projeto museológico ficou muito clara a natureza do Memorial da Resistência, seus objetivos, seu papel, as atividades que desenvolveria no espaço que havia sido, digamos assim, designado ou reservado para a instalação do Memorial. A Pinacoteca, por outro lado, ocupou esse edifício em função de uma série de demandas técnicas e de crescimento que a instituição já tinha. E houve essa conversa,

em um determinado momento, para se pensar se as exposições da Pinacoteca que fossem feitas nesse edifício necessariamente teriam que ter um diálogo com o tema do Memorial. E acho que muito rapidamente ficou evidenciado que esse diálogo deveria ser construído quando possível, que essa não seria uma diretriz para os espaços ocupados pela Pinacoteca, até porque as demandas eram de outra ordem. Por exemplo, naquele momento a Pinacoteca estava justamente trabalhando com o recebimento, em comodato, da Coleção Nemirovsky, que é uma coleção importantíssima e que receberia um espaço permanente de exposição, o que só poderia ocorrer nesse edifício. Então o que foi definido é que os andares ocupados pela Pinacoteca seguiriam suas próprias diretrizes e políticas de exposição, enquanto o espaço ocupado pelo Memorial da Resistência obviamente seguiria as suas diretrizes, mas haveria uma convivência. A expectativa era a de que nós pudéssemos fazer, e eu acredito que isso tenha tido êxito, um trabalho de comunicação com o público evidenciando essa convivência de duas instituições com dois objetivos distintos no mesmo espaço, mas que sempre que possível, claro, buscariam articulações de suas ações. [...] Mas essa relação espacial foi, talvez, a única questão um pouco mais tensa entre o Memorial e a Pinacoteca durante a minha função de diretor da Pinacoteca, e de responsável, também, pelo Memorial da Resistência. Mas, em uma perspectiva de tempo, eu acho que a tendência do Memorial era a de se ampliar e ter uma ocupação espacial maior. E essa capacidade, naquele primeiro momento de implantação, ainda não existia, né? Mas foi justamente esse crescimento, amadurecimento, a própria evolução da sua equipe e da sua reflexão enquanto instituição que levou a essa demanda e a essa possibilidade de uma maior ocupação espacial dentro do edifício.

LUIZA GIANDALIA Marcelo, como você sabe, desde 2016 o Memorial ocupa duas novas salas de exposição no 3º andar. Com esse ganho de espaço, você acredita que a instituição possa expandir o seu repertório temático e ampliar o diálogo com as demandas contemporâneas da cidade, sobretudo, no que tange a questão dos Direitos Humanos?

MARCELO ARAUJO Eu acho que isso sempre foi dito e sempre foi pensado, desde o primeiro momento da construção do projeto museológico, e depois na implantação, que o Memorial da Resistência não poderia e não deveria ser uma instituição datada ou que concentrasse as suas atividades. Claro, ele pode até concentrar essas atividades no período da ditadura militar, mas como um foco, porque a questão desse embate entre a resistência e a repressão é um embate permanente, e é um dos maiores desafios para a construção da democracia contemporânea. Esse embate foi extremamente acirrado no momento da ditadura militar, inclusive com enfrentamentos, situações de morte e tortura, mas ele adquire outros formatos no âmbito da democracia contemporânea. Então é fundamental que o Memorial continue tendo uma presença na sociedade dos dias de hoje e que ele encontre maneiras para trabalhar essas questões nas dimensões atuais, que vão, inclusive, para questões como o controle dos meios de comunicação ou dos meios digitais, que hoje em dia colocam tantos limites e tantos desafios para o exercício democrático. [...] Então esses embates entre resistência e repressão para a consolidação da democracia contemporânea são as questões que o Memorial da Resistência deve se ocupar para além das memórias históricas, para poder ter, assim, esse espaço na nossa sociedade atual.

Uma questão pontual, que eu acho importante com essa ocupação dos espaços do 3º andar, e que já estava colocada desde o início do Memorial – mas que naquele momento estava posta de uma maneira indicativa e não resolutiva por falta de espaço e também por necessidade de recursos humanos – é a questão da incorporação de acervos. Esse é um problema que sempre se colocou, até por causa das ofertas de ex-presos políticos que têm acervos representativos desses processos todos, principalmente da ditadura militar. Na época, tomou-se a decisão da não incorporação por uma conjunção de fatos: a falta de espaço, a necessidade dos recursos humanos e a própria capacidade do Memorial de desenvolver todo o processo museológico necessário. Mas agora, talvez, seguindo inclusive as etapas que estão previstas no plano museológico de 2018, e com essa ampliação

do novo espaço no 3º andar, possa ser um momento de incorporação desses acervos, pelo menos gradativamente. Claro, acho que isso tem que ser feito com um cuidado muito grande, com uma reflexão muito grande, mas me parece que essa possa ser mais uma ação que trará para o Memorial uma conquista importante no seu processo de consolidação.

LUIZA GIANDALIA Por fim, como você enxerga a participação do Memorial da Resistência na Coalizão Internacional de Sítios de Consciência através da rede Latino-Americana?

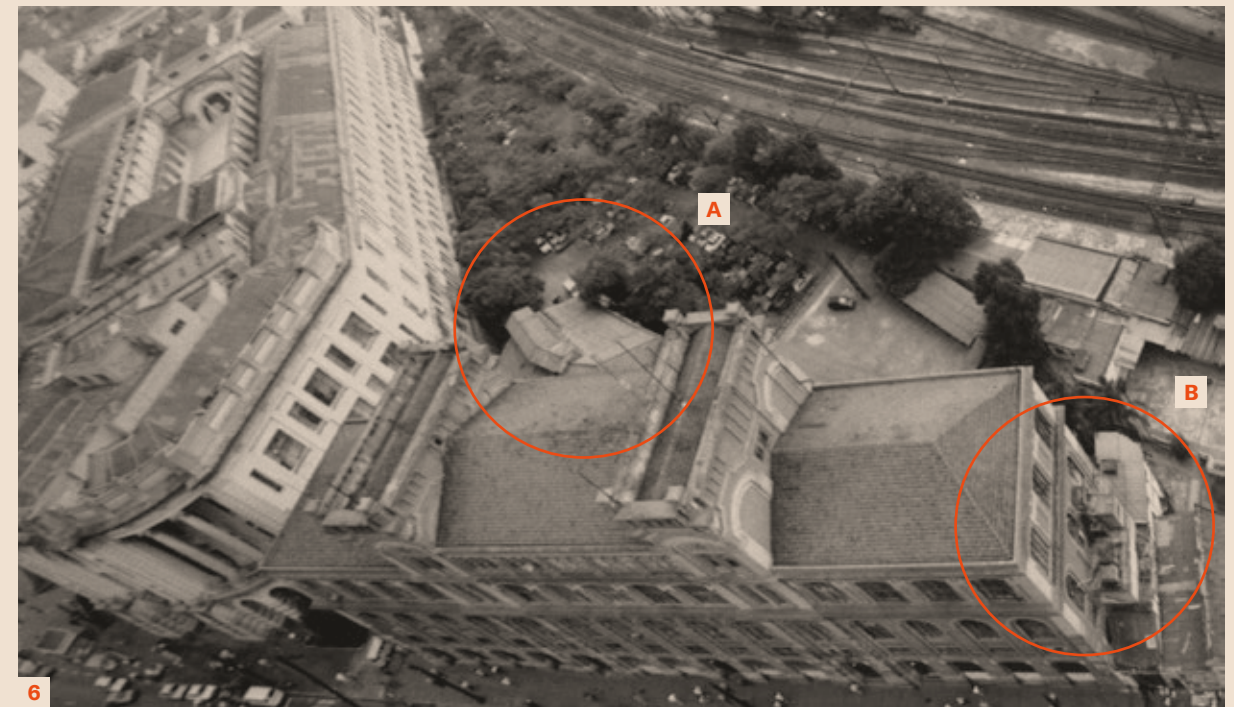
**Coalizão
Internacional de
Sítios de Consciência**

Rede global, fundada em 1999, que conecta sítios históricos, museus e memoriais dedicados à preservação de memórias traumáticas e à valorização dos direitos humanos. Busca incentivar a sociedade civil e as novas gerações a prevenir todas as formas de autoritarismo que possam vir a se manifestar nas sociedades. Atualmente conta com mais de 200 membros em 55 países. No Brasil, compõem a Coalizão, desde 2009, o Memorial da Resistência de São Paulo e o Núcleo de Preservação da Memória Política e, a partir de 2015, a Casa do Povo e o Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

MARCELO ARAUJO Eu acho que isso é absolutamente fundamental. Nós sabemos que os países da América Latina passaram por processos políticos semelhantes ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, com ditaduras de diferentes naturezas e que, justamente a partir dos anos 2000, com esses processos políticos, surgem diferentes iniciativas e movimentos que vão trabalhar com a questão da memória e da necessidade de preservação dessas memórias. [...] E essa foi uma iniciativa cujo primeiro contato, se eu não estou equivocado e se minha memória também não me trai, nós devemos ao Maurice Politi e ao Ivan Seixas do Fórum, pois foram eles que fizeram essa primeira conexão. Mas, desde o primeiro momento, foi uma iniciativa que eu considerei fundamental e que procurei dar todo o apoio e estímulo. A Kátia Felipini, que era a coordenadora do Memorial, também se envolveu muito rapidamente com essa questão. O Memorial ter essa presença na Coalizão é muito sintomático até do nosso próprio processo político brasileiro, pois, naquele momento, havia outros projetos, outras instituições de memória que estavam sendo pensadas e que estavam em gestação e em desenvolvimento, mas, infelizmente, nenhum deles acabou se concretizando. E hoje, em 2018, o Memorial da Resistência de São Paulo ainda é, no Brasil, a única instituição que tem esse perfil, essa vocação. E quando a gente compara o Brasil com outros países da América Latina, como Argentina, Chile, Colômbia, Peru, são países nos quais várias instituições surgiram, cresceram, e que contam com uma multiplicidade e uma articulação maior, e no Brasil o Memorial ainda é a única.

[...] E acho que essa articulação internacional também foi muito positiva porque trouxe visibilidade para o Memorial. Trouxe uma possibilidade de diálogo que, obviamente, contribuiu também para uma reflexão a respeito da própria instituição. Essa convivência, o acompanhamento de iniciativas, as conferências e encontros, isso tudo traz uma grande dinâmica também do ponto de vista de metodologias, de projetos que são desenvolvidos. Por exemplo, esse projeto de identificação dos lugares da memória no estado de São Paulo é similar a projetos desenvolvidos em outras cidades. Agora, uma reflexão que eu acho interessante é: por que alguns desses países, se nós pegarmos, por exemplo, a Colômbia e o Chile, optaram por criar instituições nacionais de memórias em edifícios que foram construídos? E são edifícios que foram construídos especialmente para receber essas instituições, ao contrário da opção aqui do Memorial da Resistência e de muitas instituições, principalmente na Argentina, que optaram por se instalar nos próprios locais de memória. Eu acho que é interessante a gente poder fazer esse confronto entre essas duas opções e avaliar as suas eficácias. E acho que a visita que o Memorial recebe e essa transformação do Memorial da Resistência em uma referência, digamos assim, brasileira de instituições de memória, de preservação de memória política, foi também um fator, sem sombra de dúvida, fundamental para a consolidação de seu processo.





1. Espaço carcerário antes da reforma, dec. 1990. Fotos: José Patrício. Acervo pessoal;
2. Corredor para banho de sol com escada que dava acesso ao Fundão - espaço carcerário, anexo ao edifício, demolido durante a reforma. Foto: José Patrício. Acervo pessoal;
3. Gabinete do antigo Deops/ SP antes da reforma, dec. 1990. Acervo Haron Cohen;
4. 2º andar do edifício durante a reforma, 1999. Foto: Fernando Braga. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo;
5. Delegacia de Estrangeiros no 2º andar do edifício, 1959. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo;
6. Imagem aérea do edifício antes da reforma, 1999. (A) Anexo que funcionou como garagem. (B) Carceragem anexa ao prédio, conhecida como Fundão. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo;
7. Anexo que abrigava a garagem do Decon, demolido durante a reforma. Foto: José Patrício. Acervo pessoal.

CRISTINA

BRUNO

MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO NASCEU EM 1955, EM JUNDIAÍ, SÃO PAULO. É GRADUADA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS (1975), ESPECIALISTA EM MUSEOLOGIA PELA FESPSP (1980) E MESTRE EM HISTÓRIA PELA USP (1984). EXERCE CARREIRA ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE-USP). EM 2007, A CONVITE DA PINACOTECA DE SÃO PAULO, PARTICIPOU DA FORMULAÇÃO DO PROGRAMA MUSEOLÓGICO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO E, ATÉ 2018, FOI MEMBRO DO CONSELHO DE ORIENTAÇÃO CULTURAL DA INSTITUIÇÃO.



Arquivo Memorial da Resistência de São Paulo

Local de gravação

Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo/SP

Data

12/04/2016

Duração da sessão

43min

Entrevistadoras

Luiza Giandalia e Desirée Azevedo

Operador de câmera

André Oliveira

Transcrição

Maria de Lourdes da Silva

Adaptação da entrevista

Julia Gumieri

Revisão

Louise Azevedo

LUIZA GIANDALIA Cristina, como você recebeu o convite para conceber a proposta museológica do Memorial da Resistência?

CRISTINA BRUNO Na ocasião, o Marcelo Araujo era o diretor da Pinacoteca, e eu acredito que ele recebeu essa incumbência, que tinha sido passada pela Secretaria da Cultura, de revitalizar ou reavaliar o Memorial da Liberdade. Então ele convidou um grupo: eu, no caso, participei como museóloga, a Maria Luiza Tucci Carneiro como historiadora, e a Gabriela Aidar, que é da Pinacoteca, como educadora. Em um primeiro momento, nós reavaliamos muito o perfil do que o Memorial da Liberdade fazia, que era mesmo uma atuação bastante tímida. Nesse contato, já começamos também a conversar com alguns dos protagonistas, os ex-presos, e outros profissionais. A partir daí, esse grupo fez uma proposta que foi encabeçada pela mudança do nome, mas que no fundo seria uma mudança da própria personalidade da instituição. Então nós trabalhamos nessa primeira etapa e apresentamos, no final, uma proposta de programa museológico para uma nova fase do Memorial e sugerimos também que ele recebesse esse nome atual.

LUIZA GIANDALIA Isso em 2008? E como se deu o processo de concepção do projeto museológico?

CRISTINA BRUNO Isso. Foi em 2008. Agora, sobre o projeto museológico primeiro começamos com essa redefinição a partir da indicação do conceito de resistência e outros conceitos que de alguma forma tangenciavam e tangenciam essa questão, como controle e repressão, e começamos a pensar em alguns caminhos: quais seriam as linhas de atuação desse Memorial? Depois, fizemos uma inflexão em relação ao próprio espaço possível, que era ainda menor do que é hoje o espaço disponível para esse trabalho, e nessas discussões já identificamos a necessidade de uma ampliação. Um outro conceito que nós trabalhamos bastante foi o próprio conceito de lugar de memória, porque no fundo o lugar que seria musealizado era especificamente a prisão, as celas. Depois é que foi se ampliando um pouco para outras áreas. Evidentemente, analisamos muito essa interlocução com a própria Pinacoteca, já que o espaço estava

Lugar de memória

Conceito cunhado na obra *Les Lieux de Mémoire* dirigida pelo historiador Pierre Nora e publicada entre 1984 e 1992. A obra procurou traçar uma história da França através dos vínculos entre os processos de produção de memória social e certos lugares. Atualmente, no campo dos Direitos Humanos, abrange os espaços públicos e privados que buscam problematizar as experiências do passado de autoritarismo e violência, propondo uma reflexão crítica sobre suas consequências na sociedade atual.

constituído também como Estação Pinacoteca, com exposições de arte e ação educativa. Então eu acho que, em um primeiro momento, o plano surgiu de uma preocupação conceitual e dessa necessidade mesmo de gerar um novo conceito. Em um segundo momento, eu acho que a questão foi “como musealizar?”, ou “quais seriam as possibilidades de um lugar da memória?”. Em um terceiro momento, pensamos quais seriam as condições para o desenvolvimento de uma instituição em um espaço extremamente restrito. Daí passamos a planejar as linhas de ação. Algumas delas inclusive extrapolam o próprio espaço do Memorial, pois são ações realizadas fora da instituição. Ao final, apresentamos o projeto para o secretário da Cultura, com o apoio do Marcelo Araujo e dos ex-presos, em uma grande cerimônia que foi feita na Secretaria da Cultura. Nela, ao vivo, discutimos muitas coisas também. Nessa primeira fase do trabalho, o contato com os ex-presos e mesmo com os outros profissionais foi gradativamente crescendo. Depois houve um intervalo de tempo até realmente começar uma segunda fase, que seria a de implantação mesmo. Aí esta realização já contou, por exemplo, com a Kátia Felipini, com a Caroline Grassi e com os ex-presos de forma bastante direta, pois foi uma etapa já concebida de maneira muito participativa.

DESIRÉE AZEVEDO Você podia falar um pouco mais sobre a modificação do Memorial da Liberdade para o Memorial da Resistência como uma mudança conceitual? Qual foi a importância dessa mudança para a constituição desse espaço como um lugar da memória?

CRISTINA BRUNO Eu me lembro que, antes mesmo de inaugurar a Estação Pinacoteca, houve aqui no edifício uma grande exposição do Siron Franco, um evento imenso, e os ex-presos fizeram uma super-manifestação de protesto na porta. Isso eu me lembro bem, porque eu vim a essa abertura, mas obviamente que naquele momento eu não entendi muito bem o que eles estavam reivindicando. Então eles sempre reivindicaram esse prédio, e que essa história não fosse totalmente apagada, que algo deveria ficar. Eles tinham muitas demandas, e mesmo esse projeto surgiu por uma demanda deles, não é? Eles foram ao governador, ao secretário e pediram. E, de imediato,

Linhas de ação

O programa museológico do Memorial está estruturado por meio de seis linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural. Atuando articuladamente, essas linhas têm como objetivo fazer dessa instituição um espaço voltado para a promoção de ações que contribuam para o exercício da cidadania, o aprimoramento da democracia e a valorização de uma cultura em Direitos Humanos.

a primeira questão que recebemos quando fomos chamadas – éramos três mulheres – é que era um absurdo e uma ofensa esse espaço chamar Memorial da Liberdade, porque o que menos existia aqui era liberdade. Daí, conforme fomos conversando entre nós, chegamos nessa questão da resistência, que foi um pouco esse salto. Quando começamos essas conversas com os ex-presos, ou com outros grupos, as pessoas sempre diziam que se incomodavam com esse nome. Mas quando nós pensamos em outros conceitos, e começamos a caminhar por outras rotas, nós imaginamos que seria muito difícil mudar o nome, porque era algo oficial que dependeria, sei lá, de uma outra lei, mas ousamos. Primeiro a gente conversou com o Marcelo Araujo, e depois nós apresentamos a proposta para o secretário da Cultura, dizendo que tinha que mudar, e foi tudo muito mais fácil do que eu pensei. Então a mudança do nome foi realmente um norte para o que viria.

A outra questão é que aqui, onde hoje é a linha do tempo, era um pequeno *hall* de entrada. As celas, e todo o resto, tinham sido descaracterizadas. Por exemplo, em uma das vezes que eu vim aqui visitar, as celas eram galerias para obras de arte, e isso era algo que incomodava muito aos ex-presos. Então, nesse primeiro documento da proposta museológica, a gente já começa falando sobre isso, porque naturalmente isso foi o que nos permitiu pensar nessas outras rotas: trabalhar a ideia de controle, a ideia de repressão e que, embora esse lugar da memória seja configurado em torno das celas, a ideia de resistência existia dentro e fora daqui. A gente buscou sempre trabalhar esses diálogos. Mas outros temas também foram surgindo a partir dos depoimentos dos ex-presos. A ideia de solidariedade, por exemplo, sem que a gente perguntasse, eles falaram, contaram casos de como eles percebiam o que estava ocorrendo fora daqui e falaram até mesmo sobre situações mais dramáticas. No começo também me surpreendeu que, apesar do lado doloroso, eles tinham um humor para contar certas coisas como: sábado à noite não tinha tortura porque o torturador era um funcionário público, e, por isso, não trabalhava sábado à noite.

Já em uma etapa mais avançada do projeto, quando a gente pensou que as celas tinham que ser concebidas a partir da ideia deles, e não ao contrário,

resolvemos fazer de forma mais sistemática essas conversas com os ex-presos. Naquele momento, para aquele objetivo, a gente não tinha o interesse em saber de que filiação política a pessoa era, ou que tipo de ação ela tinha feito para ser levada à prisão. Mas nos surpreendeu o fato de que eles sentiam necessidade de falar. Porque o nosso foco era entender como eles viveram aquela experiência da cela, da prisão naquele espaço, mas eles sempre falavam de outros companheiros e isso facilitou muito as coisas para a gente, porque foi como se eles estivessem nos ajudado a criar o próprio roteiro de protagonistas. E de um caso nós íamos para outro. Por exemplo, era difícil ter o contato com o Frei Betto, mas um deles conseguiu e o chamou, e nós viemos aqui em um domingo para poder falar com ele. Ou seja, eles foram completamente facilitadores desse processo. Mas isso não é uma unanimidade, porque também existem grupos nesse contexto de ex-presos políticos ou de familiares de desaparecidos, e, lógico, existem visões diferentes também. Tem pessoas que criticam o Memorial e que, logo no começo, o enxergavam de uma outra maneira, mas que paulatinamente também foram se apropriando daqui. Mas isso eu acho que faz parte da realidade de qualquer museu, de qualquer atividade cultural.

LUIZA GIANDALIA E, nesse processo, como você identifica a participação dos ex-presos? De que forma você vê essa contribuição?

CRISTINA BRUNO Bom, a linha museológica que a gente trabalhou aqui no Memorial, e que eu acho que continua sendo trabalhada, é esse embasamento na Sociomuseologia. Então, a participação de protagonistas daquele eixo de memória, ou daquele problema, ou daquele acervo, é sempre algo singular e estruturador do processo. Aqui, no caso, eu acho que foi absolutamente fundamental, porque nós desenvolvemos também, como estratégia para um trabalho de memória, as oficinas individuais e coletivas, e a ideia central foi mesmo a de dar o protagonismo a eles. Desde o início, nós partimos da ideia de que a vivência desse lugar da memória era uma vivência, principalmente, a partir das celas, e, portanto, desses protagonistas, e eles não tiveram muitas

outras experiências no prédio e, naquele momento, a gente também não entrevistou e nem contou com a participação de delegados ou outras pessoas. Então nós partimos da vivência das celas para pensar todo o discurso museológico e, nesse sentido, a participação deles foi muito importante. Agora, eu sempre achei muito interessante como eles se articulavam, como eles traziam outras pessoas, enfim, como eles se apropriaram mesmo do lugar. Isso para mim foi o mais impressionante. Foi uma lição de museologia mesmo.

Porque nós sempre partimos do princípio de que gostaríamos que fosse um trabalho coletivo e que queríamos a participação deles. Mas vocês sabem, as coisas são demoradas, você tem que criar alianças, criar contextos. E no começo, para alguns, foi muito difícil porque eles nunca mais tinham entrado aqui, enquanto outros já agiram como facilitadores mesmo para trazer terceiros. Tudo isso foi caminhando naturalmente e eles se envolveram de uma maneira inacreditável. Já bem mais para frente, na época da montagem da exposição de longa duração, passamos cenas indescritíveis aqui. Eu me lembro de uma noite, às vésperas da abertura, e a gente aqui, entrando e saindo das celas quase como se fosse uma festa de família, véspera de casamento. Então, eu acredito que o Memorial teve também um grande papel para eles. A participação de um núcleo, sobretudo de um grupo mais coeso e mais ativo, eu acho que foi fundamental na elaboração do próprio discurso da exposição de longa duração, dessa proposta de partir da vivência das celas e o restante, na verdade, ser o contexto. Assim como a própria atuação deles para o desenho de algumas linhas de ação do Memorial foi também bastante importante. Então esses são alguns dos aspectos da Sociomuseologia.

LUIZA GIANDALIA Cristina, a gente podia falar um pouco sobre o plano museológico de 2010? Como ele se consolidou e sobre a sua participação na criação desse documento.

CRISTINA BRUNO Aqui houve a oportunidade de fazer uma proposta, fazer um programa de implantação e então fazer o plano museológico. Essa foi mais ou menos a sequência do caminho. Então o plano museológico, aqui nesse caso, foi um diagnóstico em

relação às linhas de atuação, mas, lógico, o Memorial tinha um tempo curto de vida, o que é diferente de você ter que analisar uma instituição que tem 100 anos. Então nos focamos muito nessas linhas e na ideia de fazer um plano de futuro. Quer dizer, o plano museológico teria que indicar o futuro além de medir os eventuais desequilíbrios dessa curta experiência. Então propusemos uma estratégia que fosse participativa também, com rodas de conversa, entrevistas, discussões *on-line*, e disso foi possível fechar um diagnóstico da experiência da instituição. Por exemplo, identificamos que algumas linhas tinham avançado muito, enquanto outras não, e isso por uma questão de equipe. Então, naturalmente, teria que haver esse equilíbrio e, mais para frente, no caso do Memorial, teria que haver também um diálogo com a Pinacoteca, porque o Memorial é parte dessa estrutura. E isso também é algo um pouco inédito na história de um plano: você também ter que conversar com uma outra instituição.

Mas, enfim, nós identificamos que seria possível entender o Memorial e o seu futuro em três fases. O plano museológico foi estruturado dessa maneira: para cada uma das fases estavam embutidos alguns resultados do diagnóstico, junto com uma proposta pensada a partir de uma experiência piloto, ou algo semelhante, para pular para uma outra fase. A ideia seria que, lá na frente, o Memorial chegasse à sua autonomia. Isso era bastante radical talvez, mas tudo foi sempre apresentado para a própria equipe da Pinacoteca e foi discutido com eles.

Agora, muitas vezes também, quando nós fazemos um plano museológico, por mais que você busque compreender aquela instituição no seu entorno político, histórico, financeiro, sempre surgem novidades, não é? Então, naturalmente, essa visão de futuro da instituição está um pouco comprometida pela própria situação do país e dos problemas nas nossas instituições hoje. Mas, retomando, a leitura era que aquela experiência piloto x, uma vez realizada, poderia ajudar o Memorial como um todo a ir para uma outra fase e assim por diante. Então foi possível pensar o plano dessa maneira. Assim, em nosso caso, tivemos em um primeiro momento a possibilidade de elaborar uma proposta, depois um programa de implantação, e aí sim o plano museológico. E o plano

conversa com a própria estrutura da OS [Organização Social] da Pinacoteca, com metas anuais e bianuais, que fazem parte da peculiaridade desse modelo de gestão. Mas, o que eu acho que tem de interessante no plano que foi possível fazer para o Memorial é que essa é uma instituição bastante focada, que não tem muitas arestas, como normalmente acontece com as instituições mais antigas.

LUIZA GIANDALIA Agora trazendo a nossa conversa um pouquinho mais para o presente, o Memorial hoje integra a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. Como você enxerga essa participação?

CRISTINA BRUNO Eu acho fundamental! Acho que todas as instituições museológicas, direta ou indiretamente, atuam em rede. Muitas vezes são redes que têm a ver com o modelo de administração, outras vezes têm a ver com os temas, ou com perfil de acervo. Então, cada rede tem um perfil e, no caso do Memorial, é pelo tema. E, com o tema central que ele tem, é fundamental buscar e ser encontrado por parceiros, não é? Acho que isso ocorreu aqui no Memorial até de uma forma muito rápida. Então, essa interlocução com a Coalizão, e mesmo outras interlocuções das quais tenho notícias, são fundamentais. E fico bem contente quando eu vejo como a instituição é procurada. Porque essa atuação em rede não é só dele em relação aos outros, embora isso já fosse bem importante para a própria consolidação da instituição, mas o Memorial passou também a ter uma identidade que extrapolou, e muito, os muros desse prédio. Então eu, até mesmo como professora com interesses acadêmicos de estudar o Memorial, vejo como ele é citado em outros lugares e acho que isso é bastante raro no Brasil, inclusive pelo fato dele ser uma instituição nova e com um tema que é difícil, não é? E, naturalmente, eu acho que a participação, por exemplo, em uma rede como a Coalizão permite também, ao próprio Memorial, arejar as suas ideias, os seus conceitos, ver como as outras instituições também estão tratando esse tema. E isso é fundamental. [...] Então é isso: o Memorial encontrou, continua encontrando e foi encontrado por essa rede temática que tem a ver muito com a atuação dele.

LUIZA GIANDALIA Cristina, e o que você destacaria como sendo os maiores desafios e conquistas da instituição, pensando esses sete anos de existência?

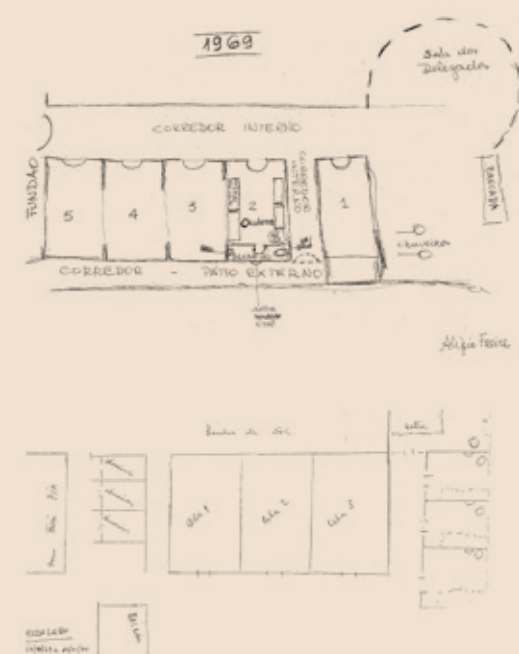
CRISTINA BRUNO Bom, ele tem um desafio que é comum a todos os museus: que é continuar existindo apesar de todas as questões financeiras, administrativas e tal. No caso especificamente do Memorial, ele tem um grande desafio que é o de não perder o norte do seu tema, e isso também é sutil para o Memorial, não é? Quer dizer, o Memorial não pode entrar, por exemplo, em uma questão de política partidária. Ele, ao contrário, tem que estar um pouco acima disso e acolher todas essas ideias, sempre permitir o debate, o que é muito difícil nos tempos atuais. E eu acho que esse é o seu norte. Mas há um cuidado também para que ele não seja usado de uma forma equivocada, muito sectária, e que acabe ficando vulnerável. Esse é um desafio. Agora, de uma forma particular, acho que outro desafio que sempre existiu, mas que depende muito de um diálogo crescente com a Pinacoteca, é a ampliação do espaço. Isso eu considero fundamental e já falei em muitas reuniões e em muitas situações. Porque acho que algumas ações do Memorial poderiam reverberar muito mais se ele pudesse ter um espaço maior, por mais que ele faça ações externas ou outras atividades. Esse é um desafio que se junta a uma coexistência institucional, nunca perdendo esse equilíbrio, esse diálogo, entre o Memorial e a Pinacoteca. Então eu vejo esses três desafios. Mas, logicamente, como ele tem esse norte em Direitos Humanos, toda a questão educacional do Memorial é central. Então, a maneira como ele pode desenvolver estratégias educacionais vocacionadas para os Direitos Humanos é uma questão central, e, a partir daí, existem desafios que são mais pontuais. Mas, resumindo, acho que os desafios são: estar atento para não ficar vulnerável por questões sectárias e continuar existindo.

Também acho importante buscar ampliar o diálogo com a Pinacoteca, porque isso reverbera tanto na própria ação do Memorial nesse contexto maior da OS, como também nessa questão do espaço. Daí existem desafios que são igualmente importantes, como a manutenção e ampliação da equipe. E a questão orçamentária, porque isso é o cotidiano,

e, no momento atual, também os museus aqui do estado estão passando por restrições, como todo o país. Então, acho que nesses momentos é que temos que ficar mais firmes. Ele também tem o desafio de ter um diálogo com a população circundante, o que também oscila muito nesse bairro, na Luz como um todo. Isso é um desafio para todas as instituições que estão aqui.

Agora, em termos de conquista, a maior conquista que eu vejo é ele ter se tornado muito rapidamente uma instituição adulta, sólida do ponto de vista da sua temática, e do enfrentamento desses desafios. Isso me impressiona bastante por tudo que eu já vivi profissionalmente e pelo o que eu vejo em outros lugares, então isso é bastante impressionante mesmo! E reverbera em outras conquistas, por exemplo, dele ter uma ação educativa firme, de ser respeitado, de ser procurado. Essas são pequenas grandes conquistas que, no fundo, espelham o seu foco e o fato dele ter se colocado de pé como uma instituição muito firme. Então acho que essa foi uma grande conquista. Outra conquista, naturalmente, tem a ver com o próprio tema dele, de conseguir chamar atenção para isso, nesse lugar e, de alguma maneira, reverter o significado desse prédio. Porque antigamente as pessoas não passavam nem na porta, atravessavam a rua, e esse prédio ficou, por muito tempo, maldito, né? E reverter isso não é fácil, é uma grande conquista.

Mas, de fato, eu vejo como a maior conquista mesmo ele ter se colocado desde o início como uma instituição adulta, porque isso permite que ele fique menos vulnerável do que outras instituições em momentos difíceis. E acho que, nesse sentido, foi fundamental o perfil da equipe, a liderança da Kátia Felipini, o apoio da Secretaria da Cultura, da Pinacoteca e de interlocutores muito próximos. Porque nós já vimos muitas instituições que nascem, fecham, reabrem e mudam o rumo e isso, lamentavelmente, é muito comum no mundo dos museus. Mas o Memorial está indo em uma rota. E, embora seja uma instituição pequena, se você comparar com outras, ele trabalha com um tema que é muito grande e que é muito forte e isso também é um apelo muito importante.



1. Reuniões da equipe técnica para implantação do Memorial da Resistência, 2008. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
2. Oficinas coletivas de memória com os ex-presos políticos Ivan Seixas, Maurice Politi, José Paiva, Raphael Martinelli, Rose Nogueira, Elza Lobo, Frei Betto e Alípio Freire, set./out. 2008. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
3. Levantamento de documentos históricos para implantação do Memorial da Resistência, 2008. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
4. Desenhos do espaço carcerário do antigo Deops/SP elaborados por Elza Lobo e Alípio Freire durante as oficinas de memória. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

GABRIELA

AIDAR

GABRIELA AIDAR NASCEU EM 1973 EM LONDRINA, PARANÁ. É FORMADA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1996), ESPECIALISTA EM ESTUDOS DE MUSEUS DE ARTE PELO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA (1998) E EM MUSEOLOGIA PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA ETNOLOGIA (2000), AMBOS DA USP. REALIZOU SEU MESTRADO PELA UNIVERSIDADE DE LEICESTER, NA INGLATERRA, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ESTUDOS DE MUSEUS. DESDE 2002 TRABALHA NA AÇÃO EDUCATIVA DA PINACOTECA DE SÃO PAULO ONDE, ATUALMENTE, EXERCE O CARGO DE COORDENADORA DOS PROGRAMAS EDUCATIVOS INCLUSIVOS E, EM 2007, PARTICIPOU DA FORMULAÇÃO DO PROGRAMA MUSEOLÓGICO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.



Arquivo Memorial da Resistência de São Paulo

Local de gravação

Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo/SP

Data

07/02/2018

Duração da sessão

33min

Entrevistadoras

Luiza Giandalia e Julia Gumieri

Operador de câmera

André Oliveira

Transcrição

Maria de Lourdes da Silva

Adaptação da entrevista

Julia Gumieri

Revisão

Louise Azevedo

LUIZA GIANDALIA Gabriela, como foi feito o convite para você participar do projeto de concepção do Memorial da Resistência e qual foi a sua colaboração dentro desse processo?

GABRIELA AIDAR Bem, eu vim por causa da Pinacoteca. Então isso é importante de deixar claro, porque eu não vim como uma pesquisadora ou como uma educadora pessoa física, digamos assim. Eu vim como uma pessoa jurídica, como membro do Educativo da Pinacoteca, exatamente porque eu tinha essa formação em História e, naquele momento, a gente achou que isso seria interessante. Eu também já tinha sido aluna da Maria Luiza Tucci Carneiro, já tinha sido aluna da Cristina Bruno, e esse tema da ditadura militar também não me era alheio, então a gente achou que seria interessante que eu participasse nesse primeiro momento; até porque eu pertencia à instituição à qual o Memorial estaria vinculado e está, de alguma maneira, até hoje, né? A ideia, então, era de começar essa relação entre o que seria essa nova instituição museológica, o Memorial da Resistência – que naquela época nem tinha esse nome ainda – com a própria Pinacoteca. Então eu vim nesse sentido e participei dessas primeiras reuniões, ainda muito embrionárias. No meu caso, sempre em uma perspectiva de tentar trazer um pouco da metodologia que a gente já tinha desenvolvido e estava desenvolvendo no Educativo da Pinacoteca.

LUIZA GIANDALIA E foi uma metodologia, a seu ver, facilmente aplicável?

GABRIELA AIDAR Eu acho que em grande parte sim e a gente pode até relembrar o que foi proposto nesse primeiro projeto. O que eu considero o fundamental de uma ação educativa em uma instituição cultural museológica são, inicialmente, as visitas educativas para grupos escolares e, no caso do Memorial, até pela temática, a gente tinha pensado que, inicialmente, teríamos visitas para o fundamental II, ensino médio e ensino superior. Hoje eu sei que o Educativo do Memorial abrange outras faixas etárias e ciclos, mas, naquele momento, foi isso. Consideramos também a questão espacial da exposição de longa duração que é implantada no

espaço das celas, no térreo. Na época, a gente já apontava para a limitação do tamanho dos grupos e de quantos educadores poderíamos ter para oferecer uma qualidade no atendimento. Então, já foi proposto esse sistema de visitas educativas que acontece até hoje. A gente também propôs algo, no qual investimos bastante na Pinacoteca, que é a formação de professores e outros educadores da educação não formal. Isso é fundamental! Mas enquanto na Pinacoteca a gente tem uma maior interlocução com professores de Arte, no caso do Memorial a gente entendia essa maior interlocução com os professores de História. Eu acho que isso aconteceu e acontece sistematicamente, pois o Memorial continua oferecendo o Curso de Direitos Humanos para professores e educadores. A nossa ideia inicialmente era também a de transformar os conteúdos da exposição de longa duração em cursos regulares para professores, com material impresso a ser distribuído para eles gratuitamente. Posteriormente, eu participei da redação desse material, que também seguiu um modelo que a gente usa lá na Pinacoteca. Outra coisa que pensamos, e que também usamos por lá, são os guias de autovisita para o público espontâneo, que é um folheto que guia a visita desse público com um caráter não apenas informativo, mas também questionador. E eu acho que foi isso que a gente pensou para o projeto inicial do que seria o Educativo no Memorial.

JULIA GUMIERI E como foi, para você, o desafio de transpor a experiência de trabalhar com arte para pensar um trabalho educativo em memória política?

GABRIELA AIDAR Então, como nesse primeiro momento foi uma proposta muito de pensar a estrutura básica e mínima de uma ação educativa, eu não cheguei a trabalhar tanto nessa questão do conteúdo histórico, mas eu sempre achei muito instigante trabalhar com essas questões. E, pela minha prática com educação em museu de arte, eu acredito que eu tenha um olhar um pouco diferente do que, talvez, um educador que trabalhe em um museu de história. Isso eu percebi muito claramente quando o material para professores estava sendo escrito pela equipe do Educativo do Memorial. Na época, a gente ajudou um pouco nessa

redação, e vimos algumas diferenças de abordagem. Mas a verdade é que também vimos como essas coisas podem se somar. Um historiador trabalha a imagem de uma forma e uma pessoa de um museu de artes visuais trabalha essa imagem de uma maneira muito distinta, mas o trabalho final pode ser muito enriquecido quando unimos esses dois olhares. Assim, enquanto o historiador trabalha naquilo buscando alguns aspectos documentais, informativos, a gente olha aquela imagem como uma imagem em que pode ser lido “o que significa a construção dela?”, pensando em como ela cria também um imaginário. E a gente complementou muito a leitura dessa prancha nesse sentido, o que eu avalio que ficou até mais interessante.

LUIZA GIANDALIA Agora em relação à elaboração do projeto museológico, quais você acha que foram os principais desafios?

GABRIELA AIDAR Olha, eu acho que nós tínhamos uma questão que, de certa forma, se coloca até hoje: que é essa relação entre essas duas instituições que possuem muitas coisas em comum e muitas dessemelhanças também, que são a Pinacoteca e o Memorial. Mas, naquela época, a gente tinha uma preocupação muito grande no projeto inicial, e discutíamos muito como fazer com que esses conteúdos dialogassem e como relacionar os conteúdos de artes visuais da Pinacoteca com os conteúdos mais históricos do Memorial. E isso era uma questão até para pensarmos em trabalhos mais interdisciplinares, né? No projeto inicial, uma das propostas era pensar em uma programação de exposições temporárias que trouxessem exposições de arte que dialogassem com essas temáticas que o Memorial trabalha e que são múltiplas. Pois não estão apenas ligadas aos períodos de ditadura, quer dizer, são muito mais amplas do que isso, pois se trabalha com temas de Direitos Humanos. E essa sinergia entre as exposições era até para pensar na experiência do visitante que vem à instituição: como conectar a experiência de visitar esse espaço que é do Memorial e que é da Estação Pinacoteca ao mesmo tempo? Como não ficar uma visita um pouco esquizofrênica?

JULIA GUMIERI Porque são emoções muito diferentes, não é?

GABRIELA AIDAR Muito! Experiências, discursos, narrativas e reflexões muito diversas. Então esse sempre foi, desde o princípio, desde antes do Memorial existir, um desafio que estava posto.

JULIA GUMIERI E esse desafio então permeou o “pensar” sobre a ação educativa?

GABRIELA AIDAR Eu acredito que sim. Mas talvez essa fosse uma discussão que tinha que acontecer, e que também tem que ser pensada não apenas pelo Educativo, mas principalmente pela programação expositiva. E eu percebo muito, como educadora da Pinacoteca, os momentos em que a gente conseguiu ter uma sinergia maior com o Memorial, que foi quando a gente teve mesmo esses pontos de encontro. Por exemplo, uma exposição que a gente trabalhou muito com os nossos grupos da Pinacoteca foi a das *Arpilleras*, mas isso porque ali havia um diálogo possível, né? Era uma produção plástica, mas que tinha um caráter muito político, de ativismo, e que serviu muito também para as nossas ações.

LUIZA GIANDALIA Gabriela, e hoje, convivendo de forma tão próxima com o Memorial, o que você considera como os maiores desafios e conquistas dessa instituição que já conta com quase dez anos de existência?

GABRIELA AIDAR Em termos de conquistas, eu acho que o Memorial se desenvolveu muito! Eu não conheço totalmente as ações dele, mas conheço algumas e acho notável o desenvolvimento e a diversidade de ações que se constituíram ao longo desses anos, tanto de pesquisa como de educação, de extroversão e de exposições. E acho também que é uma instituição que cresceu de uma maneira muito consistente em termos de projeto e de conceitos. Agora, os desafios são tantos, né? Nesse momento, não apenas para o Memorial, mas acredito que para todas as instituições culturais. Mas, se a gente começar por esse desafio inicial de interlocução com

a Pinacoteca, eu acho que ele, de certa forma, se mantém, pois é uma questão que nenhuma das duas instituições conseguiu resolver de uma maneira plena. Porque acho que ainda há uma descontinuidade entre os discursos, e isso não é de todo ruim, mas eu acredito que é um ponto que poderia ser mais potencializado. Essa minha avaliação não é nem pelo que há de ruim na descontinuidade, mas pelo que poderia haver de bom na sinergia, não é? E acho que um outro grande desafio atualmente é a própria temática do Memorial. Como lidar com essa temática no momento em que vivemos no Brasil e no mundo, mas no Brasil em particular? Como falar de respeito aos Direitos Humanos, como falar de respeito às instituições e ao sistema democrático, de resistência política, no momento em que vemos que essas são questões muito atacadas e que estão em constante ameaça no nosso país? E isso eu acho que, de certa forma, aumenta a responsabilidade da instituição.



1



1



4



2



3



4



5



5



6



6

1. Curso Intensivo de Direitos Humanos em sua primeira e quinta edição, 2012 e 2018, respectivamente. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
2. Exposição *Arpilleras da Resistência* política chilena, 2011. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
3. Oficina de Arpilleras, 2011. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
4. Materiais educativos para pessoas com deficiências desenvolvidos pelo projeto Memorial ParaTodos. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
5. Materiais educativos para diversas faixas etárias desenvolvidos pela equipe da Ação Educativa. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
6. Primeiras visitas educativas, 2009. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

MARIA LUIZA

TUCCI CARNEIRO

MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO NASCEU EM 1941 EM SANTA ADÉLIA, SÃO PAULO. COM GRADUAÇÃO (1972), MESTRADO (1981) E DOUTORADO (1987) EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, É ESPECIALISTA EM HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO COM ÊNFASE NO PERÍODO DO ESTADO NOVO. DESDE 1984 É DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA USP. DENTRE DIVERSOS PROJETOS DE PESQUISA QUE COORDENA, FOI RESPONSÁVEL PELO PROIN – PROJETO INTEGRADO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. POR SUA EXPERTISE NO TEMA, INTEGROU A EQUIPE RESPONSÁVEL PELA FORMULAÇÃO DO PROGRAMA MUSEOLÓGICO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.



Acervo Memorial da Resistência de São Paulo

Local de gravação

Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo/SP

Data

15/06/2018

Duração da sessão

1h10min

Entrevistadoras

Luiza Giandalia e Julia Gumieri

Operador de câmera

André Oliveira

Transcrição

Maria de Lourdes da Silva

Adaptação da entrevista

Julia Gumieri

Revisão

Louise Azevedo

LUIZA GIANDALIA Você recebeu o convite para participar como pesquisadora no projeto museológico do Memorial da Resistência através do Marcelo Araujo. Como foi a organização desse trabalho? Você saberia especificar também a primeira vez em que você veio a este prédio?

MARIA LUIZA TUCCI O espaço eu já conhecia de momentos anteriores, e era um espaço que estava totalmente deteriorado. Mas a primeira vez que eu vim aqui foi um impacto, que foi quando eu assisti à peça *Lembrar é Resistir* e acho que esse foi o momento que mais me marcou, que ficou como uma imagem. Mas eu cheguei a visitar esse lugar em outros momentos, eu só não saberia dizer se antes ou depois da peça – porque eu também trabalhei como historiadora técnica do Condephaat por muitos anos. Eu fui da primeira equipe concursada, lá pelos anos de 82, e trabalhei como pesquisadora. Me recordo das pesquisas que nós fazíamos para tombamento de edifícios da Sorocabana. Então eu passei por aqui, vamos dizer assim, em outros momentos e com outros objetivos, e sempre olhei para esse espaço, principalmente depois que ele recebeu a denominação de Memorial da Liberdade, pois eu acho que o local intrigava muito por conta desta denominação, né?

Mas, em 2007, o convite surgiu para participar da elaboração do projeto do Memorial, fornecer um conteúdo para esse espaço carcerário, e para pensar, junto com a equipe, o seu uso. Nesse momento, nós convidamos alguns pesquisadores do **PROIN** para participar da equipe, como o Erick Godliauskas Zen e a Marcia Takeuchi, que passaram a frequentar as reuniões. Agora, eu acredito que o convite para participar do projeto tenha vindo muito pelo conhecimento que nós tínhamos, e que eu acho que era bastante aprofundado, das imagens e do conteúdo [do Fundo Deops/SP do Arquivo Público do Estado], pois, até aquele momento, acredito que éramos o único grupo, além do grupo da professora Maria Aparecida Aquino, que dominava bem aquele material. E, para o projeto, havia também a possibilidade de diálogo com os ex-presos políticos.

Aqui houve quase que uma divisão de tarefas e nós nos responsabilizamos, diante das equipes que

Lembrar é resistir

Título da peça teatral encenada no espaço carcerário do antigo Deops/SP, em 1999, como primeiro ato pela preservação da memória política vinculada ao edifício. Autoria de Analay Alvarez e Izaías Almada, com direção de Silnei Siqueira.

PROIN

Projeto integrado de pesquisa firmado entre a Universidade de São Paulo e o Arquivo Público do Estado de São Paulo com o objetivo de formar uma equipe de pesquisadores dedicada a inventariar os documentos produzidos pelo Deops/SP, que desde 1991 havia sido transferido da Polícia Federal para a Secretaria de Estado da Cultura sob a tutela do Arquivo Público. As primeiras iniciativas do PROIN estiveram centradas no mapeamento e identificação dos prontuários Deops e digitação de cerca de 184 mil fichas policiais.

foram terceirizadas, por compor os vídeos da parte museográfica e fornecer os conteúdos. Foi uma convivência maravilhosa de trocas, de ideias. Mas, resumindo, a nossa proposta, enquanto PROIN, foi a de fornecer o conteúdo e os textos que estão hoje nas paredes do Memorial, além de ir construindo, sempre de acordo com o Marcelo Araujo e com a Maria Cristina Bruno, uma linha do tempo para que eles pudessem compor a expografia. Em relação a isso, eu me recordo muito bem que, naquela época, fazia parte do meu campo de pesquisa trabalhar com uma grande linha de tempo, mostrando que a repressão e a resistência existiram no Brasil desde a Proclamação da República. Então nós já pesquisávamos esses antecedentes dos movimentos de resistência e de repressão. E, nesse momento, elaboramos vários estudos que deram origem a essa linha de tempo exposta no Memorial.

Eu vou tentar reproduzir um pouquinho do que foi idealizado. Em linhas paralelas, nós tínhamos movimentos de repressão e, em seguida, movimentos de resistência que seguiam com novos ataques de repressão e de prisões, e que vão culminar na criação do Partido Comunista no Brasil. Nesse momento, nós também já tínhamos um avanço dos anarquistas, e eu trabalhei muito com os prontuários dos anarquistas. Tudo isso nos ajudou a pensar essa grande linha de tempo que se encerrava na data de inauguração do Memorial, mas que está aberta a novas contribuições. Através de outras pesquisas, nós conseguimos, também nas linhas paralelas, reconstituir a legislação, mostrando que o Estado brasileiro também era responsável, por ser promotor e gerenciador desses aparatos de repressão. E aí entra também a riqueza do material iconográfico selecionado naquele momento pelo professor Boris Kossoy com o auxílio da Marcia Takeuchi e do Erick. Eu também indiquei o Erick Zen para me ajudar a selecionar o que nós achávamos que teria um maior impacto visual, com seleção de imagens que realmente pudessem fornecer uma identidade ao prédio, né? E nós apresentamos, em algumas reuniões, essas grandes imagens que hoje estão nas portas do Memorial e que são imagens de passeatas.

[...] Então eu fiquei junto com a minha equipe selecionando o material para o conteúdo dos vídeos

e dos totens que mostrariam a história do Deops desde o seu início em 1924, intercalando textos com imagens. Em nossas pesquisas encontramos alguns documentos fotográficos que mostravam as salas aqui do prédio por dentro – mas que, obviamente, não tinham as salas de tortura porque isso não estava fotografado, né? Mas essas fotografias internas nos ajudaram muito a pensar o Centro de Referência como uma sala do arquivo Deops. E eu me recordei que quando eu trabalhava lá no Arquivo do Estado, ainda na Consolação, alguns arquivos velhos estavam sendo descartados. E a ideia foi, através do professor Lauro Ávila, trazer um desses exemplares para cá, para que as pessoas pudessem ter a oportunidade de abrir um arquivo desses e encontrar as fichas policiais, porque essa foi uma sensação muito interessante que eu tive com os meus alunos, que foi a de poder manipular essas fichas policiais nos originais.

Agora, uma coisa que eu sempre dizia: cada arquivo é uma caixa de pandora, né? Porque não havia [no Fundo Deops] um segmento da sociedade brasileira que não estivesse ali identificado. Você tinha estudantes, mulheres, homossexuais, militares, testemunhas de Jeová – e essa foi uma frente, aliás, muito interessante dos perseguidos pela polícia, pois nos remetia muito a acontecimentos dos anos 30 e 40 na Alemanha Nazista. Essas pesquisas nos possibilitaram, realmente, um grande arsenal de informações e nos abriram também um segmento muito importante, que foi o de identificação de prisioneiros que depois desapareceram ou que haviam sido mortos em circunstâncias muitas vezes não identificadas, pois eram fotos de reconhecimento de cadáveres que apareciam em processos da ditadura militar. [...] Interessante que a partir dessas pesquisas surgiu uma ideia de exposição, que eu acho que foi a de abertura do Memorial: uma exposição temporária chamada *Círculo Fechado*, composta por fotografias de japoneses. Era uma exposição riquíssima, mostrando o controle sobre a comunidade japonesa.

[...] Paralelamente, e eu acho que isso é importante dizer, aconteciam também as reuniões dedicadas à reconstituição das celas, com entrevistas com os ex-presos políticos Maurice Politi, Alípio Freire e Ivan Seixas. Todos eram pessoas muito presentes,

animadíssimas, e muito envolvidas com a ideia de criação do Memorial da Resistência. E esse foi um outro segmento da produção do Memorial: a reconstituição das celas. Nesse período também houve uma produção muito interessante que foi aquele documentário do Estúdio Preto e Branco, que hoje é exibido dentro da Cella 2 e que foi premiado em um Festival. Esse documentário tinha essa imagem da máquina de escrever e alguns sons. Porque eu me lembro que a gente discutia muito isso nas reuniões: como reconstituir os sons ouvidos pelos presos? E quais eram esses sons? Eu acho que esse foi um trabalho bastante direcionado para a reconstituição do prédio enquanto um espaço simbólico da memória, tanto da resistência como da repressão, e é um trabalho muito bonito e rico construído a partir do envolvimento dos ex-presos políticos com a Cristina Bruno e com as pessoas que pensavam também do ponto de vista pedagógico, de como atender as escolas. Foi um diálogo muito intenso e muito rico de aprendizado para todos nós da equipe.

[...] Eu hoje vejo tudo isso e fico muito grata pelo convite e por ter participado desse projeto, que eu acredito ser um exemplo que deva ser seguido por outras instituições. É um modelo mesmo para se pensar sobre como reconstituir um monumento-testemunho. Eu acho que hoje esse é um conceito muito usado, não é? O de transformar um espaço que é simbólico em um espaço representativo não só de uma história, mas também de uma memória que está constantemente sendo reciclada com novos documentos e com novos testemunhos. E eu acho muito importante que a participação e o envolvimento dos ex-presos políticos continuem porque acredito que essa é uma forma não só de reciclar essa memória, mas de reconstituí-la com novas vozes. Hoje a gente tem trabalhado muito com esse conceito do testemunho e da reconstituição deste testemunho através das vozes e acho que, até pela proximidade temporal que temos com a ditadura militar, nós temos essa possibilidade. [...] Então eu acho que o resultado foi muito feliz, tanto do ponto de vista museográfico como historiográfico: o da história reconstituída no tempo presente. Acho que o resultado é mesmo um exemplar de um monumento-testemunho, de um memorial.

Festival FIAMP

O documentário foi o vencedor do Grande Prêmio de Curta Metragem no Festival FIAMP 2009 (Festival International de l'Audiovisuel et du Multimédia sur le Patrimoine) realizado na cidade de Turim, Itália.

LUIZA GIANDALIA Tucci, voltando ao desenvolvimento do projeto, você poderia falar um pouco sobre os desafios que estavam postos nessa etapa? Porque a gente sabe que era uma equipe reduzida com um grande volume de trabalho pela frente. Então o que você destacaria, nesse sentido, como um desafio durante esse processo inicial?

MARIA LUIZA TUCCI O primeiro desafio que eu identifico foi o que selecionar o que fosse mais expressivo da repressão e da resistência em um universo que eu chamo de universo carcerário, considerando que a população brasileira vivia em um universo carcerário mesmo não estando presa, não é? Então, o que selecionar, que pudesse, em um memorial, apresentar uma síntese desses segmentos que nós estávamos propondo. Foi o desafio da seleção de imagens e de documentos que fossem os mais representativos, os mais expressivos. Mas essa equipe, mesmo reduzida, teve um papel muito importante pelo olhar diferenciado que cada um ofereceu.

O segundo desafio foi o de dar conta de pensar cada espaço. O Centro de Referência e essa linha do tempo, foi, para mim, um grande desafio! Porque era uma linha imaginária, uma linha que eu tinha na minha cabeça em decorrência das minhas pesquisas. E, se eu pudesse, voltaria lá no Brasil Colônia, porque eu trabalhei com os processos de intolerância da Igreja Católica contra cristãos novos, negros e ciganos. Mas eu tinha que fazer esse corte temático a partir da Proclamação da República, e tentar reduzir isso em uma linha, vamos supor, de oito metros. Isso era um desafio: como colocar todas as informações? Eu me recordo muito bem que, junto com o pessoal que fez a programação visual, a gente ficava colocando as tabelas: “Tira uma, coloca outra”, “não, isso aqui está demais. Não cabe”. Então eu acho que foi um desafio para uma historiadora tentar resumir uma linha de tempo com essa dimensão e que fosse didática. E que fosse didática! Mas também foi muito interessante. E acho que foram desafios metodológicos, que envolviam conteúdo e que exigiam não só da minha parte, mas de toda a equipe, uma capacidade de síntese. E dos museólogos também no sentido de “como expor?”. Porque a ideia está ali, mas como apresentar essa

ideia? Então foram desafios que surgiam à medida que o projeto ganhava forma física, né? [...] O outro desafio era exatamente o de trabalhar com silêncios, com os apagamentos, pois não tínhamos muitos documentos para isso, principalmente a parte da ditadura militar. [...] Então eram desafios que ocorriam simultaneamente ao desenvolvimento do projeto, porque ninguém tinha prévia dimensão dos problemas, que iam surgindo no dia a dia. As legendas, por exemplo. Onde colocar as legendas? Porque elas não podem estar nos totens. E o que colocar de informação em cada totem? Então foi um aprendizado, eu vejo hoje. Depois eu participei da construção de um outro memorial aqui no Bom Retiro, que é o Memorial da Imigração Judaica, que agora, na parte de cima, tem o Memorial do Holocausto, e usei muito da minha experiência que adquiri aqui.

LUIZA GIANDALIA E como você entende o papel do Memorial em nosso cenário atual?

MARIA LUIZA TUCCI Importantíssimo e imprescindível. E acho que devemos insistir muito nesse trabalho com as escolas: trazer as escolas, oferecer cursos, e oferecer para os professores o que eu chamo de jornadas educativas periódicas. Porque não é tanto o aluno, mas o professor quem está precisando ser reciclado. Além disso, tem a questão da visita e dos programas pedagógicos, que têm um papel fundamental. E esse é o papel mesmo que foi pensado para a instituição, é uma das razões para se abrir um memorial com esse perfil, não é? Agora é necessário continuar, é preciso se aproximar também da academia, dos institutos de pesquisa que estão elaborando teses, das editoras, porque eu acho que esse é um trabalho conjunto para a construção de cidadania. E o Memorial, para mim, é um marco enquanto monumento-testemunho, enquanto um memorial com função pedagógica importantíssima, principalmente hoje, diante desse panorama de violação dos Direitos Humanos. Então eu acho que aquela frase “para que não aconteça nunca mais” é sempre atual. Mas também acho que cumprimos com uma primeira etapa como, vamos dizer, pensadores de uma proposta que está aqui materializada. Agora, o Memorial tem um papel importantíssimo, pois ele é um testemunho presente!



1



2



3



5



4



6



7



7



8

1. Sala do Deops/SP com fichário e arquivo, 1957. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo;
2. Centro de Referência do Memorial da Resistência com arquivo para manipulação de réplicas de fichas policiais. Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
3. Fotografia em prontuário de preso político do Deops, dec. 1930. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo;
4. Emblema do Dops: “No oceano social, que possui correntes de ideias, vendáveis de doutrinas e procelas de agitação, é o D.O.P.S., através dos seus agentes, que defende a estrutura da sua formação percorre o limite das suas fronteiras, desce à profundidade dos seus problemas e vela pela defesa das suas instituições, corajoso sempre, sempre hirto e firme, vigilante e disciplinado, de pé, como o Cavalo-Marinho o faz na vigilância dos mares”. Boletim Interno do Dops. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo;
5. Projeção multimídia na Cella 2 homenageia os presos, mortos e desaparecidos políticos. Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
6. Recurso expográfico na fachada do edifício para sinalização do Memorial da Resistência. Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
7. Linha do tempo sobre a história política do Brasil entre 1889 e 2008. Fotos: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
8. *Círculo Fechado: os japoneses sob o olhar vigilante do Deops/SP*, primeira exposição temporária do Memorial da Resistência, 2009. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

MAURICE

POLITI

MAURICE POLITI NASCEU EM 1949 EM ALEXANDRIA, NO EGITO, MUDANDO-SE PARA O BRASIL EM 1958. DURANTE A DITADURA, INTEGROU A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN), SENDO PRESO POLÍTICO ENTRE 1970 E 1974, COM PASSAGEM POR DIVERSOS CÁRCERES NO ESTADO DE SÃO PAULO, DENTRE ELES O DEOPS. EM 1975 FOI EXPULSO DO PAÍS, RETORNANDO APÓS A APROVAÇÃO DA LEI DE ANISTIA. EM 2004, INTEGROU-SE AO FÓRUM PERMANENTE DOS EX-PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E, EM 2009, PARTICIPOU DA FUNDAÇÃO DO NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA, ONDE EXERCE O CARGO DE DIRETOR. DURANTE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, ATUOU COMO CONSULTOR SOBRE O COTIDIANO NAS CELAS DO DEOPS E COLABORADOR DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO. ATÉ 2018, FOI MEMBRO DO CONSELHO DE ORIENTAÇÃO CULTURAL DA INSTITUIÇÃO.



Arquivo Memorial da Resistência de São Paulo

Local de gravação

Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo/SP

Data

25/04/2018

Duração da sessão

1h17min

Entrevistadoras

Luiza Giandalia e Julia Gumieri

Operador de câmera

Jamerson Lima

Transcrição

Maria de Lourdes da Silva

Adaptação da entrevista

Julia Gumieri

Revisão

Louise Azevedo

LUIZA GIANDALIA Maurice, você se recorda da primeira vez que você voltou a esse edifício depois do seu período de prisão? Quais são as suas recordações sobre o espaço físico desse prédio nesse momento?

MAURICE POLITI Na verdade, eu não vou me lembrar exatamente em que ano foi a primeira vez que voltei nesse prédio, mas ainda era o Memorial da Liberdade, então deve ter sido no ano de 2004. O espaço já tinha sido inaugurado como o Memorial da Liberdade e já tinha havido aquela peça do Izaías Almada [Lembrar é Resistir], com quem eu tinha contato. Quando eles fizeram essa peça, eu estava ainda no exterior, morava na Argentina. Agora, a primeira vez em que eu entrei aqui, eu me lembro que me deu uma profunda emoção de estar de volta a esse lugar, mas, por outro lado, foi quando começou toda aquela angústia por ser um lugar que não representava o que a gente pensava que deveria representar. E aí começou aquela luta para a conversão do espaço no Memorial da Resistência, que é o que temos hoje.

Eu saio da Argentina e volto ao Brasil em 2004, e me integro, rapidamente, em 2004 ainda, ao Fórum Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. Entre 2004 e 2007, foi quando essa reivindicação pela conversão do espaço se deu de maneira mais forte. Então no momento em que eu entro no Fórum dos ex-Presos Políticos, essa ideia de termos um lugar de memória e de mudarmos o conceito do que estava sendo aplicado aqui, assumiu, digamos assim, uma profusão mais intensa. O que é lógico também, porque o Fórum dos ex-Presos Políticos foi criado em 2001 principalmente para ajudar os presos nos processos de reparação econômica, e, em seus primeiros anos, que foi esse período de 2001 até 2005, mais ou menos, ele se dedicou muito a auxiliar os ex-presos, principalmente aqueles mais carentes de recursos, ou que não tinham muitos conhecimentos sobre como fazer o pedido de reparação. Em 2001, o Governo do Estado de São Paulo decretou uma lei que permitia uma reparação simbólica e tínhamos que ajudar todo esse pessoal a pedir essa reparação, que era de uns R\$ 22 mil reais para quem tinha sido preso. Mas havia todo um processo e uma documentação a providenciar e o Fórum auxiliou muito nisso. Já a partir do ano de

2004, 2005, uma boa parte dos integrantes do Fórum já tinham sido reparados, e o Fórum começou então a ter outros campos de atuação. Eu me lembro bem que isso foi basicamente em função de três pessoas: uma mais velha, que era o Raphael Martinelli, o presidente do Fórum, e duas que eram consideradas os novatos, os mais jovens, que era o Ivan Seixas e eu, que na época tínhamos 55 anos, e muita gente já tinha 60, 70, né? Nós ficamos, então, encarregados, através do Fórum, de criar um pequeno grupo de trabalho que levasse adiante essa reivindicação. Esse grupo de trabalho deu origem, em 2009, ao Núcleo de Preservação da Memória Política.

LUIZA GIANDALIA Então o foco de atuação do Fórum começa, principalmente, com essa preocupação econômica, mas como é que ele se reverte para as propostas de trabalho com a questão da memória política?

MAURICE POLITI Ele se reverte para essa função na medida em que praticamente as demandas econômicas já tinham sido sanadas quase que cem por cento. Então começamos a ver onde mais poderíamos atuar como ex-presos políticos na divulgação ou no resgate dessas memórias da ditadura. Então o Fórum dos ex-Presos, e isso não tem muito registro, convocou o I Congresso de ex-Presos Políticos do Brasil, que foi feito em 2007 na Praça da República, no que antigamente era o Colégio Caetano de Campos e hoje é a Secretaria da Educação. Mas era outro momento político e a secretária adjunta, na época, era uma pessoa com quem a gente tinha muito contato e que tinha sido presa aqui [no Deops]. Então ela nos cedeu o espaço do auditório e fizemos uma convocação para esse congresso, que foi o primeiro e único que reuniu presos políticos de todo o Brasil. Eu acho tinha umas 400 pessoas, inclusive com autoridades do Governo Estadual e do Governo Federal. Mas é isso: era um outro governo, né? E essa foi também a primeira aparição pública do Paulo Abraão depois que ele assumiu a Comissão de Anistia. Foi nesse encontro que então se tira, como uma resolução dos ex-presos em geral, a luta e o resgate da memória no campo da educação em Direitos Humanos. Aí, claro, sempre

existem aqueles que estão mais interessados e aqueles que estão menos, mas entre as pessoas que estavam mais interessadas se formou um núcleo com gente de São Paulo, do Rio, enfim, de pessoas que começaram, cada um em seus estados, a reivindicar o resgate dos lugares da memória. [...] Nesse encontro ficou claro para nós, os mais “jovens”, que a gente poderia atuar também de uma forma mais livre, e que, então, a gente tinha que se separar do Fórum. Por isso é que dizemos: o Núcleo Memória é filho do Fórum, mas, a partir de 2009, ele se tornou independente e passou a atuar muito em contato com a equipe daqui do Memorial.

Em 2007, agora não me lembro se foi no fim de 2007 ou no início de 2008, mas logo depois desse congresso que fizemos, nós já estávamos em contato com o Marcelo Araujo, com o João Sayad, que era o secretário da Cultura na época, e em contato também com o secretário adjunto da Cultura, que era o Ronaldo Bianchi. E todos eram pessoas favoráveis à conversão desse espaço. Sobre isso eu sempre falo: juntou a fome com a vontade de comer. Juntou o fato da gente querer e o cenário que calhou. Na vida acontece muito isso. Às vezes você pode lutar a vida inteira e, de repente, por uma coisa do destino, você tem um cenário favorável. E a gente encontrou o Marcelo Araujo totalmente favorável à proposta, e ele já tinha, inclusive, encomendado para a professora Cristina Bruno um estudo museológico. Quando fomos conversar com ele, ele nos disse: “É isso mesmo o que eu estou pensando em fazer e eu não ia fazer nada sem ouvir a opinião de vocês”. E ele conseguiu uma entrevista com o secretário da Cultura, com quem nós fomos falar: eu, o Raphael Martinelli e o Ivan Seixas. Durante a conversa, o João Sayad disse: “Bom, o que vocês querem desse lugar?”. Ele simplesmente disse isso e nós respondemos: “Olha, a primeira coisa que queremos é que mude o nome Memorial da Liberdade, porque se existe um lugar onde não houve liberdade foi aquele. Como pode chamar isso? E, segundo, queremos que ali se faça um museu, um lugar onde se conte a história”. E ele falou: “Isso aí eu já encomendei e está na mão do Marcelo Araujo. Agora, a questão do nome vocês têm razão”. E, na verdade, foi muito rápida a mudança do nome. Ele concordou conosco, houve o despacho

para o governador, que na época era o José Serra, que imediatamente aceitou, e o nome mudou. Ao mudar o nome, se fez uma abertura simbólica do espaço. E, ao mesmo tempo, um dos nossos parceiros era a Secretaria de Direitos Humanos [do Governo Federal], onde na época eu trabalhava, e então tudo foi costurado. A Secretaria de Direitos Humanos emprestou aquela exposição *Direito à Memória e à Verdade: a ditadura no Brasil 1964-1985*, que foi a primeira exposição que aconteceu aqui antes da mudança de nome. Essa exposição era um pouco mais didática do que a que tinha antes, que não tinha nada, só uns cartazes com capas da Veja. Então essa nova exposição começa a atrair um pouco de público para cá e, com a motivação da equipe em se debruçar sobre o plano museológico, começamos a pensar em quais medidas práticas adotar para fazer esse projeto.

LUIZA GIANDALIA E nesse contexto do Memorial da Liberdade, de que forma a comunidade de ex-presos políticos, majoritariamente representada pelo Fórum, avaliava aquele Memorial? Pensando não só em relação ao nome, como você comentou, mas também em relação às questões de comunicação e conteúdo.

MAURICE POLITI Eu não vou saber exatamente em que época foi, talvez durante uma dessas visitas ao Marcelo Araujo ou à Secretaria da Cultura, mas a verdade é que uma vez nós viemos aqui, e me lembro que perguntei a um dos vigilantes que estava lá embaixo quantas pessoas vinham ver as celas, e ninguém soube nos responder, até que alguém disse: “Eu acho que deve vir umas 10 pessoas por semana, mais ou menos”. E nós usamos esse argumento com o Sayad. Como pode um lugar que tem tanta história não estar devidamente musealizado? E outra coisa, a gestão do espaço estava com o Arquivo Público, que ficava do outro lado da cidade, e a única coisa que havia ali eram os totens. O Raphael Martinelli até havia participado disso, eu só não sei quando, mas foi antes de 2004. O Arquivo Público, que tinha a gestão do lugar, pediu para alguns presos darem depoimentos que ficavam em dois ou três totens e isso era a única coisa que tinha, além das quatro celas peladas, pintadas, bonitinhas e com ar-condicionado. A pessoa parecia que estava em

um quarto de um hotel de três estrelas, entendeu? Não havia nenhuma inscrição, nada! Só algumas celas que tinham cartazes e capas da Veja, e eu me lembro que até tinha um sobre o Congresso de Ibiúna, para, enfim, lembrar aquela época. E, claro, tinha os totens. Supostamente os totens seriam para que os visitantes que quisessem saber sobre a história desse lugar apertassem lá e escutassem. Só que quando eu vim aqui, nenhum totem estava funcionando: “Mas pô! Nem isso? Nem os totens?”. [...] E me lembro de pessoas que vinham visitar o segundo ou o terceiro andar da Estação Pinacoteca e se alguém perguntasse, por curiosidade, a um guarda ou alguém da limpeza:

- O que tem ali?
- Ah! Ali é o Memorial da Liberdade.
- Podemos ver?
- Pode, lá tem as celas.

Mas ninguém sabia sobre que período, o que era o Deops, pois não tinha nada e o que tinha era bem apartado do prédio como um todo

LUIZA GIANDALIA E nessas reuniões sobre o processo de implantação, que contou com equipe interdisciplinar e a participação de alguns ex-presos políticos, o que vocês enfatizavam para que fosse trabalhado no novo Memorial?

MAURICE POLITI Uma das coisas que foi comum a todos nós é bem representada pela famosa frase do Ivan Seixas: “Onde a humanidade vence a barbárie”. A gente queria mostrar isso. Queríamos mostrar que, por mais que esse fosse um lugar terrível, de tortura, de morte e de prisões, a solidariedade entre os presos permitiu que, nesse lugar, apesar da barbárie, houvesse sentimentos de solidariedade e de humanidade. Isso não foi nem discutido, porque era uma opinião unânime, mas me lembro que a gente discutiu: “Vamos fazer uma sala com instrumento de tortura?”. E foi a Cristina Bruno quem disse: “Não. Não é o lugar para mostrar a tortura. Podemos falar sobre a tortura, mas não vamos entrar em detalhes sobre ela. Isso fica para os educadores”. E eu acho que para nós, os ex-presos, o que queríamos desse lugar é que ele fosse, dentro do possível, agradável de ser visitado. Que não fosse um lugar pavoroso:

“Não quero entrar lá não”, “ah, ali não”... Porque tem gente que até hoje tem essa reação. Mas acredito que o sucesso de 70 a 80 mil pessoas vindo por ano ao Memorial, nos mostra que esse é um lugar que as pessoas querem vir visitar. Quando a gente fala do Memorial da Resistência, imediatamente as pessoas que não o conhecem querem fazer uma visita: “Vou levar minha escola”, “vou levar meus alunos”, entendeu? Porque todos querem conhecer, e acho que era isso que nós queríamos: os ex-presos queriam reconquistar esse lugar. Para nós, entrar aqui era uma questão de honra. Você está em uma guerra, vai até o campo inimigo e põe lá a sua bandeira. Para nós era isso: a nossa bandeira vai estar ali. Esse era um lugar de repressão, mas agora será um lugar de educação, de museu, de cidadania.

LUIZA GIANDALIA Maurice, e como foi a adesão por parte dos ex-presos no processo de recriar as inscrições na Cela 3?

MAURICE POLITI Eu não me lembro se chegamos a divulgar abertamente: “Venham fazer a inscrição!”. Acho que não fizemos isso, mas a gente discutiu isso. E a professora Cristina Bruno, embora agora eu não me lembre se isso foi uma iniciativa nossa ou se foi das museólogas... Mas elas haviam determinado que em uma das celas... Acho até que foi a Kátia Felipini quem falou: “Bom, então essa cela vai ser reconstituída. Apagaram, vamos refazer!”. E aí convocaram quem quisesse vir. Muitas pessoas vieram no dia, algumas pessoas vieram nos dias posteriores, algumas não chegaram a vir e outras vieram um mês depois e colocaram lá o seu nome na parede. Agora, se você perguntar a minha posição, como eu enxerguei aquele momento da inscrição, foi realmente um impacto muito forte. Porque isso era o que a gente queria. A Cela 3 representa o que a gente queria que se mostrasse. Claro, os museólogos, baseados em teorias museológicas, pensavam que o percurso tinha que ter outras coisas, que não poderia ser só isso, mas aquela Cela 3 foi uma obra nossa, digamos assim. [...] E acho que a participação dos ex-presos nesse processo também enriqueceu muito os profissionais, né? A Cristina Bruno, a Kátia Felipini, todos eram excelentes profissionais em sua área,

mas faltava o conteúdo e, por isso, a gente sempre brincava: “Nós somos assessores de conteúdo”. E o Alípio Freire é quem diz: “Antes eles me pediam para falar sobre o Deops e eu não falava porque me batiam. Agora eu venho e quero falar como era”. Então esse foi um processo muito rico. E acho que o Memorial é uma das lições desse processo para todo mundo que quer fazer museologia relacionada com memória.

LUIZA GIANDALIA E havia, nessas reuniões, alguma discussão sobre os outros andares do edifício? Porque muita coisa aconteceu nos outros andares. Vocês pensavam em como poderiam contar a história desses outros espaços?

MAURICE POLITI Na verdade, quando recebemos um grupo de alunos ou de jovens lá embaixo, a gente não diz que o Deops era só aquilo, a gente fala: “Olha, no prédio tinham 2.000 pessoas trabalhando. Eram seis andares e tinha um entrepiso que era o lugar da tortura”. Então a gente conta a história, só não temos o espaço físico para mostrar, pois neles estão as exposições da Pinacoteca. Mas agora o Memorial já tem o terceiro andar, e podemos ir para lá também. O problema é que quando eles reformaram o prédio, eles acabaram com tudo o que tinha, como as salas de delegado, que era uma das lembranças que eu tinha daqui. Se você me perguntar: “Que lembranças você tem?”. A única lembrança que eu tenho mesmo é da sala de interrogatório. Mas tinham dezenas de salas, sala de delegado, sala de investigador, sala disso, daquilo, mas a gente não via. Eu conheci o espaço carcerário e uma das salas de interrogatório. Também lembro da sala onde eu recebi minha mãe pela primeira vez, quando ela veio me visitar, e era uma sala de delegado, uma sala comum, com um sofá. E eles acabaram com isso na reforma. Então, por mais que você queira, você não vai remontar o prédio tal como ele era. Mas, se não temos outros espaços, vamos contar sobre as celas e vamos falar também dos outros andares.

LUIZA GIANDALIA Agora já encaminhando para o final, o que você destacaria como os maiores desafios e conquistas dessa instituição? Você que acompanhou tão de perto essa trajetória.

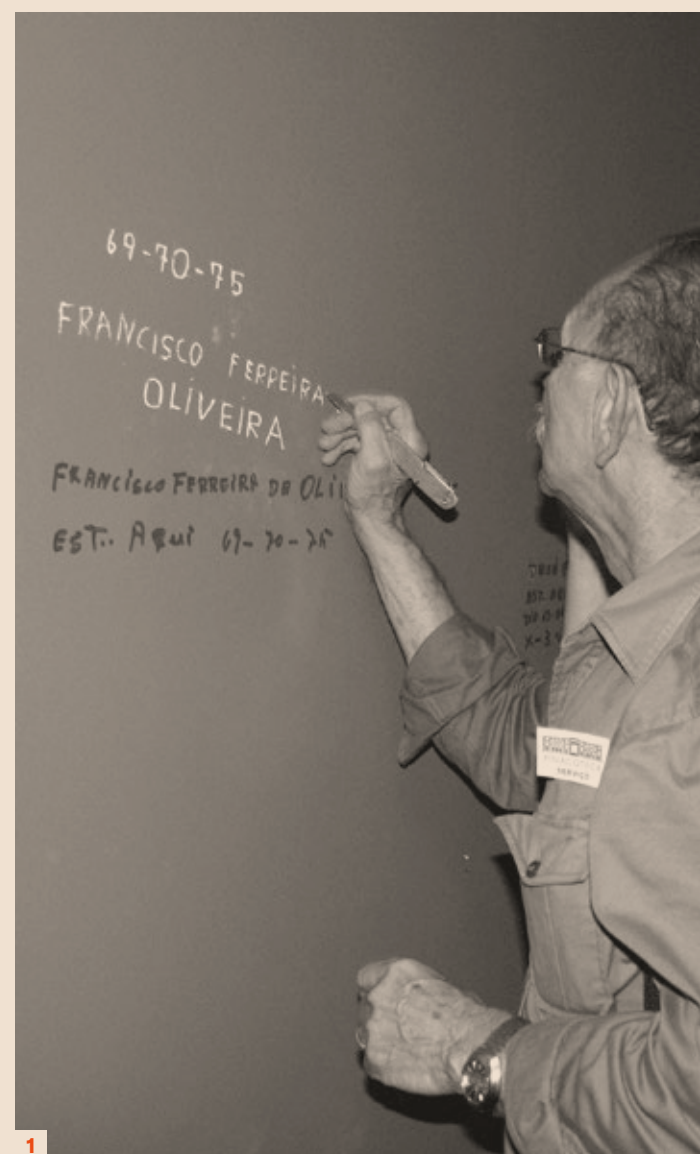
MAURICE POLITI Eu acho que a maior conquista é a sua existência enquanto um lugar realmente ativo dessa memória da ditadura, porque recebe bastante público e porque tem uma grande preocupação com a educação, em como mostrar esse tema. E eu acho que isso é uma grande conquista para os valores que a gente preza, que são os valores democráticos, uma menor desigualdade social, o combate à intolerância. Mas, ao mesmo tempo, isso também é um desafio, porque se estivéssemos em outra época, com outras políticas, poderia ser que o Memorial não fosse tão necessário. O desafio hoje é poder mostrar esse tema em um ambiente que muitas vezes as pessoas não querem ver. Acho também que a qualidade da exposição de longa duração ou as temporárias, assim como a qualidade dos educadores que recebem esses grupos, são vitais para que esses valores sejam propagados. Porque se você tiver um lugar ótimo, mas não tiver quem explique, ou alguém que explique mal, é ruim. E se você tiver quem explique bem, mas não tiver o que mostrar, também não adianta. Então, o grande desafio daqui é mostrar esse tema, agora somando o 3º andar, e ter bons educadores que entendam o que devem transmitir. Acho, por exemplo, que essa expansão que houve agora com os lugares da memória no térreo foi muito bem elaborada. Mostra uma preocupação em dizer: “Não foi só aqui”, e os alunos ficam espantados de ver: “Nossa! No meu bairro tinha alguma coisa”, não é? Então essas são as conquistas, mas também são os desafios.



1



1



1



1



2



3



3



4



5

1. Encontro dos ex-presos políticos para reconstituição das inscrições da Cella 3, jan. 2009. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
2. *Direito à Memória e à Verdade: a ditadura no Brasil 1964-1985*, exposição temporária que marca o início do processo de implantação do Memorial da Resistência, 2008. Fotos: Clóvis França. Acervo Pessoal;
3. Cerimônia que marcou o início da implantação do novo projeto museológico e a mudança do nome Memorial da Liberdade: apresentação musical do grupo Teatro Popular União e Olho Vivo e descerramento da placa do Memorial da Resistência, 2008. Fotos: Clóvis França. Acervo Pessoal;
4. Jornal do Fórum com reportagem sobre o 1º Congresso de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Brasil realizado em 2007. Acervo Núcleo Memória;
5. Projeto *Rodas de Conversa*: encontro com ex-presos políticos após visita educativa. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.



5

KÁTIA

FELIPINI

KÁTIA REGINA FELIPINI NEVES NASCEU EM 1966 EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ALAGOAS. POSSUI GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1993) E ESPECIALIZAÇÃO NA MESMA ÁREA PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP (2002). É MESTRE EM MUSEOLOGIA PELA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE LISBOA (2011). FEZ PARTE DA EQUIPE DE IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, INSTITUIÇÃO QUE COORDENOU ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2017.



Arquivo Memorial da Resistência de São Paulo

Local de gravação

Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo/SP

Data

12/02/2016

Duração da sessão

1h15min

Entrevistadoras

Ana Paula Brito e Luiza Giandalia

Operador de câmera

André Oliveira

Transcrição

Maria de Lourdes da Silva

Adaptação da entrevista

Julia Gumieri

Revisão

Louise Azevedo

ANA PAULA BRITO Kátia, você poderia nos contar um pouco sobre a trajetória do Memorial da Resistência, o seu processo de implantação e histórico?

KÁTIA FELIPINI Olha, eu acredito que essa parte é, de fato, algo que vai interessar pesquisadores e outros estudiosos que queiram conhecer esse processo, porque eu acho que esse foi o grande trabalho realizado aqui no Memorial. E como começou? Em 1997, esse prédio foi desocupado pelo DECON [Departamento de Polícia do Consumidor]. O Belisario dos Santos Junior, que era o secretário da Justiça, doou o prédio para a Secretaria da Cultura porque ele acreditava que aqui deveria ser um centro cultural. E foram pensadas várias propostas de ocupação: uma biblioteca pública, uma escola de música, de teatro, e também o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, um projeto feito pela Expomus e que estava já bem adiantado, mas que acabou não indo adiante. Em 1999, eles ainda não sabiam exatamente o que fariam aqui e foi nesse período que aconteceram algumas atividades como a apresentação de uma peça de teatro chamada *Lembrar é Resistir*, com o texto do Izaías Almada e da Analy Alvarez, e algumas exposições. Isso porque estávamos justamente em 1999, ou seja, era a comemoração dos 20 anos da Lei da Anistia e essa foi uma forma de movimentar o espaço.

Em julho de 2002, então, esse prédio foi inaugurado e no primeiro andar tinha uma exposição do Siron Franco e uma outra que abordava a questão da ditadura militar e, nas celas, foi inaugurado o Memorial da Liberdade. A questão é que as celas, ou o Memorial da Liberdade, não tinha nada, porque quando fizeram a reforma no edifício, limparam totalmente a sua memória. Então as celas eram todas pintadas de grafite, de cima a baixo, e tinha um totem com uns quatro ou cinco testemunhos, de dois ou três minutos cada, e algumas fichas do Deops para que as pessoas pudessem consultá-las. E só isso. Mas uma coisa interessante de se perceber é que, embora a intenção fosse que todo o prédio fosse o Museu do Imaginário, toda a temática que estava ali exposta tinha relação com a ditadura. E esse é um reforço de que, na verdade, a memória desse prédio não é a memória de um museu de arte ou de uma escola de

música. A memória forte desse edifício é a do período em que ele foi ocupado pelo Deops, entendeu? E todas as exposições, tudo o que foi feito aqui, foi a partir dessa memória da ditadura civil-militar no Brasil. Mas, enfim, depois dessa inauguração, nós temos um hiato e sabemos apenas que o projeto do Museu do Imaginário não foi implantado. E, justamente porque o edifício não era utilizado de fato, em 2004 a Secretaria da Cultura o doou à Pinacoteca, como uma de suas unidades, para ampliar as exposições, instalar o Centro de Documentação, enfim. E assim ficou por um bom período.

Nós sempre soubemos das intenções que o Fórum Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos tinha de melhor utilizar esse espaço. Mas a gente não conhece, ou pelo menos nós nunca vimos nenhum documento que mostrasse alguma articulação entre o Governo do Estado e o Arquivo Público, que era quem gerenciava o Memorial da Liberdade, para que aqui, de fato, acontecessem mais atividades. Tiveram algumas exposições, mas muitas depois de 2004, e já nos espaços da Estação Pinacoteca e não do Memorial da Liberdade. Mas o que nós temos conhecimento é do processo de articulação que aconteceu entre o Fórum e a Secretaria da Cultura quando, no final de 2006, a Secretaria da Cultura passou a gestão do Memorial da Liberdade para a Pinacoteca. Porque justamente nessa ocasião o Arquivo Público, que pertencia à Secretaria da Cultura, é repassado à Casa Civil, então ele perde toda a vinculação como um equipamento cultural.

Quando a Pinacoteca assumiu o Memorial da Liberdade, a primeira coisa que fizeram foi solicitar um projeto museológico, porque o Marcelo Araujo é, antes de tudo, um museólogo e já tinha uma larga trajetória em museus. Ele pediu esse projeto para um grupo de pessoas: a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, a Maria Luiza Tucci Carneiro, como historiadora, e a Gabriela Aidar, que é a nossa colega aqui da Pinacoteca, como educadora. Elas fizeram o projeto museológico e ele foi entregue na Secretaria da Cultura em agosto de 2007. O projeto foi solicitado em abril de 2007, e em agosto ele foi entregue e aprovado pela Secretaria da Cultura. Mas os processos também são morosos, porque não adianta você ter um projeto, você tem que ter dinheiro

e ter as condições de implantá-lo. E esse projeto foi apresentado para os ex-presos somente em primeiro de maio de 2008, ou seja, oito meses mais ou menos depois de entregue e aí é que foi alterado o nome para Memorial da Resistência, com uma exposição que foi feita em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos [do Governo Federal], a exposição *Direito à Memória e à Verdade: a ditadura no Brasil 1964-1985*.

Agora um parêntese: quando a gente começou a trabalhar na implantação, não se pode pensar que todos os ex-presos e perseguidos políticos queriam que aqui fosse o Memorial da Resistência, ou da Liberdade, ou de qualquer outra coisa, porque a questão não era essa. Eu me lembro que vários ex-presos tinham companheiros que diziam: “Aqui a gente tinha era que jogar uma bomba para esquecer tudo isso”. Porque para algumas pessoas, o importante era mesmo o esquecimento: você tinha que esquecer o passado porque ele, literalmente, havido sido torturante, não é? E então isso deveria ser deixado para trás. Mas, evidentemente, e felizmente, as ideias também não são todas convergentes.

[...] Retomando a questão da implantação: Em junho de 2008, então, eles abriram a seleção para a equipe técnica e nós iniciamos no dia 18 de agosto, quando foi a nossa primeira reunião. Eu como museóloga, a Caroline Grassi como educadora e o Erick Zen como pesquisador, além dos três consultores iniciais, responsáveis pelo projeto museológico. Nessa primeira reunião de trabalho, eu me lembro, e está registrado em ata, que o Marcelo Araujo falou: “A primeira coisa que vocês precisam fazer é entrar em contato com os ex-presos e perseguidos políticos do Fórum de ex-Presos, e por lá já foram designados o Maurice Politi e o Ivan Seixas como representantes, porque eles vão nos ajudar na implantação da instituição. Nós precisamos envolver os ex-presos políticos nesse processo”. Essa foi a primeira coisa que ele falou e eu, evidentemente, busquei os dois. Marquei uma reunião para mostrar o projeto inicial e dizer que nós gostaríamos de começar o processo com as coletas de testemunhos, justamente porque não conhecíamos a memória do edifício, o cotidiano, enfim, e que precisávamos conhecer esse espaço e o que acontecia aqui dentro naquela época. E foi ótimo.

Começamos então com as coletas de testemunhos e foi feito um contrato com eles para que nos assessorassem na implantação da exposição de longa duração do Memorial, e nas ações educativas e culturais. As ações educativas eram o recebimento de grupos escolares ou de público espontâneo nessa exposição *Direito à Memória e à Verdade*, e os Sábados Resistentes na ação cultural. Eles começaram a fazer os Sábados Resistentes em junho de 2008 e nesse ano foram seis encontros, mas, de lá para cá, todo ano a gente refaz o contrato com eles. Eu espero que essa seja uma atividade que perdure, porque é uma importante parceria. Além disso, esses ex-presos com quem a gente trabalhou e outros mais que começaram a frequentar o Memorial também são pessoas muito generosas. Com isso, acho que a gente teve um ganho muito grande, especialmente nesse processo inicial de coleta de testemunhos, embora esse também tenha sido um processo muito doloroso. Nós sofremos muito para fazer isso porque não é fácil você estar ali, com aquelas pessoas, e ela te contando o que aconteceu aqui, o quanto foram torturadas, algumas delas choravam. Esse foi um processo muito difícil, mas a amizade deles e o fato deles acreditarem mesmo no projeto e na sua importância, nos ajudou bastante.

[...] Agora, uma coisa que eu acredito na museologia é que, justamente por ela ser um campo multidisciplinar, você tem sempre que dialogar com outros profissionais, pois o espaço não pode ser trabalhado sozinho. E o grande erro que eu acho que aconteceu aqui nesse prédio nesse primeiro restauro – restauro não, reforma – é que não havia projeto museológico. Mas com o projeto que foi feito para a implantação do Memorial e essa consciência de que fazer um espaço de memória, ou uma instituição museológica, não depende do trabalho de um único profissional, eu acho que houve uma grande diferença. Nós trabalhamos com os ex-presos políticos, com arquitetos, especialistas em comunicação visual e em audiovisual, com os nossos colegas da infraestrutura da Pinacoteca, enfim, com uma equipe multidisciplinar e de múltiplas especialidades. Então a gente não pode dizer que a exposição de longa duração do Memorial tem uma autoria, porque ela foi, de fato, compartilhada.

Alguém dava uma ideia e aquela ideia não parava ali, cada um acrescentava algo. “E se a gente fizesse de tal forma?”, “como é que nós vamos resolver isso tecnicamente?”. E chegava alguém do audiovisual, por exemplo, e dizia: “Ah! Eu acho que se colocar uma tela aqui a gente pode fazer um filme”. Então foi isso, cada um foi complementando a ideia do outro. Mas também tinham ideias muito boas que a gente foi aprimorando ou fazendo a produção, porque ideia sem produção não existe, não é?

Então, uma das ideias maravilhosas que surgiu justamente desse processo de trabalho, foi o áudio da Cella 4. Quando a gente foi fazendo as coletas de testemunhos, tudo o que eles nos falavam, a gente sabia que, de alguma forma, tinha que ser mostrado. E aí quem deu a ideia de fazer esse áudio e ter o cravo ali em cima de um caixotinho foi o Marcelo Araujo. [...] Trabalhar com o Marcelo e com toda aquela equipe toda foi um aprendizado e um prazer muito grande. Evidentemente que deu muito trabalho também, porque existem coisas que são difíceis de resolver e que acabam levando muito tempo, sendo desgastantes, mas, de uma forma geral, existia todo esse prazer. Agora, eu acho que uma das coisas que mais deu trabalho foi a maquete, porque ela foi complicada em vários pontos de vista. Um, porque a gente não tinha tantas informações sobre o espaço prisional, nós tínhamos as quatro celas remanescentes, o corredor para o banho de sol e acabou.

O cravo

Na Cella 4, testemunhos de ex-presos políticos narram ao visitante o cotidiano nas celas do Deops. Sobre uma caixa de madeira, um cravo vermelho simboliza a solidariedade e a resistência dessas pessoas. O cravo foi escolhido a partir do relato de Elza Lobo que, no Natal de 1969, presa no Deops/SP, pediu à sua mãe que trouxesse flores e bolo para que pudesse compartilhá-los com os demais companheiros.

ANA PAULA BRITO Sobre o prédio como um todo vocês não dispunham de muita informação?

KÁTIA FELIPINI Não. Nem do espaço prisional. Por exemplo: pelas coletas de testemunhos, nós sabíamos que existiam as celas do fundão, mas elas já tinham sido demolidas na reforma. Alguns ex-presos até representaram o fundão como se fossem três celas, outros como se fossem quatro, então essa era uma informação que a gente precisava ter um pouco mais de certeza. E, fora isso, existia a questão dos colchões: uns diziam que era colchão de palha nas celas, outros que eram beliches, ou ainda triliches. Alguns diziam que nas celas havia catres, outros que era uma privada no chão – a privada turca – e outros não, diziam que nas celas

tinha vaso sanitário. Então nós tínhamos todas essas divergências. Mas, fora essa questão das memórias, nós tivemos problemas também com a equipe que estava fazendo a maquete, porque esse também era um espaço diferente para eles. Então, por exemplo, quando eles levantaram a primeira estrutura da maquete, as paredes laterais das celas, as duas extremidades, eram grossas, mas as paredes das celas do meio eram fininhas e foi o Ivan Seixas quem falou: “Essa escala não está correta, porque as paredes eram todas muito grossas”. E então a equipe vinha aqui, tiravam fotografias, faziam medições, mas a coisa não batia. Olha, foi uma mão de obra!

ANA PAULA BRITO Kátia, e você poderia falar um pouco mais sobre a concepção museológica da Cella 4? Esse sempre foi um dos espaços mais comentados por quem visita o Memorial da Resistência.

KÁTIA FELIPINI Claro! Mas, para além da Cella 4, eu vou começar pelo conceito de toda a exposição. Porque, o que nós buscávamos com essa exposição de longa duração? Informações para passar aos visitantes. E isso justamente porque temos esse problema de não estudarmos a ditadura militar ou a história recente do Brasil nas escolas. Só recentemente é que essa disciplina está sendo recuperada nas escolas, mas ela sempre foi muito fraca e os livros didáticos também eram muito fracos. E, naquela época, nós não tínhamos também uma produção audiovisual e mesmo bibliográfica que abordasse amplamente esse tema. Então a gente acreditava que precisávamos falar sobre a ditadura civil-militar e sobre o histórico desse edifício: o que era o Deops afinal de contas? Porque nós estamos nesse edifício-testemunho, não é? Além disso, queríamos passar informações gerais sobre a resistência, o conceito mesmo de resistência, de repressão, e sobre como era a legislação nesse período, porque ela foi criada para permitir esses abusos. E, claro, também existem os fatos internacionais que não têm como estarem desvinculados de tudo o que estava acontecendo no país. Então a gente precisava, de um lado, formular essa parte mais informativa, mais intelectual, digamos assim; mas, por outro lado, a gente também acreditava que você não pode simplesmente passar

por um lugar desse tipo, com todas as experiências que foram vivenciadas aqui, e não ser tocado pela emoção. Então, embora a Cella 4 traga toda essa carga, e o cravo é o objeto mais fotografado do Memorial, a gente foi pensando em um crescente, entendeu? A Cella 1 deveria discutir o processo de implantação do Memorial, justamente para ficar claro para o visitante que um projeto de memória não pode ser feito isoladamente.

Na Cella 2, queríamos que as pessoas soubessem que esse prédio foi apenas um dos muitos que foram utilizados pela ditadura como lugares para prisão e tortura. Mas também queríamos homenagear todas as pessoas que resistiram. Porque quando você começa a trabalhar mais próximo dessas pessoas e dessa temática, você quer, de alguma forma, fazer uma homenagem. E isso, inclusive, é algo que fica registrado nos nossos livros de visitas, porque esse não é um sentimento só nosso, é o sentimento dos visitantes, que pode ser encontrado lá nos cadernos: “Muito obrigado por vocês terem resistido!”.

Coincidentemente, em frente a essa cela, tem um espaço criado pelo projeto anterior. E como todo o nosso espaço é muito pequeno, nós achamos que aquele lugar deveria ser aproveitado. Então, de um lado você tem a cela que fala da resistência na prisão e, do lado de fora, o que estava acontecendo nas ruas, nos cinemas, nos teatros, enfim, mostrando como as pessoas resistiam. Para a gente, isso era uma forma de mostrar as diversas possibilidades de resistência, o que, até hoje, é algo muito importante de se dizer, pois a resistência não é só pegar em armas, não é só distribuir panfletos, mas também é realizar uma peça de teatro, apresentar um filme, ir em passeatas, porque algo que os ex-presos sempre diziam nas coletas de testemunho é que uma coisa que os re confortava era a solidariedade que eles sabiam que estava acontecendo fora da prisão.

A Cella 3 é aquela da reconstituição parcial. Porque é isso: os ex-presos políticos nunca se conformaram com o fato de nessa reforma de 2002 terem raspado todas as paredes, com todas as inscrições. E eles achavam que as celas tinham que ter algo que possibilitasse lembrar um pouco como elas eram naquele período, com as inscrições deles. Até porque eles escreviam os nomes nas paredes enquanto

estavam presos porque isso era importante para que, de alguma forma, ficasse registrado que eles passaram por ali, e que os demais companheiros soubessem que a pessoa em algum momento estava viva, né? [...] Para a reconstituição da cela, a gente deixou o espaço mais ou menos preparado e combinamos com os ex-presos, que vieram aqui no dia 12 de janeiro de 2009 para fazer as inscrições nas paredes, e eles tiveram total liberdade para escrever o que quisessem. E nesse dia aconteceu uma coisa que eu acho muito interessante. Como foi feita uma divulgação pública chamando as pessoas – os representantes do Fórum, o Maurice Politi e o Ivan Seixas, convidaram as pessoas para que elas viessem nesse dia fazer as inscrições – eu tinha muito medo dessa movimentação, porque tínhamos aqui gente mais idosa, com problemas de saúde e tal. Então eu queria até que tivesse uma ambulância disponível lá fora para o caso de alguma emergência. E, olha, foi uma coisa surpreendente. Porque não aconteceu nada disso! Nesse dia veio uma turma grande, acho que entre quinze e vinte pessoas, e, quando eles se encontraram na cela, foi impressionante a alegria do encontro deles. Mas não era porque fazia anos que eles não se viam, era a alegria de estarem em um lugar de memória que estava assumindo outra representação. Isso foi uma experiência maravilhosa.

E a Cela 4, que nós também achamos muito importante, era para que o visitante saísse daqui com um pensamento positivo sobre a resistência. Porque quando fizemos as coletas de testemunhos, várias coisas ficaram muito evidentes para a gente, e uma delas era a questão da solidariedade e, por isso, a ideia do cravo junto com a história da Elza Lobo. Mas a proposta do cravo também é simbolizar a solidariedade. Porque, como eu já disse, os ex-presos diziam nas coletas que haviam sobrevivido porque aqui dentro os colegas os ajudavam quando voltavam da tortura, e que, do lado de fora, sabiam que mais pessoas também se solidarizavam com eles. [...] Então a gente não queria que o visitante saísse daqui arrasado, que não conseguisse colocar o pé para fora de casa com medo de ser preso pela polícia. Quando definimos que a gente deveria apresentar as memórias dos ex-presos, era para que o visitante saísse daqui sabendo que a gente

precisa continuar lutando e que lutar vale a pena. Eu acho que o grande mérito dessa sala é realizar esse objetivo. Porque quando a gente lê os livros de visitas isso é algo que as pessoas dizem, para além dos agradecimentos: “Não! Nós precisamos continuar lutando!”; “companheiros, a luta continua!”; e “não! A gente precisa ir à luta!”. Então eu acho que a gente acabou logrando isso: de um lado oferecemos as informações, mas, de outro lado, procuramos tocar o visitante, não é? Eu considero que essa foi uma proposta bem acertada.

ANA PAULA BRITO Detalhe um pouco para a gente as atividades da Ação Educativa. Depois podemos abordar os demais núcleos do Memorial.

KÁTIA FELIPINI Na Ação Educativa nós temos vários projetos, e eu acho que vale falarmos também de como a gente conseguiu ir implantando esses projetos. Porque a gente não faz as coisas por acaso, temos que planejar muito bem, definir o que é mais estratégico para implantar primeiro e isso porque você não consegue fazer tudo ao mesmo tempo, ainda mais com uma equipe mínima. Então, no que nós acreditávamos ainda durante o processo de implantação do Memorial? Que precisávamos ter e desenvolver materiais educativos e projetos que pudessem colaborar na formação de educadores. Por quê? Justamente porque os professores da rede pública e da rede particular, que eram as duas áreas com as quais a gente pretendia trabalhar em maior número, não dispunham de materiais de apoio didático que pudessem ajudá-los nesse tema. Então acreditávamos que o desenvolvimento desse material poderia facilitar o trabalho deles em sala de aula e também os ajudava a virem melhor preparados para as visitas ao Memorial. Outra frente seriam os Encontros de Formação com Educadores, porque os educadores são multiplicadores por excelência, e a nossa ideia era a de investir na formação deles.

Então começamos com essa formação de educadores e o com o desenvolvimento do material de apoio didático, que eram três ou quatro lâminas mais textos de apoio. Ainda em 2009, ou 2010, propusemos os Encontros de Aprofundamento Temático, com a proposta de discutir o que aconteceu

na ditadura Vargas, durante o Estado Novo, e também na ditadura militar. Esses Encontros de Aprofundamento Temático aconteceriam duas vezes por ano, um em cada semestre, e cada semestre discutiria uma dessas ditaduras. A nossa ideia de sempre retomar a ditadura Vargas – e por isso ela também aparece na nossa linha do tempo e na nossa exposição de longa duração – é pela preocupação de que as pessoas consigam entender e perceber que nós já tínhamos tido uma ditadura, tivemos outra, e a gente pode ter outra, não é? Esse tem de ser o raciocínio e por isso a ideia de que você precisa saber do passado para que não aconteça no presente. E mesmo assim hoje a gente ainda vê pessoas reivindicando a volta à ditadura. Mas, enfim, a nossa ideia é que as pessoas também tivessem esse conhecimento sobre a ditadura Vargas.

Depois disso, nós começamos a fazer algumas experimentações, avaliando como é que poderíamos adequar certas coisas e, entre 2011 e 2012, nós começamos com a Contação de Histórias. Porque até esse momento nós oferecíamos um bom atendimento para universitários, estudantes do ensino médio e o para público espontâneo, que é bem variado, mas nós não tínhamos atividades para criança de até 10 anos de idade, com as quais você tem que ter outra metodologia, com uma abordagem mais lúdica. A partir dessa demanda, os educadores e a Caroline Grassi, então coordenadora da Ação Educativa, começaram a ler a respeito e foram experimentando algumas opções, até que encontraram esse livro da Ana Maria Machado, “Era uma vez um tirano”, e com ele desenvolveram essa Contação de Histórias, que é maravilhosa!

Agora, nós também éramos muito assediados por grupos que vinham ao Memorial com os guias de turismo, empresas de turismo contratadas para trazer as escolas em visitas às instituições museológicas. Mas isso estava sendo um pouco problemático para a gente, porque os guias vinham e cada um falava o que queria. Você nunca sabia se eles estavam dando informações corretas. E eles não tinham nenhuma articulação com a gente, então às vezes estávamos com dois ou três grupos em atendimento dentro das celas e chegavam mais 100, 200 pessoas de uma vez e não tinha onde colocar todo mundo. Isso era um grande problema, porque nosso espaço expositivo no

térreo é de 270 metros quadrados. Então sabíamos que tínhamos que ter uma maior articulação com essas empresas e com os guias de turismo. [...] E passamos a oferecer uma versão desse Encontro com Educadores focado nas necessidades dos guias de turismo.

Ainda para ampliar a nossa possibilidade de formação, nós queríamos fazer também um Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos, porque acreditávamos que era necessário investir mais no debate sobre os Direitos Humanos. Porque essa problemática está pulverizada em todas as nossas exposições e atividades, mas queríamos ter uma inserção maior nesse tema junto a educadores, pessoas que trabalham com público em geral, com a GCM [Guarda Civil Metropolitana], com a Polícia Militar e com outras organizações não governamentais, além, obviamente, dos professores em geral. E a gente conseguiu fazer isso. Em um primeiro momento, realizamos esse curso junto com a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência e batalhamos para que essa primeira edição fosse feita pela Coalizão, porque achávamos que isso daria mais força para o curso e que, por isso, depois seria mais difícil tirá-lo da programação, o que infelizmente não foi o que aconteceu. Fizemos três edições, 2012, 2013 e 2014, mas não conseguimos realizar em 2015 nem em 2016 por questões orçamentárias. Mas nosso objetivo com esse curso era o de ter essa força maior dentro da questão dos Direitos Humanos.

[...] Desde o início, também queríamos oferecer atendimento para o público com deficiência, e, por isso, quando a gente fez a maquete, nós já procuramos fazer uma maquete tátil, porque nossa ideia sempre foi a de implantar o serviço para público com deficiência: primeiro cegos e depois outras deficiências. Então a maquete tátil, quando foi feita lá em 2008, já foi com esse intuito. Mas naquela época nós só tínhamos dois educadores, e só um tempo depois é que conseguimos contratar mais dois. Além disso, precisávamos de alguém que soubesse especialmente trabalhar com esse público, porque existem algumas singularidades que nós não tínhamos capacidade de oferecer. Então, finalmente em 2014, nós pudemos contratar um educador especializado [...] Então, quando a gente começou a implantar a ação educativa para o público com

Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos

O curso voltou a ser oferecido em 2017 e 2018.

deficiência, que é o projeto Memorial ParaTodos, nós passamos a contemplar várias deficiências. Hoje a gente atende surdos, cegos – inauguramos na exposição de longa duração o piso tátil, fizemos na Cella 4 e na exposição dos lugares da memória uma tela de Libras, e esses são alguns dos ganhos que tivemos nesses tempos – e atendemos pessoas com deficiência intelectual através, também, da Contação de Histórias. Então, aos poucos, a gente vai incrementando cada um dos programas, e a Ação Educativa, que no final das contas representa mais da metade da nossa equipe, com seis pessoas, consegue ir desenvolvendo vários projetos também por causa disso.

ANA PAULA BRITO E a Ação Cultural?

KÁTIA FELIPINI Na Ação Cultural, o projeto mais importante que temos, e que foi iniciado em 2008, é o Sábado Resistente, e temos gosto de realizá-lo porque ele é produzido com ex-presos políticos. Inicialmente, a nossa parceria era com o Fórum Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos e, a partir de 2009, passou a ser com o Núcleo de Preservação da Memória Política. Em 2008, começamos fazendo seis encontros por ano. Em 2009, já foram oito por ano e a partir de 2010, 15 por ano. O que nós gostamos muito nesse projeto é a possibilidade de fazermos uma série de atividades em diferentes formatos, como lançamentos de livros, exibição de filmes, apresentações de peças de teatro, debates, enfim. E se, em 2008, os Sábados Resistentes tinham inicialmente meia dúzia de pessoas, e eram todos ex-presos políticos, a partir de 2009, com o Memorial já implantado e sendo realizado de uma forma mais sistemática, organizada e profissional, o nosso público foi só aumentando. Hoje frequentam os Sábados Resistentes educadores, estudantes de História, universitários, pós-graduandos, mas também os ex-presos, o que para a gente continua sendo muito importante.

[...] Ainda no âmbito da Ação Cultural, uma outra coisa que nós fazemos, desde o início, inclusive, e que eu considero super-importante, são os apoios e parcerias com diversas instituições. Porque nós procuramos ser um espaço aberto, onde qualquer

pessoa pode vir e pedir o nosso apoio. Mas a gente não vai apenas ceder espaço, como geralmente acontece, a gente dá apoio na divulgação, se faz presente na atividade. Então o Memorial abre espaço para que as pessoas se autorrepresentem. Porque não é todo mundo que acha o máximo a proposta do Memorial. Evidentemente, nós recebemos muitas críticas, mas mesmo essas pessoas que o criticam e que têm uma visão diferente de como deveria ser esse espaço, elas podem vir aqui e discutir um tema que é do interesse delas. Então elas têm essa abertura de vir até aqui e se fazer representar a partir da participação ativa delas, propondo e realizando atividades. Eu acho que esse é um grande diferencial que nós temos e que acreditamos ser, de fato, importante.

ANA PAULA BRITO Você poderia comentar um pouco sobre os programas do Núcleo de Pesquisa?

KÁTIA FELIPINI Bem, nós temos aqui no Memorial um Núcleo de Pesquisa que conta com três programas: o Programa Lugares da Memória, o Programa Coleta Regular de Testemunhos e o Centro de Referência.

[...] No Programa Lugares da Memória, nós temos quatro projetos. O Inventário dos Lugares da Memória é justamente a produção de um inventário, a partir de uma pesquisa bastante extensa, sobre lugares da memória da resistência e da repressão no estado de São Paulo. Então não é no Brasil, é no estado de São Paulo. Temos atualmente 183 lugares cadastrados a partir dessa pesquisa. No ano passado [2015], nós criamos um banco de dados e tudo pode ser consultado *on-line* e essa é uma forma de democratizar essas informações. Temos o projeto que é a exposição Lugares da Memória – resistência e repressão em São Paulo, que já foi concebido como uma atividade itinerante. Porque a nossa ideia sempre foi poder contar com a participação de diferentes comunidades nas cidades, de forma que as pessoas pudessem dizer quais são os seus lugares da memória na sua cidade. E isso é uma forma dessas comunidades se apropriarem dessas memórias. A ideia é de trabalhar com escolas, associações de bairro, secretarias da Cultura, enfim, com uma série de instituições. E, até o momento, fizemos três dessas exposições itinerantes, uma

O Inventário dos Lugares da Memória

Em 2016, as pesquisas realizadas pelo Memorial da Resistência para o projeto Inventário dos Lugares da Memória foram subsídio para a publicação “Memórias Resistentes, Memórias Residentes. Lugares de Memória da Ditadura Civil-Militar no Município de São Paulo”. Em parceria com a Coordenadoria de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, o guia reúne um levantamento dos principais lugares de memória da cidade relacionados à ditadura civil-militar.

em Ribeirão Preto, outra no Guarujá e a última em Salto. Essa exposição também é parte do Programa de Apoio às Ações do Sisem [Sistema Estadual de Museus], que é uma instância da Secretaria da Cultura que busca qualificar os museus do interior e da cidade de São Paulo. Outro projeto, mas que ainda não foi implantado, é o Museu de Percurso, cuja ideia é realizar vários roteiros em lugares da memória, levando os grupos para essas visitas. Esse projeto é um pouco mais complexo e tem uma demanda orçamentária maior e, além disso, temos que viabilizar essas visitas, o que não temos condição ainda. Um outro projeto que a gente sempre quis colocar em prática, e que está inclusive no programa museológico do nosso primeiro projeto, é o de Sinalização dos Lugares da Memória. Evidentemente que essa proposta não é uma invenção do Memorial, até porque vários países já fazem esse tipo de trabalho, mas, no Brasil, foi o Memorial quem primeiro pensou nessa possibilidade. Mas nós ainda não a fizemos por absoluta falta de tempo e de pessoal, porque para a sinalização é necessário se articular com várias instituições preservacionistas, como o Condephaat [Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo], o Conpresp [Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo], o Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], enfim, uma série de outros atores institucionais, e ainda não tivemos essas condições.

Além do Programa Lugares da Memória, temos também o Programa Coleta Regular de Testemunhos, que começou com a implantação do Memorial, como já foi dito. Foi justamente a partir dos testemunhos que conseguimos informações sobre esse espaço, e as coletas sempre foram uma das nossas linhas de ação programática. Mas, também gostaria de deixar claro que, quando a gente fez as primeiras coletas, nós tínhamos como objetivo a exposição de longa duração, ou seja, levantar subsídios para desenvolver os recursos expográficos. E, naquela época, não tínhamos nem dinheiro para contratar um técnico em audiovisual, nem a menor condição técnica para fazer isso, como um estúdio, por exemplo. Então, essas primeiras coletas têm mais a ver com

Sinalização dos Lugares da Memória

Uma alternativa para a realização desse projeto foi o desenvolvimento do aplicativo #SP64 a partir da parceria firmada em 2016 entre o Memorial da Resistência e a Peripécia Filmes, contemplada pelo ProAC em 2015.

O aplicativo é um geolocalizador que sinaliza aos seus usuários os lugares de memória vinculados à ditadura na cidade de São Paulo. O #SP64 tem a intenção de transformar, através da utilização das novas tecnologias de acesso móvel à internet, a relação do paulistano e dos visitantes com a história relativamente recente da cidade, trazendo a dimensão histórica do espaço urbano que nos cerca para mais perto de cada um. Disponível para celulares e tablets.

um processo de metodologia para desenvolver o roteiro específico para a exposição – utilizando de fotografias e outras informações que pudessem ajudar na ativação da memória dos ex-presos – do que um início propriamente dito do Programa Coleta Regular de Testemunhos. Mas fizemos toda a gravação audiovisual para termos esse material como um documento do processo de trabalho. Depois, em 2009, a gente já estruturou melhor o projeto, definindo quais eram os seus objetivos, porque tínhamos que ter um objetivo final para esse projeto. O Coleta Regular não é, por exemplo, um programa que pense nas histórias de vida. É claro que as histórias de vida das pessoas têm uma grande importância e as pessoas falam de suas histórias de vida, mas esse não é o nosso principal objetivo. O nosso principal objetivo é conhecer as memórias do prédio e saber, por um lado, como funcionava esse edifício e, por outro lado, o que foi o Deops, já que estamos nesse prédio que foi ocupado por esse órgão repressivo. Então esses são os nossos objetivos. [...] Mas claro, não podemos nos esquecer que esse programa atua articuladamente com o Programa Lugares da Memória, porque, para ampliarmos o nosso conhecimento sobre outros lugares da memória, nós precisamos do Coleta Regular de Testemunhos, que é a fala dos ex-presos ou dos resistentes de uma forma em geral, não é? [...] E hoje nós temos mais de cem pessoas entrevistadas e essas entrevistas são tanto as coletas individuais específicas do Programa, como também entrevistas para amparar as nossas exposições temporárias, como as exposições *Advogados da Resistência* [2013] e *Política F.C. O futebol da ditadura* [2014]. Por fim, mais recentemente fizemos uma parceria com a Universidade Metodista para que todas as nossas entrevistas fossem editadas, assim podemos disponibilizá-las corretamente para os pesquisadores e podemos dar uma cópia para os entrevistados. Porque quando eles vêm até aqui, eles vêm com prazer e boa vontade e se sentem orgulhosos de participar do programa do Memorial, e eles querem ter a entrevista ao final, para poder guardar, mostrar para a família ou até para outras ações. E assim como o Lugares da Memória, o banco de dados do Coleta Regular está em nosso *site*, e lá as pessoas

podem fazer uma pesquisa inicial e, de acordo com o que se está trabalhando ou pesquisando, é possível agendar um horário aqui no Memorial, em que os pesquisadores disponibilizam as entrevistas integrais.

Agora, o Centro de Referência é um espaço que foi pensado ainda em 2007, quando não havia muita articulação entre as informações e ações que estavam sendo feitas em relação à questão da preservação da memória política. Então, naquela época, você sabia que aqui e ali havia algum grupo que estava fazendo coleta de testemunhos ou que estava fazendo uma determinada ação, e a ideia inicial é que esse programa pudesse articular essas várias informações, desde bibliografia que estava sendo produzida – dissertações e trabalhos acadêmicos de uma forma em geral –, os filmes que haviam sido feitos, as peças de teatro que dialogavam com essa questão da resistência e da repressão, enfim, todo esse repertório que acaba nos ajudando a entender melhor essa nossa história recente. Mas também foi justamente nesse período, mais ou menos em 2010, que surgiu o programa Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. E, nesse contexto, o nosso Centro de Referência já ficou um pouco capenga, porque a proposta do Memórias Reveladas era justamente a de fazer uma articulação geral entre os arquivos do Deops e arquivos de outras instâncias de repressão, com essas outras produções. Então nós ainda precisamos nos debruçar um pouco mais sobre as propostas desse nosso programa. Mas, uma coisa possível de ser feita a partir do nosso banco de dados, pela internet, é acessar instituições que trabalham com a mesma temática do Memorial, e isso não tem nenhuma outra instituição que faça, né? Que agregue todas essas informações, que facilite esse acesso. [...] Então eu acho que esse é um avanço do programa, que precisa, no entanto, ser bastante melhorado, mas futuramente a gente vai despendendo um tempo a mais para ele.

ANA PAULA BRITO Kátia, para finalizar, qual é, na sua avaliação, a maior importância do Memorial da Resistência para o público?

KÁTIA FELIPINI A importância é a de preservar essa memória sobre o que aconteceu recentemente em

nosso país e compartilhar isso com as pessoas. Porque eu acredito que o nosso maior objetivo é colaborar na formação de cidadãos. E também acredito que aqui seja um lugar ideal para isso, justamente por ser um lugar de memória, que testemunhou todas essas atrocidades. E não são apenas nós, os técnicos, os profissionais, que dizemos o que aconteceu aqui, são especialmente os protagonistas. Eles falam: “Nós estivemos aqui, nós sofremos isso!”. Então a importância está nessa capacidade do Memorial de transmitir, de sensibilizar as pessoas para o que aconteceu, de colocar importância na formação de um cidadão atuante e que pense e colabore, que tenha uma atuação mais incisiva em relação aos princípios democráticos, sempre lembrando que a democracia pode, e deve ser aprimorada. Então, em poucas palavras, o Memorial mostra para as pessoas que é possível você ser um cidadão participante e atuante e que você tem a responsabilidade de não deixar que as atrocidades que aconteceram voltem a acontecer.



1



3



2



4



5



6



8



9



8



7

1. Cella 1. Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
2. Cella 3. Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
3. Cella 4. Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
4. Kátia Felipini e Marcelo Araujo recebem o Prêmio Direitos Humanos 2015, concedido ao Memorial da Resistência pelo Governo Federal na categoria Direito à Memória e à Verdade. Foto: Roberto Stuckert Filho/ Presidência da República;
5. Participantes do Encontro com Educadores recebem material de apoio ao professor com seleção de documentos históricos, 2009. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
6. Trabalho de readequação do corredor para banho de sol, 2008. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
7. Preparação dos recursos expográficos para a reconstituição da Cella 3, 2008. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
8. Visitas educativas do projeto Memorial ParaTodos, que promove o acesso de pessoas com deficiência ao Memorial da Resistência, atendendo cerca de 1.000 visitantes por ano. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
9. Sábado Resistente, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, realiza Audiência Pública sobre Ditadura e Homossexualidade no Brasil, 2014. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

CAROLINE

GRASSI

CAROLINE GRASSI FRANCO DE MENEZES NASCEU EM 1984, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, MUDANDO-SE PARA SÃO PAULO, ONDE VIVE ATUALMENTE. FORMADA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2006), DIRECIONOU SUA PRÁTICA PROFISSIONAL PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO LOGO NO INÍCIO DE SUA CARREIRA. ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2015, COORDENOU A AÇÃO EDUCATIVA DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, PARTICIPANDO DIRETAMENTE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO. ATUALMENTE PERMANECE ENVOLVIDA COM PROJETOS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E DEDICA-SE À CONCLUSÃO DE MESTRADO NA ÁREA.



Arquivo Memorial da Resistência de São Paulo

Local de gravação

Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo/SP

Data

01/03/2018

Duração da sessão

1h21min

Entrevistadoras

Luiza Giandalia e Camila Djurovic

Operador de câmera

André Oliveira

Transcrição

Maria de Lourdes da Silva

Adaptação da entrevista

Julia Gumieri

Revisão

Louise Azevedo

LUIZA GIANDALIA Caroline, antes de trabalhar no Memorial, você já havia trabalhado mais diretamente com esse tema da ditadura?

CAROLINE GRASSI Durante a graduação, eu tive contato com a ditadura Vargas porque eu fiz um estágio nos arquivos do PROIN, do Arquivo Público do Estado, e fiz uma disciplina lá. Então tive contato com arquivos, prontuários de presos políticos da Era Vargas, e tive algum contato com essa questão do controle e da vigilância do Estado sobre os cidadãos. Mas em relação à ditadura militar, e em termos profissionais, eu ainda não tinha trabalhado com esse tema, especialmente. Até porque não havia instituições de memória ou museus, e poucos arquivos tratavam disso. Exposições sobre isso também eram pouquíssimas. O contato aprofundado realmente se deu aqui no Memorial da Resistência. Mas isso eu acho que era um cenário bastante comum, porque esse não era um assunto abertamente discutido. A gente está falando de 10 anos atrás, o que até dá para pensar em quanto o Brasil avançou nessa discussão e nesse aspecto, e nisso eu acho que o Memorial da Resistência tem uma grande contribuição. Há 10 anos, não se falava em ditadura, em luta política, em resistência. Eram assuntos mais restritos à academia ou aos pesquisadores, né? Então acho até que o Memorial contribuiu muito para dar voz aos protagonistas dessa história, que foram os ex-perseguidos políticos e familiares. E isso também ajuda a ter uma ideia do tamanho da nossa imersão para poder executar a implantação do Memorial. Como tínhamos pouca bibliografia anos atrás, a gente teve que criar um certo conhecimento, em pouco tempo, para a implantação do Memorial. Naqueles cinco ou seis meses, a gente teve que construir um conhecimento sobre a memória desse edifício, sobre a memória de pessoas que ficaram presas aqui. E eu digo “construir” porque isso não estava em nenhum lugar, não estava escrito. Na época, as nossas poucas fontes de consulta eram os dossiês de mortos e desaparecidos feitos pela Secretaria de Direitos Humanos [do Governo Federal] ou pelo Estado de São Paulo, mas não se tinha muito mais informação. A própria Comissão Nacional da Verdade veio anos depois. Então a gente teve muito pouco tempo para realmente construir algum conhecimento sobre isso

e transformar esse conhecimento em comunicação museológica para expor no Memorial. Por isso foi um trabalho bastante intenso, e eu acho que nós nos esforçamos para dar conta disso no pouco tempo que tínhamos. Mas sabíamos também que o Memorial logo se tornaria uma instituição e poderia, depois, desenvolver mais aprofundadamente todas as questões de pesquisa e de conteúdo.

LUIZA GIANDALIA O Fórum Permanente dos ex-Presos e Perseguidos Políticos, hoje Núcleo Memória, participou de forma bastante ativa da formação da primeira equipe do Memorial. Em que atividades do Educativo ele esteve presente?

CAROLINE GRASSI A relação com o Fórum Permanente era muito próxima, muito intensa, e desde a nossa primeira reunião de trabalho para implantar o Memorial nos foi orientado, e pedido, para que nós sempre contássemos com eles, porque eles tinham que ser a voz protagonista dessa história. E, então, desde o início, houve como iniciativa de trabalho, como atividade integrante do processo de implantação, a realização de entrevistas com ex-presos que estiveram aqui no Deops de São Paulo. Além disso, essa participação também não deveria se limitar ao fato de que eles apenas entregassem as suas memórias para a equipe, mas sim que eles se envolvessem na vida da instituição. No caso da Ação Educativa, que foi a área na qual eu trabalhei, havia sim a intenção de que eles, de alguma forma, também se envolvessem como mediadores, participassem do atendimento ao público. Então no primeiro programa de Ação Educativa estava previsto que eles fizessem atendimento direto ao público ou participassem de rodas de conversa. Mas a execução disso acabou não dando certo [...]. Com o passar do tempo, a gente percebeu que as rodas de conversa com os ex-presos políticos, que é hoje uma atividade consolidada da Ação Educativa, daria conta desse contato do público com o ex-preso, além de ser uma atividade que conta também com a mediação do educador, né? Então essa atividade daria conta de proporcionar para o público em geral o contato com esses protagonistas, que era o que a gente queria desde o início. Então houve sim essa preocupação. E os ex-presos participaram também da formação das

primeiras educadoras. Inicialmente nós contratamos duas educadoras, e nós tivemos muitas conversas com eles para que entendêssemos sobre o cotidiano aqui das celas, pois essa questão do cotidiano era muito presente. Então, de uma forma muito especial, os ex-presos contribuíram com a formação das primeiras educadoras, mas eu, com certeza, posso afirmar que esse envolvimento só foi crescendo ao longo dos anos que se seguiriam.

LUIZA GIANDALIA Em 2008, antes do Memorial ser oficialmente aberto, o espaço já recebia algumas visitas, certo? Qual era o perfil desse público e como as pessoas percebiam esse espaço?

CAROLINE GRASSI Quando houve a mudança de nome, em maio de 2008, para Memorial da Resistência, aqui tinha uma exposição temporária de fotos sobre o período da ditadura militar [exposição Direito à Memória e à Verdade: a ditadura no Brasil 1964-1985] e naquela época o Memorial era, um pouco, um adendo da Estação Pinacoteca, né? A entrada era por fora e não precisava de ingresso, então tinha um fluxo tímido, digamos assim, mas tinha sim um fluxo de curiosos, de escolas que tinham visitas agendadas à Estação Pinacoteca e aproveitavam para passar pelo Memorial da Resistência. Era uma visita tímida, esporádica, e não havia nenhum tipo de trabalho para intensificar isso. Quando houve a mudança do nome, aí já com essa postura de “sim, vamos mudar e fazer essa instituição se intensificar”, os ex-presos vinham oferecer algumas visitas, mas de forma também não regular, não muito organizada. Se tinha alguma demanda, entrava-se em contato com eles e eles vinham. [...] Nessa época, a gente também não tinha ainda a exposição de longa duração pronta e não tínhamos um conteúdo mais organizado para poder planejar educativamente como tratar esse assunto. Nessa fase piloto, as visitas eram mais sobre a experiência pessoal desses ex-presos, recaía muito nessa questão da curiosidade, porque não tinha um planejamento educativo por trás. Além disso, aquela exposição era temporária, então a gente estava realmente querendo verificar como o público interagia com aquele espaço e com os ex-presos, né? Aí quando o Memorial foi reaberto em janeiro de

2009, já com a exposição de longa duração, a gente pôde fazer um trabalho educativo nesse sentido.

Mas já nessas experiências piloto de visitas com os ex-presos, a gente via que o público tinha interesse, mas um interesse que ia pela curiosidade de saber, pois, de repente, você está em contato com uma pessoa que ficou presa ali, e surgia aquela coisa da curiosidade humana. Em relação ao espaço carcerário, nessa fase, a gente percebia também um estranhamento. As pessoas se sentiam um pouco desconfortáveis e eu avalio que era pelo desconhecimento do tema: só se sabia que se estava em um espaço de confinamento, um espaço apertado, então era uma experiência muito sensorial. Então, acho que nessa fase não passava muito pelo conteúdo, pelo conhecimento histórico, acredito que passava mais por essa reação sensorial, que ainda existe hoje, claro, mas naquela época não se falava abertamente sobre isso. Então as pessoas sabiam que estavam em um espaço que foi de prisão, mas não entendiam direito o porquê ou o que tinha acontecido ali, e aí a presença dos ex-presos ajudava a minimizar isso um pouco. Mas também eram as primeiras incursões nesse sentido, digamos assim.

Agora, quando o Memorial foi reaberto, a partir de janeiro de 2009, e aí já com a Ação Educativa e com educadores, a gente também recebia muitos grupos escolares com guias de turismo e a gente via o desconhecimento de muitos guias. Nesses casos, como eles não tinham o conhecimento sobre esse espaço, o discurso mais recorrente era sobre a tortura. Então muitos guias, e às vezes muitos professores, que não sabiam como tratar do tema, acabavam indo para o lado da tortura, até porque as informações divulgadas pelo Brasil Nunca Mais: as torturas, as mortes e a repressão em si, eram informações de mais fácil acesso. Tudo isso nos levou a verificar a importância de se iniciar, assim que possível, os cursos para professores e a produção de material educativo pelo Memorial da Resistência. Porque o diferencial na nossa abordagem seria tratar a resistência, e não só a repressão.

Brasil Nunca Mais

Importante livro-denúncia, publicado em 1985, que documenta as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura civil-militar entre os anos de 1961 e 1979. O projeto, uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, foi realizado sigilosamente entre 1979 e 1985 por meio da sistematização de informações de mais de 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM).

LUÍZA GIANDALIA E além desse público esporádico que vinha para a Estação Pinacoteca e tinha curiosidade de conhecer o Memorial havia também um trabalho de formação sendo feito com os funcionários?

CAROLINE GRASSI O Programa de Consciência Funcional é o trabalho de formação com os funcionários e é um projeto da Ação Educativa da Pinacoteca vinculado ao RH da instituição. Em relação aos funcionários, essa foi uma das primeiras necessidades que sentimos: a de sensibilizar principalmente os atendentes, porque eles são as pessoas que estão diretamente em contato com o público, né? [...] Em 2008, a gente fez algumas experiências piloto com funcionários e atendentes e, conversando com eles sobre a exposição, percebemos que poucos tinham interesse pelo tema e havia um estranhamento também em relação ao espaço, pois era muito comum que os funcionários não se sentissem à vontade no espaço carcerário. A partir de 2009 é que a gente começou com ações mais vinculadas ao Programa de Consciência Funcional do Educativo da Pinacoteca, com ações regulares junto aos atendentes. Isso era muito importante porque eles são o primeiro contato com os visitantes. Eu estou focando nos atendentes porque temos várias categorias de funcionários, então a gente realizava visitas para os funcionários em geral, que passavam muito pelo conhecimento sobre a carceragem e pela curiosidade de mostrar o novo espaço da Pinacoteca. Mas com os atendentes, a gente tinha um outro trabalho, e uma outra preocupação, que, além de falar um pouco do que era o espaço do ponto de vista histórico, era a preocupação de mostrar para eles a diferença entre o patrimônio do Memorial e o patrimônio que a Pinacoteca preserva.

Porque a Pinacoteca preserva, em linhas gerais, obras de arte e esculturas e o patrimônio que o Memorial preserva é outro. Temos o patrimônio arquitetônico, mas temos as memórias, e, além disso, é um espaço fisicamente muito diferente do da Pinacoteca; e os atendentes têm como atribuição a preservação desse espaço. Então a gente precisou conversar muito com eles, para que eles entendessem que, embora não houvesse obras de arte no espaço expositivo do Memorial, aquele espaço, em si, necessitava ser cuidado, e era o espaço como um todo, pois o espaço em si é o nosso patrimônio. Se um visitante pega uma caneta e faz um rabisco na cela ele está, de alguma forma, mexendo no patrimônio do Memorial. Então essas diferenças de percepção foram necessárias e eu acho que continuam sempre sendo necessárias e isso entra na questão da formação continuada. No caso dos atendentes, a

gente tinha essas duas linhas de atuação: mostrar o significado histórico do espaço, mas mostrar também essas diferenças conceituais do ponto de vista do patrimônio, o que está diretamente relacionado ao trabalho deles. E também discutir algumas regras básicas de museu como: na Pinacoteca você não pode fotografar a obra e no Memorial você pode. Por quê? Isso significa que esse patrimônio é menos importante? Não, só significa que ele é diferente, que ele é de outra natureza. Por isso é um trabalho muito importante e que precisa ser sempre renovado, porque também novas levas de funcionários entram na instituição. E nisso a gente descobre um ou outro que se apaixona pelo tema, mas também descobre outros que rejeitam o tema porque não se sentem bem, até por questões pessoais. Então você pode conversar com atendentes e com funcionários que amam o Memorial, que adoram estar ali, e outros que se sentem muito incomodados pelo espaço em si.

LUIZA GIANDALIA A Ação Educativa participou do processo de construção da maquete?

CAROLINE GRASSI A história da maquete é uma história interessante. Na fase de implantação do Memorial, ela não estava prevista no projeto original, mas à medida que a gente foi realizando as entrevistas com os ex-presos, a gente sentiu – veio deles e veio da equipe – a necessidade de fazer uma maquete para poder mostrar como o espaço era antigamente, o espaço todo. Por quê? A gente notou que alguns ex-presos lembravam de alguns detalhes e outros lembravam de outros e, às vezes, do mesmo período. Por exemplo, alguns ex-presos diziam que quando passaram por aqui, dormiram em colchões de palha, outros já dormiram em camas de cimento, então é esse tipo de diferença que as memórias trazem. E a maquete surgiu como uma consequência disso, para conseguirmos mostrar um pouco da riqueza de detalhes que a gente recolheu nesse momento e que não seria possível apresentar dentro das celas, porque as celas seriam ocupadas por temas, com exceção da Cella 3. Então a maquete nasceu dessa necessidade da equipe de mostrar como era o espaço a partir das memórias daquelas pessoas que passaram por ali, e que estavam colaborando na implantação do Memorial.

E aí, quando decidimos ter a maquete, ela também passou a ser pensada como um recurso educativo, pois se percebeu que ela poderia ser usada nas visitas. Então ela foi montada numa base já com rodinhas para que pudesse ser arrastada para outros lugares, foi pensada em uma mesa com altura para que um cadeirante pudesse visualizá-la melhor, ela tem uma cúpula que pode ser removida para que as pessoas possam tocá-la. Então após a decisão de ter a maquete, ela realmente passou a ser considerada como um recurso educativo e isso foi muito legal. Ela é, inclusive, um dos materiais mais usados até hoje. E hoje em dia ela está plenamente acessível, sendo bastante utilizada pelo projeto Memorial ParaTodos. [...] A Dayse Tarricone, a mesma pessoa que elaborou a maquete da Pinacoteca, fez já a nossa maquete pensando mesmo na acessibilidade do toque e com algumas legendas também em braille.

LUIZA GIANDALIA Caroline, você, que trabalhou na instituição de 2008 a 2015, o que você destacaria como sendo os maiores desafios e conquistas do Memorial nesse período? E como você enxerga a instituição, hoje, dentro do cenário museológico?

CAROLINE GRASSI Olha, eu acho que o Memorial da Resistência de São Paulo tem uma contribuição muito importante no cenário museológico relacionado ao Direito à Memória e à Verdade e à questão dos Direitos Humanos, e acho que o Memorial foi a primeira instituição criada para tratar diretamente desse tema. Em 2008, existiam alguns projetos, e a gente vê agora, já em 2018, que muitos desses projetos continuam no papel. Mas o Memorial da Resistência conseguiu ficar de pé e, mais do que isso, conseguiu permanecer e vai fazer 10 anos de existência! E ele tem uma contribuição fundamental, na minha opinião, que está relacionada também ao desenvolvimento da democracia no Brasil e a gente sabe do momento político atual e dos muitos retrocessos na área dos Direitos Humanos e nas garantias de direitos.

Em 2008, há 10 anos, a democracia no Brasil estava avançando no desbravamento da questão da preservação da memória e do reconhecimento do que foi a ditadura militar. A Comissão Nacional da Verdade só veio anos depois, e nesse tempo a gente já tinha

trilhado um caminho para desnudar, abaixar a cortina em relação ao que tinha acontecido do ponto de vista da resistência e da perseguição política. Eu diria que, nesse cenário, o Memorial da Resistência tem uma contribuição importante, junto com a Comissão de Anistia – que hoje em dia já está esvaziada de atuação e de atribuições. Mas aquele foi um momento que, junto com a Comissão de Anistia, com os julgamentos públicos, foi possível avançar muito no sentido de ser dito o que foi a ditadura militar do ponto de vista da repressão. E poder falar em repressão, falar em resistência. Porque quando você fala em resistência, você qualifica, de uma forma positiva, o que foi a luta dessas pessoas que ficaram presas aqui, pois elas não eram só presos políticos ou perseguidos, elas eram lutadoras. E quando você diz que eles resistiram, você está qualificando, de uma forma positiva, o protagonismo delas nesse processo. E ao dizer que o Estado brasileiro operou a repressão e perseguiu essas pessoas, você também está qualificando o que foi a ditadura, e isso é um discurso. O Memorial da Resistência tem uma grande contribuição na afirmação desse discurso porque aqui é o espaço onde as memórias dessas pessoas podem ser encontradas e preservadas. Eu diria também que a Comissão de Anistia tem uma grande contribuição nesse discurso, porque ela possibilitava ao Estado brasileiro pedir desculpas aos cidadãos que ela perseguiu. E foi um momento de muita profusão de iniciativas nesse sentido. Então, quando a Comissão Nacional da Verdade vem, anos depois, ela já vem como fruto de todo esse debate que estava sendo posto e no qual o Memorial da Resistência tem uma grande contribuição ao qualificar as ações do que foi a ditadura militar.

Agora, do ponto de vista museológico, eu acho, e aí principalmente porque eu trabalhei na Ação Educativa do Memorial, que é muito importante você poder afirmar que esse tema pode ser, sim, tocado ou descoberto por qualquer faixa etária. A gente, no início, tinha essa restrição, mas a verdade é que todas as pessoas podem ter acesso a esse conhecimento. O que você precisa trabalhar é a metodologia e a abordagem. Hoje em dia, por exemplo, nós temos Contação de Histórias para crianças que tratam, com belas histórias, de luta e de cidadania. Então o tema não precisa ser restrito, o que ele precisa é ser bem

trabalhado com abordagens específicas para cada grupo etário. E eu acho que o Memorial também provou isso, e essa é uma grande contribuição. Do ponto de vista dos Direitos Humanos, acho que o Memorial ao se manter em pé, existindo, sempre vai ser um sinalizador de que esse edifício foi um edifício de violação de Direitos Humanos, e isso tem de ser sempre afirmado. Porque hoje em dia estamos vivendo esse momento de retrocessos, mas a diferença dos tempos atuais é que esse retrocesso tem outros contornos, e a gente tem que aprender com o passado e ficar atento às novas manifestações de repressão e de autoritarismo dos dias de hoje. O Memorial, permanecendo em pé sempre vai ser uma bandeira, uma luz, nesse sentido porque ele sempre vai mostrar: “olha o que aconteceu aqui”.

E em relação aos desafios, acho que um deles é como lidar com o entorno de uma forma mais aberta. Eu acho que o Memorial tem avançado nisso e quando ele não consegue avançar, eu acho que a gente também tem que reconhecer as limitações da função e da contribuição que ele pode ter, mas no que puder, na sua capacidade máxima de atuação junto ao entorno, que ele possa desenvolvê-la de forma potencial, sabendo dessas limitações, mas não ficando alheio a elas. E o público percebe isso. Ano passado [2017], se não me engano, os alunos estavam chegando para o Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos, ou seja, um curso que fala de educação em Direitos Humanos e acho que as ruas aqui estavam bloqueadas porque havia uma ação policial no entorno. Então vamos falar sobre isso! Pelo menos vamos falar sobre isso, né? Não vamos fingir que nada está acontecendo. E eu acho que esse é um desafio permanente e que vai permanecer por muito tempo, porque é uma questão social, na verdade. E acredito que um outro desafio do Memorial seja o de se manter sempre atual. É possível rever atividades, rever parceiros, é possível se abrir mais, iniciar novos diálogos. Acho que é sempre possível rever coisas que aparentemente estão cristalizadas e que não precisam estar. Eu tenho um grande orgulho de ter trabalhado no Memorial, foram anos muito intensos e bonitos e eu acho que trabalhar no Memorial fez muito de quem eu sou hoje como profissional e como pessoa.



1



1



2



2



2



3



4

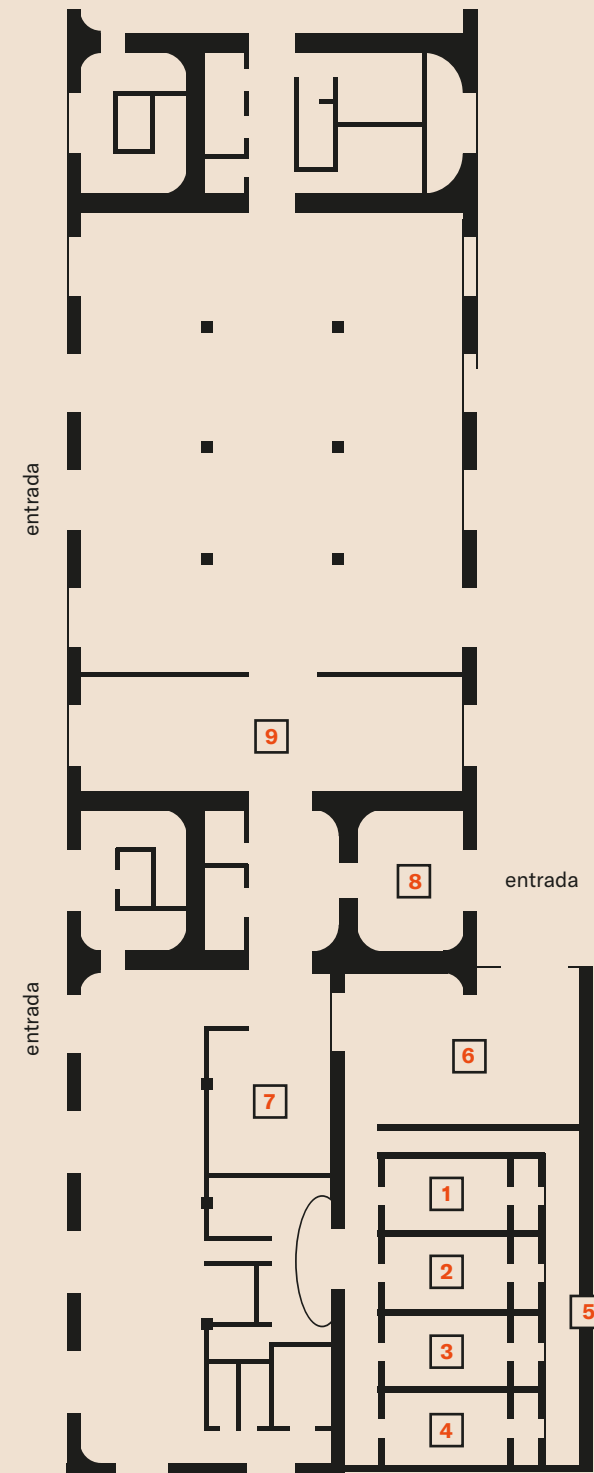


5

1. Visitas educativas com funcionários do Atendimento e Serviços Gerais promovidas pelo Programa Consciência Funcional, 2009. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
2. Contação de Histórias elaborada a partir do livro *Era uma Vez um Tirano*, de Ana Maria Machado. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
3. Processo de elaboração da maquete tátil com ex-presos políticos e equipe técnica, 2008. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
4. Projeto final da maquete tátil. Foto Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo;
5. Visita educativa utilizando recursos da maquete tátil, 2016. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

ANEXOS

149



MAPA DO ESPAÇO EXPOSITIVO – TÉRREO

1. Cella 1;
2. Cella 2;
3. Cella 3;
4. Cella 4;
5. Corredor para banho de sol;
6. Módulo B: Controle, repressão e resistência – o tempo político e suas memórias (linha do tempo);
7. Centro de Referência;
8. Módulo A: O edifício e suas memórias;
9. Prolongamento da exposição de longa duração (Lugares da Memória).

PLANO MUSEOLÓGICO MRSP | 2018 – 2023

Consultoras Cristina Bruno; Léa Blezer; Fiorela Bugatti.

APRESENTAÇÃO

O Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo / MRSP – 2018 – 2023, ora apresentado, corresponde à atualização e revisão do documento precedente elaborado em 2010.

Deve ser considerado como uma proposição museológico-institucional, articuladora de princípios e conceitos com metas e planejamentos estratégicos que, por sua vez, deve ser adequada e vinculada aos regramentos da APAC/Organização Social – Associação Pinacoteca Arte e Cultura, no âmbito da gestão da Pinacoteca do Estado e às Diretrizes da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

A metodologia aplicada para os estudos e ações referentes à elaboração deste documento priorizou quatro eixos analíticos:

- Análise da documentação institucional;
- Cotejamento com planos de instituições congêneres;
- Interlocução – presencial e *online* – com a Equipe do MRSP e com os dirigentes da Pinacoteca;
- Apresentação e Discussão sobre trabalhos acadêmicos e propostas da Equipe sobre o MRSP, envolvendo ações com parceiros da instituição.

Esses quatro eixos metodológicos que, por sua vez, se reverberam na busca institucional de uma inserção qualificada no cenário de políticas públicas que são responsáveis pelas abordagens culturais e educacionais contemporâneas, ancoradas em referências de memória e história e com estreita vinculação com os cenários das instituições comprometidas com as artes.

A elaboração do Diagnóstico Institucional que gerou este documento, levou em consideração a articulação de três fatores. Por um lado, a reavaliação da essência do compromisso público da instituição, a partir da verificação sobre a sua vocação museológica e de acordo com o seu campo patrimonial de atuação (fato museal) e, por outro, a identificação da dinâmica de trabalho entre atividades meio e atividades fim da instituição em pauta, com suas respectivas especializações e necessárias hierarquias, com vistas à análise sobre os fluxos da cadeia operatória de ações referentes à consolidação institucional (fenômeno museológico).

Completam esses fatores a análise sobre as linhas programáticas, sistematicamente implementadas, com o objetivo de diminuir os impactos dos problemas e reverberar as potencialidades com o propósito de melhor engajamento com os contextos de políticas públicas mais amplas (processo museológico).

Inicialmente a proposta de trabalho estava direcionada apenas para a atualização do Plano Museológico de 2010, mas os estudos e as discussões acima mencionados, decorrentes dos fatores elencados apontaram também para a necessidade de revisão de alguns princípios e um novo desenho e novas delimitações das linhas programáticas.

As interlocuções com a Coordenação e Equipe demonstraram que as mesmas possuem pleno conhecimento do Plano Museológico que está em desenvolvimento no MRSP, bem como um expressivo domínio sobre as especificidades das Linhas de Ações Museológicas. Mas, mais do que isso, demonstraram, especialmente, uma avaliação crítica direcionada para o que deve ser atualizado e revisado, com vistas ao enfrentamento dos principais compromissos do Memorial no que se refere à missão, visão e valores, e também sobre os desafios que têm surgido nos anos de atuação institucional após a realização do Plano precedente.

O Plano aqui apresentado é, portanto, um documento interpretativo, apoiado em planejamentos estratégicos, orientado para a expansão institucional, considerando uma perspectiva processual e já tendo ultrapassado em linhas gerais a consolidação do Memorial da Resistência de São Paulo, indicada no documento de 2010. O aspecto essencial deste documento emerge de seu caráter propositivo, a partir das interpretações realizadas ao longo do Diagnóstico Institucional. Deve, portanto, subsidiar as aplicações às diretrizes da APAC e UPPM e embasar planos anuais.

PLANO MUSEOLÓGICO**Memorial da Resistência de São Paulo: características atuais e novos desafios**

O Memorial da Resistência de São Paulo – MRSP, inaugurado em 2009, representa a continuidade de esforços da sociedade civil e de instituições públicas no sentido de estimular o debate sobre os problemas referentes aos períodos de governos ditatoriais e de justiça transicional e, especialmente, de abordar as questões que problematizam a conquista dos direitos humanos, a partir da perspectiva da “*resistência*” em suas distintas expressões e mediante estratégias preservacionistas. O primeiro Plano

Museológico, datado de 2010, foi organizado em torno dessas premissas, privilegiando as abordagens sobre a resistência política, pautando as metas para as três fases estruturantes da instituição.

A partir de procedimentos de salvaguarda e comunicação dos respectivos indicadores da memória, vinculados aos acontecimentos vivenciados em São Paulo e suas projeções nacionais e internacionais, essa instituição está ancorada em premissas museológicas e processuais, com forte orientação educacional.

Localizada em um privilegiado espaço, este marcado diretamente como um “lugar da memória” do seu tema central, o edifício sede do DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, esta nova versão do Memorial – inaugurada em 2009 – representou uma ruptura no que se refere às experiências pregressas sediadas no mesmo local. Esta nova configuração foi desenhada a partir da elaboração de um Programa Museológico apoiado em seis linhas programáticas e sua gestão sempre esteve sob a responsabilidade da Pinacoteca do Estado, no âmbito do modelo administrativo de uma Organização Social, propiciando, desta forma, a coexistência do espaço institucional com a Estação Pinacoteca.

Esse desenho institucional desde o início de atuação do MRSP projetou uma conjuntura singular para as iniciativas de planejamento, articulando vetores inéditos no cenário museológico. Este reconhecimento, por sua vez, tem permitido estudos prospectivos que levam em consideração não só a consolidação do Memorial, mas a sua interlocução com a Pinacoteca do Estado, assim como, o alinhamento das reciprocidades com a Estação Pinacoteca, além da indicação prospectiva para a busca de outras parcerias e a inserção em movimentos compatíveis com as suas delimitações patrimoniais. Nesse contexto analítico, emerge com especial expressão a participação efetiva do Núcleo de Preservação da Memória Política do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo no delineamento da consolidação do MRSP, como também, o surgimento de outros parceiros que contribuíram para a projeção institucional.

Desde o início da atuação do MRSP, a coexistência institucional e espacial entre um museu de arte de forte expressão histórica e pública em nosso cenário museológico e um memorial recém-criado e devotado às causas políticas do país, ainda dolorosas para a nossa compreensão, permite avaliar que estamos diante de um difícil estudo museológico, que coloca em confronto os seus limites em relação às múltiplas possibilidades do exercício da Museologia. Uma vez que

reconhecemos que em um segmento se agrupam as instituições vocacionadas para a valorização das expressões artísticas e culturais que enobrecem as sociedades e, no outro, se encontram àquelas que se organizam para denunciar e lembrar os horrores provenientes destas mesmas sociedades. Raramente, no entanto, nos defrontamos com a coexistência institucional desses dois segmentos.

Aliados a esses confrontos e à singularidade dessa coexistência, o período transcorrido entre o equacionamento do primeiro plano museológico e esta fase de atualização e revisão, tem sido marcado por profundas transformações na paisagem cultural urbana que circunda o MRSP na cidade de São Paulo e mesmo no que tange à multiplicidade de enfoques que envolvem e diversificam as potencialidades de abordagens sobre a temática da resistência.

As fases estruturantes e as metas indicadas no Plano Museológico de 2010, para a implantação e consolidação da instituição, foram basicamente equacionadas e superadas neste mesmo período, de acordo com a análise documental e bibliográfica e as discussões com a Equipe. Apenas alguns tópicos de caráter normativo não lograram êxito e serão contextualizados nesta versão do Plano Museológico.

Entretanto, identificamos a necessidade da expansão dos princípios norteadores e da rearticulação entre as linhas de ações museológicas para esta nova etapa de ação do Memorial, com vistas à sua expansão, mas também, com o propósito de consolidar ainda mais as suas bases estruturantes.

Nesse sentido, o plano ora apresentado sublinha os seguintes desdobramentos e não somente atualizações, referentes aos princípios norteadores apresentados em 2010, priorizando quatro reflexões:

1 – A relevância do enfoque temático e do correspondente recorte patrimonial, a partir da importância da musealização das referências culturais inerentes aos processos de “resistência” e “repressão”, sobretudo, naquilo que estes podem contribuir com a educação para a cidadania.

Desdobramentos: Expansão programada do enfoque temático para abordagens de outras dimensões contemporâneas da resistência e da repressão, para além dos enquadramentos políticos, a partir da eleição e experimentação museológica de novo temário, considerando a projeção da Paisagem Cultural urbana sobre as ações institucionais.

2 – A singularidade dessa instituição como resultado da mobilização da sociedade civil em

diferentes perspectivas, desde os movimentos de resistência aos regimes políticos autoritários; passando pelas ações para a retomada do projeto institucional e, notadamente, alcançando a visibilidade preservacionista deste “lugar da memória”; permitindo a abertura de rotas para um novo destino, que possibilita ao edifício construir e desvelar uma nova vocação, sediando ações museológicas de pesquisa, salvaguarda e comunicação.

Desdobramentos: Redefinição do repertório patrimonial e acolhimento de coleções materiais para além dos acervos já existentes, considerando a rearticulação entre as linhas de ação em programas de pesquisa, salvaguarda e comunicação, a elaboração de uma Política de Acervo e a consolidação de um Centro de Referência e as respectivas ressonâncias nas ações expositivas e educativas.

3 – A exemplaridade do processo de conquista política e de concepção institucional que representa a implantação do MRSP, outorgando-lhe o papel de única instituição em São Paulo e com poucas parceiras em outras regiões do país, impõe a sua projeção processual, mediante o monitoramento da dinâmica de suas atividades amparadas em um sistema de planos e planejamentos estratégicos.

Desdobramentos: Delineamento de um novo quadro referencial para o embasamento de planejamentos estratégicos, nessa fase de expansão, considerando que as fases estruturantes permitiram a consolidação institucional, cuja expansão depende de novas articulações programáticas internas entre as equipes e externas ao Memorial com outras parcerias; Este processo deverá possibilitar a expansão dos vetores de pesquisa e salvaguarda, permitindo o acolhimento a novos parceiros e a realização de curadorias compartilhadas, ações culturais colaborativas e ainda a verticalização e sistematização de projetos educativos já em pauta.

4 – A importância museológica de desenvolver atividades delimitadas e delimitadas em um contexto subordinado à coexistência institucional, no que se refere ao estranhamento de campos patrimoniais e de perfil das atividades de pesquisa, salvaguarda e comunicação.

Desdobramentos: Ampliação dos espaços ocupados pelo MRSP e abertura de novas oportunidades para as ações institucionais; Refinamento das reciprocidades entre atividades meio e atividades fim que envolvem a coexistência institucional com a Pinacoteca do Estado, especialmente no que tange à melhor inserção nos documentos correspondentes ao contrato de gestão – APAC e às diretrizes da UPPM – SEC e novo equacionamento do quadro de recursos humanos.

Princípios Norteadores

O Plano Museológico / 2018 - 2023 do Memorial da Resistência de São Paulo, foi elaborado a partir das perspectivas de atualização e revisão do documento precedente. Este documento está embasado em premissas relativas à Missão, Visão e Valores institucionais, que por sua vez são orientadas para o cumprimento de objetivos que visam à expansão museológica do Conceito Gerador e à consolidação das Linhas Programáticas de Ação Museológica.

Conceito Gerador

O histórico sobre o DEOPS, a trajetória de ocupação do edifício e a implantação das ações museológicas do MRSP em pauta, indicam que este conceito gerador deve priorizar as seguintes características:

- Evidenciar os vetores de memória, de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços da repressão e da resistência, como expressões do Estado Moderno;
- Difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores desta herança patrimonial;
- Problematicar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano e tendo como referência a ação do DEOPS no estado de São Paulo, a partir dos seguintes segmentos: memórias silenciadas / apagadas / destruídas / exiladas; pesquisas sobre a construção da memória e memória e herança patrimonial.
- Atualizar e expandir as questões relativas à repressão e resistência para os dias atuais, com especial ênfase para as evidências identificadas na paisagem cultural do entorno do Memorial.

Missão

O Memorial da Resistência de São Paulo tem como missão a pesquisa, a salvaguarda e comunicação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do período republicano brasileiro, bem como dos respectivos impactos socioculturais contemporâneos, tendo como sede o edifício que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, de forma a contribuir para a reflexão crítica acerca da história contemporânea do país e para a valorização de princípios democráticos, do exercício da cidadania e da conscientização sobre os direitos humanos.

Visão

Assegurar a permanência do debate sobre as memórias da resistência e da repressão, em suas dimensões políticas e socioculturais, permitindo a valorização da preservação de suas referências patrimoniais, identificando na contemporaneidade a permanência destes problemas, contribuindo para a educação permanente dos cidadãos e possibilitando a qualificação da coexistência institucional com a Pinacoteca do Estado.

Valores

Valorização patrimonial do lugar da memória, edifício do antigo DEOPS/SP, que remete diretamente à temática da repressão e da resistência políticas e estímulo às parcerias institucionais que promovam a instituição como articuladora de ações de qualificação da paisagem cultural deste lugar da memória;

Salvaguarda das referências das memórias da resistência e da repressão políticas, por meio da gestão de informações atualizadas;

Estímulo ao respeito às diferentes manifestações de resistência política e sociocultural contemporâneas, por meio da aproximação e articulação dos respectivos grupos, instituições e associações ligados à temática central do Memorial da Resistência; Incentivo à compreensão das manifestações atuais de resistência e de repressão valorizando a democracia, a cidadania e os direitos humanos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atuantes;

Comunicação das referências das memórias e das expressões culturais da atualidade relativas à resistência e à repressão por meio de exposições e ações educativas e culturais; Desenvolvimento de ações educativo-culturais voltadas à mobilização perceptiva, emotiva e cognitiva para os diferentes públicos, estimulando a reflexão crítica em relação aos direitos humanos, às diferentes manifestações de resistência e às práticas autoritárias;

Possibilidade de valorizar a Pinacoteca do Estado mediante a potencialidade de ações museológicas comuns;

Realização de experimentações museais inéditas, colaborando com a ampliação do campo de reflexão museológica;

Proposição de modelo museológico inovador (lugar da memória + conceito gerador + linhas de ações programáticas) para o tratamento da memória sobre problemas políticos do Brasil contemporâneo.

LINHAS PROGRAMÁTICAS MUSEOLÓGICAS

A partir das análises sobre os resultados das fases estruturantes que permitiram a

consolidação institucional e considerando a perspectiva de expansão do Memorial, este Plano Museológico indica as mesmas linhas de ações, mas agora configuradas em três distintos programas com as respectivas atualizações e desdobramentos relativos aos contextos contemporâneos que, por sua vez, serão realizados por meio de projetos já em desenvolvimento ou a serem estabelecidos e inseridos em planos anuais.

Cabe registrar que essa configuração programática, agora proposta, não corresponde à estrutura organizacional e técnica do Memorial e precisa ser compreendida apenas como arcabouço para orientação dos planejamentos estratégicos e planos anuais.

Essa proposição para um novo equacionamento em programas deve ser considerada a partir de três premissas:

- Necessidade de articulação metodológica entre as distintas linhas museológicas com vistas ao adequado equacionamento da realização das atividades do MRSP e obtenção de melhores resultados dos projetos;
- Possibilidade de ampliação do quadro de parcerias institucionais de acordo com ações identificadas em escala programática, articuladora de projetos pré-estabelecidos;
- Inserção mais explícita aos programas da UPPM, conforme as suas diretrizes para planos museológicos e de acordo com as metas de relatórios do contrato de gestão.

A partir dessas premissas articuladoras e, sobretudo, considerando o êxito dos diversos projetos realizados e em realização nos anos de consolidação do MRSP, propomos a seguinte equação programática para o futuro institucional, apresentada abaixo:

- Programa de Pesquisa e Salvaguarda;
- Programa de Exposição e Ação Educativa;
- Programa de Parcerias e Ação Cultural.

Os quadros apresentados a seguir apenas ilustram, com os dados de hoje, a equação museológico-programática sugerida:

QUADRO 1 – PROGRAMA DE PESQUISA E SALVAGUARDA – PPS

Trata-se de programa que deve acolher os diferentes projetos de pesquisa atuais e outros a serem organizados e as respectivas ações de tratamento das informações e dos acervos resultantes destas atividades. A título de exemplo, seguem duas indicações de pesquisa:

Lugares da Memória: identificação e inventário dos espaços da memória localizados

no Estado de São Paulo, expandindo o alcance preservacionista do Memorial de acordo com a Política de Acervo, de maneira a retroalimentar o Centro de Referência Patrimonial.

Coleta Regular de Testemunhos: registro de testemunhos de ex-presos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos, para a construção de um banco de dados referencial sobre o DEOPS/SP, como também a expansão para novos vetores da resistência sociocultural e direitos humanos na contemporaneidade, de acordo com a Política de Acervo, retroalimentando o Centro de Referência Patrimonial.

Esses projetos de pesquisa e outros a serem concebidos devem alimentar a organização da salvaguarda do Memorial, conforme abaixo referenciada:

Centro de Referência Patrimonial: organização, conservação, documentação e conexão em rede de fontes materiais, documentais e bibliográficas, provenientes das pesquisas e em consonância com a Política de Acervo, ampliando as informações para o desenvolvimento dos outros programas e permitindo o acesso do público em geral.

QUADRO 2 - PROGRAMA DE EXPOSIÇÃO E AÇÃO EDUCATIVA – PEA

Trata-se de programa que deve acolher dois segmentos independentes de projetos, mas de forma articulada, correspondentes às atividades de comunicação museológica.

Exposições: apresentação de exposição principal, a partir da musealização do espaço prisional e implantação de um sistema de exposições temporárias, privilegiando os enfoques temáticos das pesquisas institucionais e articulando os projetos educativos; contemplando as ações em parceria e proporcionando novos olhares sobre as questões relativas aos temas centrais do Memorial.

Ação Educativa: construção de diálogos entre o discurso expositivo e o público, por intermédio do desenvolvimento de processos formativos para educadores (ensino formal e não formal), da realização de visitas orientadas e da produção de materiais pedagógicos de apoio, contemplando ações multiplicadoras por meio de parcerias

QUADRO 3 - PROGRAMA DE PARCERIA E AÇÃO CULTURAL – PPAC

Trata-se de programa vocacionado a acolher projetos referentes à mudança expressiva

que está sendo indicada neste plano no que se refere aos desdobramentos e ampliação do escopo do Memorial, direcionada à necessidade de identificação de inéditas parcerias. Ao mesmo tempo, este programa visa ao melhor equacionamento das atividades de ação cultural que deverá corresponder à ampliação das mencionadas parcerias

Ação Cultural: busca e organização de parcerias institucionais, promoção de eventos para a atualização das discussões sobre os temas do Memorial, implementação de ações em rede, com abordagens multidisciplinares que possam renovar as interpretações sobre o passado recente e articular com os acontecimentos contemporâneos, ampliando o impacto institucional no cenário das políticas públicas da cultura e educação.

Agora, no Plano Museológico proposto para acompanhar o Memorial nos próximos cinco anos (2018 – 2023), indicamos dois vetores de ações simultâneas que devem ser coadunados com os planos anuais de trabalho e, sobretudo, devem estar submetidos a um planejamento estratégico:

- Vetor A: Expansão do Repertório Patrimonial
- Vetor B: Expansão das Parcerias Institucionais

Como esses dois vetores propostos e identificados nos estudos e discussões inerentes à realização deste Plano Museológico, não correspondem à hierarquia de importância e mesmo à temporalidade diferenciada, entendemos que devem ser equacionados em um mesmo planejamento estratégico.

Entretanto, alguns procedimentos normativos, já indicados no plano precedente, mas que não foram realizados, agora se mostram como prioritários, a saber:

- Redação do regimento interno do MRSP;
- Elaboração de organograma institucional.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

A partir do exposto nos tópicos precedentes, propomos que o Plano Museológico da próxima etapa de expansão do MRSP / 2018 - 2023 leve em consideração a realização de planejamento estratégico que, ao mesmo tempo, ordene a realização das prioridades dos projetos nos respectivos planos anuais, mas, sobretudo, monitore a perspectiva de expansão institucional no que se refere aos desdobramentos do repertório patrimonial e à participação de novas parcerias, considerando a potencialidade de captação de recursos para a execução dos mesmos.

O planejamento estratégico proposto está ancorado em funções diferenciadas neste Plano Museológico. Por um lado, o vetor do planejamento estratégico voltado à expansão do repertório patrimonial corresponde à inflexão necessária para as responsabilidades conceituais, metodológicas e operacionais referentes aos novos temas e novos argumentos para as ações museológicas. Por outro lado, o vetor do planejamento estratégico orientado para a expansão de parcerias institucionais aponta para a necessidade da implementação do conhecimento sobre quais são os novos parceiros que precisam ser acessados nesta nova etapa do Memorial.

As características operacionais e financeiras do planejamento estratégico, por um lado, deverão ficar na dependência do perfil do contrato de gestão e das especificidades dos planos de metas, mas, por outro, esta dependência deve considerar também a abertura de perspectivas para captação de recursos para a viabilização das ações de expansão institucional, como já mencionado. Entretanto, a execução do planejamento estratégico é fundamental para a implantação deste Plano Museológico.

Expansão do repertório patrimonial e identificação de novas parcerias

A ideia central da articulação dos dois vetores em um mesmo esforço de planejamento estratégico está vinculada não somente aos procedimentos necessários de pesquisa e salvaguarda para a organização das novas variáveis do repertório patrimonial, mas, sobretudo, que o Memorial tenha a capacidade neste novo período de atuação de elaborar ações museológicas de exposição e ação educativa de extroversão destes novos conteúdos. Trata-se, portanto, de um conjunto de ações coordenadas e em mão dupla. Por um lado, novos olhares de pesquisa deverão atrair novos parceiros / interlocutores e a extroversão de novas pesquisas permitirá o alcance de outros parceiros e a ampliação do público do Memorial.

Essa perspectiva de desdobramentos no que se refere à atual conjuntura institucional terá ressonâncias importantes nas linhas de ações museológicas, nos necessários financiamentos e mesmo no organograma institucional.

Cenários e Metas

Discussões Conceituais-Museológicas e Pesquisas correspondentes:

- Avaliação sobre a pertinência do MRSP constituir e manter acervos de artefatos e/ ou documentos, além dos acervos virtuais de informações, sobre o seu enfoque temático

- e recorte patrimonial, com vistas à expansão dos mesmos;
- Identificação dos enfoques temáticos que devem ser priorizados para a ampliação do repertório patrimonial e a respectiva extroversão sistemática em sua exposição principal e nas mostras temporárias, como ainda, reverberarem nos projetos educativos.
- Articulação das metodologias e conteúdo das linhas de ações museológicas – Centro de Referência, Lugares da Memória e Coleta de Testemunhos - e os respectivos projetos de pesquisa em pauta e outros que deverão ser implementados, com aquelas que estão sendo consideradas para as exposições e ação educativa, considerando inclusive novos projetos de comunicação museológica que deverão surgir neste cenário;
- Pesquisa para mapeamento prospectivo sobre o alcance de novos públicos a partir da expansão do repertório patrimonial e os respectivos desdobramentos expositivos, educativos e de ação cultural.
- Pesquisa para verificação sobre novos parceiros potenciais para as novas perspectivas de ações e estabelecimento de parcerias.

Necessidades e Financiamento

A proposta de expansão institucional, central neste Plano Museológico, exige especial atenção no que se refere às providências de financiamento, para além dos subsídios provenientes do contrato de gestão. Trata-se, portanto, de uma condição prioritária para a realização das atividades do planejamento estratégico, abaixo indicadas:

- Identificação sobre modelos de bancos de dados compatíveis para as necessidades atuais e futuras do MRSP;
- Formatação da estrutura operacional para a implementação do banco de dados elementar para o gerenciamento da informação;
- Concepção e organização da reserva técnica para acervo material;
- Realização sistemática de exposições temporárias e revisão da exposição de longa duração (ou exposição principal);
- Ampliação do escopo da ação educativa;
- Contratação dos serviços técnicos correspondentes.

Procedimentos Normativos

- Redação da Política de Acervo Institucional, de acordo com o regimento do Memorial;
- Estruturação das bases para a implantação do Centro de Referência;
- Contratação de profissionais para a operacionalização das novas variáveis de ação do MRSP.

LISTA DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS
MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

2018

Exposição Ser essa terra: resistência indígena na cidade de São Paulo
Responsabilidade Kairos, Daniel. Curadoria

Exposição Jango: nossa breve história
Responsabilidade Heynemann, Cláudia Beatriz. Curadoria

Exposição Canto Geral: a luta pelos direitos humanos
Responsabilidade Memorial da Resistência. Curadoria

Exposição Hiatus: a memória da violência ditatorial na América Latina
Responsabilidade Seligmann-Silva, Márcio. Curadoria

2017

Exposição A desobediência civil
Responsabilidade Dias, Geraldo Souza. Curadoria

2016

Exposição Carta aberta: correspondências na prisão
Responsabilidade Neves, Katia Felipini. Curadoria; Ramos, Luiza Giandalia. Curadoria.

Exposição Memorial da Resistência de São Paulo: conquistas e desafios
Responsabilidade Neves, Katia Felipini. Curadoria.

Exposição Yuyanapaq - para recordar
Responsabilidade Chappel, Nancy. Curadoria; Mohanna, Mayu. Curadoria

2015

Exposição Ausências
Responsabilidade Neves, Katia Felipini. Coordenação

Exposição 119
Responsabilidade Neves, Katia Felipini. Coordenação

2014

Exposição Política FC: o futebol na ditadura
Responsabilidade Gonçalves, Vanessa. Curadoria; Bellintani, Milton. Curadoria

Exposição Os advogados da resistência: o direito em tempos de exceção
Responsabilidade Junior, Belisário dos Santos. Curadoria

Exposição Quando eu não puder mais falar, vocês falarão por mim - mortos e desaparecidos políticos: percursos pela verdade e justiça
Responsabilidade Neves, Katia Felipini. Coordenação

2013

Exposição 10 exercícios de aproximação/ representação de SP
Responsabilidade Neves, Katia Felipini. Coordenação

Exposição Insurreições: expressões plásticas nos presídios de São Paulo
Responsabilidade Freire, Alípio. Curadoria

Exposição Transições: das ditaduras às democracias na América Latina
Responsabilidade Neves, Katia Felipini. Coordenação

2012

Exposição Liberdade: Carlos Vergara
Responsabilidade Anjos, Moacir dos. Curadoria

Exposição Apolônio de Carvalho: a trajetória de um libertário
Responsabilidade Grisotti. Stela. Curadoria

Exposição Lugares da memória: resistência e repressão em São Paulo
Responsabilidade Sacchetta, Vladimir. Curadoria

2011

Exposição Arpilleras da resistência política chilena
Responsabilidade Bacic, Roberta. Curadoria

Exposição Não tens epitáfio, pois és bandeira: Rubens Paiva desaparecido desde 1971
Responsabilidade Sacchetta, Vladimir. Curadoria

Exposição Buena Memoria: um ensaio fotográfico de Marcelo Brodsky
Responsabilidade Moura, Diógenes. Curadoria

2010

Exposição lífas Andreato: as cores da resistência
Responsabilidade Bruno, José Carlos. Curadoria

Exposição Marighella
Responsabilidade Ferraz, Isa Grinspum, Curadoria; Sachetta, Vladimir. Curadoria

2009

Exposição A luta pela Anistia: 1964-?
Responsabilidade Freire, Alípio. Curadoria

Exposição Artistas nipo-brasileiros durante a segunda guerra mundial: esperança nos trópicos
Responsabilidade Nascimento, Ana Paula. Curadoria

Exposição Círculo Fechado: os japoneses sob o olhar vigilante do DEOPS/SP
Responsabilidade Kossoy, Boris. Curadoria

2008

Exposição Direito à Memória e à Verdade: a ditadura no Brasil 1964-1985
Responsabilidade Rotta, Vera. Curadoria; Rabelo, Valéria.; Andrade, Marília.

LISTA DE FUNCIONÁRIOS QUE COMPUSERAM
A INSTITUIÇÃO NESSES ANOS

Agradecimento aos que fizeram parte da Equipe do Memorial da Resistência

Coordenação
Katia Regina Felipini Neves

Coord. Ação Educativa
Caroline Grassi Franco de Menezes

Educadores
Anna Luisa Veliago Costa
Hannah Carolina Silva Ferreira
Isabela Ribeiro de Arruda
Juliana Antunes Mendes
Larissa Yuri Oyadomari
Lorrane Campos Rodrigues
Marina de Araujo
Renan Ribeiro Beltrame

Núcleo De Pesquisa
Ana Paula Ferreira de Brito
Desiree de Lemos Azevedo
Eduardo Augusto Souza Cunha
Karina Alves Teixeira
Paula Ribeiro Salles

Estagiários
Ivan Cesar Jardim Trimigliozi
Luiz Felipe Cranwell Correa
Sarah Kelly Mattos Piasentin
Vanessa do Amaral

Equipe Técnica Atual

Coordenação
Marília Bonas

Coord. Ação Educativa
Aureli Alves de Alcantara

Educadores
Ana Carolina Ramella Rey Ammon
Alessandra Santiago da Silva
Carlos Danilo Mesa Mergulhão
Daniel Augusto Bertho Gonzales
Marcus Vinicius Freitas Alves

Núcleo De Pesquisa
Camila Alvarez Djurovic
Julia Cerqueira Gumieri
Luiza Giandalia Ramos

Estagiária
Ana Beatriz da Cruz Bueno



Equipe do Memorial da Resistência – 2018

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MÁRCIO FRANÇA
Governador do Estado

ROMILDO CAMPELLO
Secretário de Estado da Cultura

PATRÍCIA PENNA
Secretária-Adjunta de Estado da Cultura

REGINA CÉLIA POUSA PONTE
Coordenadora da Unidade de
Preservação do Patrimônio Museológico

Conselho de Orientação Cultural do
Memorial da Resistência de São Paulo
Antônio Visconti, Carla Juliana Pissinatti
Borges, Lauro Pereira Ávila, Maria Cristina
Oliveira Bruno, Marlon Weichert, Maurice
Politi, Renan Honório Quinalha

-

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA - APAC
Organização Social de Cultura

Diretor Geral
Jochen Volz

Diretor Administrativo e Financeiro
Marcelo Costa Dantas

Diretor de Relações Institucionais
Paulo Romani Vicelli

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Coordenadora
Marília Bonas

Coordenadora do Programa Educativo
Aureli Alves de Alcantara

Educadores
Ana Carolina Ramella Rey Ammon, Alessandra
Santiago da Silva, Carlos Danilo Mesa
Mergulhão, Daniel Augusto Bertho Gonzales,
Marcus Vinicius Freitas Alves

Programa de Pesquisa
Camila Alvarez Djurovic, Julia Cerqueira
Gumieri, Luiza Giandalia Ramos

Estagiária
Ana Beatriz da Cruz Bueno

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 10 ANOS: PRESENTE!

Concepção Geral
Camila Djurovic
Julia Gumieri
Luiza Ramos

Projeto Gráfico
Felipe Sabatini / estúdio ésse

Conteúdo
Programa Coleta Regular de Testemunhos -
Núcleo de Pesquisa do Memorial da
Resistência de São Paulo

Coordenação Editorial
Julia Gumieri

Apresentação
Jochen Volz
Marília Bonas
Camila Djurovic
Julia Gumieri
Luiza Ramos
Alessandra Santiago

Revisão de Conteúdo
Camila Djurovic
Julia Gumieri
Luiza Ramos

Pesquisa Iconográfica
Camila Djurovic

Preparação e Revisão de texto
Louise Azevedo

Impressão
Ipsis – Gráfica e editora

Fotos
Analy Alvarez
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Clóvis França
CONDEPHAAT
Expomus
Haron Cohen
Iconographia
José Patrício
Memorial da Resistência de São Paulo
Museu da Cidade de São Paulo
Núcleo Memória

Memorial da Resistência, 10 anos: presente! / Memorial da Resistência de São Paulo (org.) -- São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

160 p.
ISBN 978-85-8256-106-5

1. Ditadura – História – Brasil – Séc. XX. 2. Ação educativa. 3. Direitos Humanos – Entrevistas. 4. Memorial da Resistência de São Paulo – Processos museológicos – História. I. Memorial da Resistência de São Paulo.

CDD 360

Foto da capa: Ricardo Migliorini.
Acervo Analy Alvarez

desenhado por felipe sabatini,
o livro é composto na fonte
gt américa, família tipográfica
desenhada por noël leu e seb
mclauchlan. é impresso em papel
pólen e splendorgel extra white.
impresso na gráfica ipsis
na primavera de 2018.

REALIZAÇÃO



MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO



MINISTÉRIO DA
CULTURA



ISBN 9788582561065